

UNIVERSIDADE ABERTA



Isabel de Aragão, Rainha Santa, no período medieval e na atualidade, uma visão comparatista entre textos literários e historiográficos

**Mestrado em Estudos Portugueses
Multidisciplinares**

**Dissertação de mestrado orientada pela Professora Doutora
Isabel Maria Barros Dias**

ISABEL MARIA MARQUES COSTA

Estudante n.º 1402336

2019

RESUMO

Filha de D. Pedro III de Aragão, esposa do Rei D. Dinis, sexto rei de Portugal, Isabel de Aragão, canonizada pela Igreja Católica, foi objeto de inúmeros estudos de cariz historiográfico, assim como biografias e romances históricos sobre a sua vida.

Tendo em conta que a contemporaneidade continua à procura de figuras e mitos medievais, o romance histórico e as biografias promovem narrativas sobre este período, reconstruindo e relevando o passado histórico.

Pretende-se neste estudo apresentar uma visão comparativa do que sobre a rainha Santa Isabel foi veiculado por quatro obras: o texto editado em 1921 por José Joaquim Nunes, *Vida e Milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal*; o romance de Vitorino Nemésio, *Isabel de Aragão Rainha Santa*, editado em 2002; a biografia de Maria Filomena Andrade, com o título *Isabel de Aragão Rainha Santa, Mãe Exemplar*, de 2014; e, por último, o romance histórico de 2016, de Isabel Machado, *A Rainha Santa*. Tentámos reconstruir uma imagem desta personalidade, focando a sua dupla faceta, histórica e literária / mítica. Neste sentido, analisámos, sobretudo, a forma como a Literatura se apropriou dos dados históricos, apresentando as diferentes descrições que os autores elaboraram sobre os acontecimentos vividos pela Rainha Santa Isabel, de modo a apreciar a originalidade de cada autor na sua abordagem à vida da mesma.

Palavras-chave: mito, romance histórico, biografia, Literatura, História.

ABSTRACT

Daughter of King D. Pedro III of Aragon and wife to the sixth King of Portugal D. Dinis, Isabel of Aragon, canonized by the Catholic Church, has been the subject of innumerable historiographical studies, as well as biographies and historical novels about her life.

Taking into account that contemporaneity is still looking for medieval figures and myths, both historical novels and biographies promote various narratives about this period, reconstructing and highlighting the historical past.

This survey intends to present a comparative vision about Queen Saint Isabel, as was conveyed by four works: the text edited in 1921 by José Joaquim Nunes *Vida e Milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal* (Life and Miracles of Dona Isabel, Queen of Portugal); the romance by Vitorino Nemésio *Isabel de Aragão rainha Santa* (Isabel of Aragon Holy Queen), edited in 2002; the 2014 biography by Maria Filomena Andrade intitled *Isabel de Aragão Rainha Santa, Mãe Exemplar* (Isabel of Aragon Holy Queen, Exemplary Mother); and, finally, the 2016 historical romance by Isabel Machado *A Rainha Santa* (The Holy Queen). We have tried to rebuild an image of this personality, focusing on her double facet, historical and fictional / mythic. In this sense, we have analyzed, above all, the way Literature has appropriated historical data, presenting the different authors' descriptions about the events Queen Saint Isabel had lived through, in order to appreciate the originality of the various authors in their approach to her life.

Keywords : myth, historical novel, biography, Literature, History.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese foi o maior desafio ultrapassado da minha vida académica, e um ato de aprendizagem. A elaboração de uma Dissertação de Mestrado é uma longa viagem com muitos trilhos e percalços pelo caminho e que só foi possível ultrapassar com o apoio de algumas pessoas, a quem dedico este trabalho.

A todos os meus professores de mestrado da Universidade Aberta em especial à minha orientadora Dr^a. Isabel Barros Dias, agradeço a confiança e disponibilidade que sempre manifestou desde o início desta investigação e por confiar no meu trabalho.

Uma palavra de apreço para a Paula Ferreira da Biblioteca da Universidade Aberta da Delegação de Coimbra pela sua total disponibilidade e simpatia para me ajudar ao longo das minhas pesquisas, o meu profundo agradecimento.

Por último quero agradecer à minha família, pelo apoio incondicional e por terem acreditado sempre no meu empenho e esforço. Aos meus filhos, Isa Oliveira, e Pedro Oliveira, ao meu marido, ao meu irmão, à minha cunhada, à minha sobrinha e aos meus pais bem hajam por tudo.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I .Conceitos teóricos	
1.1. Conceito de hagiografia.....	2
1.2. Conceito de biografia.....	4
1.3. Conceito de romance histórico.....	5
Capítulo II. A Literatura e a História.....	7
2.1. Considerações introdutórias das narrativas apresentadas.....	11
2.2. A Rainha Santa Isabel na sua época... ..	16
Capítulo III. Isabel, a criança, a mulher e a mãe	
3.1. Nascimento de Isabel.....	24
3.2. O matrimónio com o rei D. Dinis.....	29
3.3. Isabel, uma Rainha instruída	42
3.4. A vida caritativa de Isabel.....	49
Capítulo IV. A Rainha Santa	
4.1. A viuvez de Isabel.....	55
4.2. Do milagre das rosas à beatificação.....	65
4.3. A morte de uma Rainha Santa.....	74
Conclusão.....	87
Bibliografia.....	91

INTRODUÇÃO

A santa esposa de D. Dinis é uma das mais preciosas pérolas do *Flos Sanctorum*. No catálogo dos santos da Igreja católica, se exceptuarmos alguns dos primeiros mártires do cristianismo, encontrar-se-ão poucos que tenham reunido tantas virtudes como a rainha Santa Isabel de Portugal. (BENEVIDES, 2011: 130)

A escolha deste tema surgiu ainda como aluna do Seminário de Literatura e História do Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares da Universidade Aberta, quando abordámos a temática da proximidade entre a Literatura e a História, o que, de certa forma, suscitou em mim grande admiração sobre o modo como a Literatura se pode apropriar da História.

Há sempre diversas razões que sustentam uma escolha. Neste caso, o tema surgiu também pelo fascínio pelo inquietante e longo período que é a época medieval portuguesa e pela oportunidade de poder contribuir para demonstrar o diálogo e a interação que existe entre a História e a Literatura. Assim, tentaremos mostrar como a Literatura pode proporcionar uma perspetiva diferente, ou seja, uma outra leitura e visão dos factos históricos. A abordagem do binómio Isabel personagem histórica e Isabel personagem literária permitiu-nos verificar a grande componente interdisciplinar que existe entre estas duas áreas, aparentemente distantes e na verdade tão próximas, que se servem a si próprias e uma da outra para alcançar os seus objetivos.

O facto de ter nascido na cidade de Coimbra e de residir na mesma despertou-me um maior desejo em aprofundar a vida e a história da Rainha Santa Isabel. Acrescento que nutro por esta figura o maior respeito e admiração. Com este estudo, pretendo, de alguma forma, prestar uma homenagem justa a esta personagem ímpar da história da cidade de Coimbra, uma vez que, para os conimbricenses, a Rainha Santa é uma figura importantíssima na vida da comunidade, sendo também uma das Rainhas mais acarinhadas da História de Portugal.

Capítulo I – Conceitos teóricos

O objetivo do presente capítulo é debater, numa perspetiva essencialmente teórica, um conjunto de conceitos e respetivas definições: hagiografia, biografia e romance histórico.

1.1. Conceito de Hagiografia

A hagiografia desenvolveu-se e consolidou-se a partir da Idade Média com a expansão do Cristianismo e a difusão do culto aos santos. Estes textos, escritos por biógrafos do sagrado, emanam da vontade de transformar relatos orais pré-existentes em documentos que, através da escrita, procuram uniformizar e legitimar uma crença.

O *Dicionário Breve de Termos Literários* define Hagiografia como: “Subgénero literário relativo à vida de santos.” (PAZ e MONIZ, 2004:104). Neste tipo de texto é apresentada a vida de uma personagem de forma a legitimá-la como santo, o que é demonstrado graças à narrativa do seu percurso exemplar. Assim, são retratadas vidas de homens e mulheres que agiram de forma a determinarem a sua condição de sagrado.

Quanto à sua organização, as hagiografias medievais privilegiaram aspetos diferenciados dos santos, tendo enfatizado ora o nascimento, a vida, a morte ou os milagres. Estes textos foram utilizados para descrever o percurso de pessoas, homens ou mulheres, que alcançaram a santidade e que ao longo das suas vidas procederam de maneira exemplar. Sobre este assunto, António Manuel Rebelo afirma:

Assim, além de descrever e glorificar a vida e obra do santo, a sua morte e milagres, contribuindo, deste modo, de forma indirecta para a glória de Deus, mas também para edificação do crente, a hagiografia aponta para objectivos porventura menos óbvios: morais, catequéticos, parenéticos, apologéticos, dogmáticos, eclesiásticos, pastorais e políticos... (REBELO, 2004: 132).

Para Cristina Sobral, a categorização dos géneros narrativos coloca a hagiografia dentro da historiografia:

Aponta a partilha pela hagiografia e pela historiografia medievais dos traços considerados específicos da hagiografia: a subjectividade, a exemplaridade, o uso da retórica, etc. Inscreve definitivamente a hagiografia no mesmo campo epistemológico da historiografia ao rejeitar a classificação tradicional e ao substituí-la por historiografia sagrada, considerada género histórico que toma como objeto não a história civil mas a história sagrada, eclesiástica, com todas as consequências que isso tem, incluindo o facto de o santo ser objecto de um culto. (SOBRAL, 2005: 99).

A vida dos santos representados nos textos hagiográficos serve de modelo de conduta cristã e de sofrimento em nome da fé e a sua finalidade é demonstrar a santidade da personagem. Cristina Sobral prossegue ainda o seu raciocínio: “Assim, pode concluir-se que, tendo um objecto específico, diferente da História política ou social, a hagiografia é um registo histórico, que se fixa segundo os mesmos processos da historiografia” (SOBRAL, 2005: 103). A autora defende assim que a hagiografia não tem uma posição epistemológica diferente da historiografia.

Finalmente, o *E-Dicionário* de Carlos Ceia, oferece-nos mais elementos sobre o termo hagiografia, definindo-o da seguinte forma:

O vocábulo hagiografia, etimologicamente, é composto dos termos gregos “hagio” [hágios], que quer dizer santo e/ou “sagrado”, e grafia [grafia], que se refere àquilo que foi posto por escrito, donde, escrito santo ou escritura sagrada. (MIATELLO, 2009).

1.2. Conceito de Biografia

A biografia é um subgénero da narrativa que constitui a representação, em forma de descrição, da vida de uma determinada personalidade. Os objetivos da pesquisa biográfica incidem sobre os percursos dos biografados. Esta forma textual é importante para o conhecimento histórico e para os historiadores.

No *Dicionário de Narratologia*, Carlos Reis apresenta o termo biografia da seguinte forma:

1. Como o termo indica e uma vasta tradição cultural tem evidenciado, a biografia constitui a representação, muitas vezes em forma de relato, da vida de uma determinada personalidade, no desenrolar da sua existência, no seu crescimento e maturação, nos eventos que lhe deram peculiaridade e mesmo nos incidentes que conduziram ao desaparecimento dessa personalidade. (REIS e LOPES, 1990: 46)

A génese da biografia é coexistente com o género histórico na Grécia do século V A.C., com Plutarco, estudioso grego, que exerceu grande influência sobre o ensaio e a biografia na literatura Ocidental. O autor esclareceu as suas motivações para apresentar as vidas dos grandes homens da Antiguidade. Para Ana Maria Guedes Ferreira, da Universidade do Porto:

Se dedicarmos algumas linhas à apresentação do ponto de vista de um historiador de renome, foi precisamente porque Plutarco, que pode ser considerado o pai da biografia (embora vários outros autores tenham trabalhado este género antes), não se assume como tal. (FERREIRA, 2004: 261).

Finalmente, segundo o *E-Dicionário de Termos literários*, o termo biografia tem a seguinte definição:

Termo etimologicamente composto por bio- (indicativo da ideia de “vida”, com origem no grego bíos) e grafia (de grafo [+sufixo-ia] elemento de composição culta, que traduz as ideias de “escrever” e “descrever”, com origem no grego grápho-, “escrever”). O género biografia é um ramo da literatura que se dedica à descrição ou narração da vida de alguém que se notabilizou de alguma forma. (ROSADO, 2009)

1.3. Conceito de Romance Histórico

Este subgénero caracteriza-se como instrumento narrativo, em que o passado é elemento referencial, sendo a ficcionalidade o ponto de partida para a construção do mundo presente no Romance Histórico, um mundo ficcional, verosímil, onde os elementos realistas produzem o efeito do real. Puga considera o Romance como género e a História como fenómeno capaz de ser textualmente reproduzido. (PUGA, 2006:13, 14,15).

O romance histórico retrata os pontos de contacto e as diferenças entre História e Literatura, sendo reconhecido como uma tipologia de carácter híbrido. Ana Maria dos Santos Marques, na sua tese de Mestrado, *O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista*, no capítulo II, intitulado “O Romance Histórico: contributo para uma definição”, está também de acordo com o carácter híbrido do género, salientando: “A definição tradicional do romance histórico sublinha o carácter híbrido do género, que associa romance e história na mesma composição”. (MARQUES: 2012, 75)

A origem deste género literário terá sido no início do século XIX e teve como expoente máximo Walter Scott, escritor britânico (1771-1832), coincidindo com a queda de Napoleão, com as publicações *Waverley* em 1814 e *Ivanhoe* em 1819. Em Portugal, quem introduziu o romance histórico foi Alexandre Herculano, o primeiro autor português a cultivar uma forma de romance histórico, que tinha Walter Scott como modelo, e que revolucionou a historiografia portuguesa. Herculano viu no romance histórico a oportunidade de expressar os valores de patriotismo assentes nos exemplos da fundação do país para elevar a moral, a ética e a fraternidade. *Eurico, O Presbítero* foi um dos veículos para todas estas preocupações. Segundo Ana Marques:

Na primeira nota de *Eurico, O Presbítero*, texto importante para a legitimação do género que introduz em Portugal, Herculano preocupa-se em definir a época e o assunto mais adequados ao romance histórico, tendo sempre em vista o modelo consagrado de Walter Scott. (MARQUES: 2012, 141).

Inerente ao Romance Histórico, estão os pontos de contacto e as diferenças entre História e Literatura. Podemos acrescentar que o termo História, segundo a sua origem, refere-se à visão dos acontecimentos, o que põe fim à ilusão tão divulgada de que o historiador regista verdades absolutas. Ao investigar o sentido do conceito de História, Olegário Paz e António Moniz afirmam:

(Do gr. «*historía*», pesquisa, investigação, pelo lat. *historia*-).

Termo polissémico que designa quer a disciplina dos estudos relativos ao passado quer o enredo ou intriga de uma narrativa, **por oposição ao discurso**. (PAZ e MONIZ, 2004: 108).

Por sua vez, Literatura é um termo que pode apresentar vários significados e que pertence ao campo das artes. Segundo Vítor Aguiar e Silva, etimologicamente: “O lexema complexo *litteratura*, derivado do radical *littera* – letra, carácter alfabético –, significa saber relativo à arte de escrever e ler, gramática, instrução, erudição.” (SILVA, 1983: 2)

Estes dois domínios do saber formam fatores ativos e indestrutíveis, que contribuem para a construção social de um povo, são campos que têm suscitado imensas controvérsias ao longo do tempo por partilharem fontes comuns. A História compromete-se com a verdade dos factos e a Literatura pode representar uma interpretação ou um reflexo dos factos históricos. Apesar da relação de interdisciplinaridade entre ambas, cada uma conserva a sua especificidade como área de conhecimento. Essas comparações ajudam a conceptualizar o significado de romance e de romance histórico que se desenvolve quando a Literatura e a História se distanciam. Ana Marques cita Carlos Reis sobre este assunto: “[...] o romance histórico é um tipo de obra literária em que se manifestam modalidades mistas de existência” (MARQUES, 2012, 89)

Concluimos que inerente ao romance histórico estão os pontos de contacto e as diferenças entre História e Literatura, apesar da relação de interdisciplinaridade entre ambas, cada uma conserva a sua especificidade como área de conhecimento.

Capítulo II- A Literatura e a História

Iniciamos a nossa abordagem com a discussão das possíveis ligações entre a Literatura e a História ao longo dos tempos. Fá-lo-emos de forma breve, uma vez que não é nosso objetivo fazê-lo detalhadamente e tentaremos ser seletivos, orientando-nos apenas pelo que, no nosso entender, são os critérios primordiais.

A ligação entre História e Literatura foi desde sempre assunto de discussão entre especialistas de ambas as áreas, pelo que nos parece significativo investigar os pontos de contacto e de afastamento entre ambas e restringir os seus campos. A discussão sobre as fronteiras entre História e a Literatura vem de longa data, sendo os dois campos considerados como espelhos da humanidade pois pretendem representar a realidade.

Nem sempre a História e ficção foram dois campos de saber distintos. Por exemplo, na Grécia Antiga a História foi escrita com preocupações literárias. De facto, desde a Antiguidade Clássica, a conceção de História vacila entre a busca da verdade, através de uma análise clara de factos, e a imaginação, recorrendo à Literatura para elucidar a veracidade dos documentos históricos.

Aristóteles é considerado o primeiro teórico dos géneros literários e, na sua *Poética*, aborda o conflito entre Literatura e História: afirma que a História é a narração daquilo que aconteceu e a Literatura é a expressão daquilo que poderia ter acontecido, é universal e reveste-se de imitação criativa. Vanda Anastácio considera, citando Aristóteles, o seguinte:

[...] não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verosimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. (ANASTÁCIO, 2005: 43)

A fronteira ténue entre História e Literatura continuou a existir na Idade Média: descrevendo a sociedade da época, a relação entre as duas formas acentua-se nos livros de linhagens e nas crónicas medievais. Através destes

relatos, narrados, por vezes, de forma mais literária, o acontecimento histórico da época medieval junta, assim, a História com o maravilhoso.

A historiografia medieval será objeto de análise durante o Romantismo, que marcou as derradeiras décadas do século XVIII e se consolidou no século XIX, tendo sido Portugal um dos últimos países da Europa onde surgiu. Na sua primeira fase, Alexandre Herculano, historiador e autor literário não só reavaliou e criticou a produção historiográfica medieval como, por outro lado, produziu alguns dos primeiros romances históricos portugueses. Para além de romancista tem uma vasta atuação como historiador.

A ação da sua obra *Eurico o Presbítero*, datada de 1844, abrange o período histórico da queda do Império Visigótico, da Invasão Muçulmana da Ibéria até à Reconquista Cristã. Podemos designar esta obra como romance histórico porque aproxima a relação entre História e Literatura. Herculano seleciona uma temática romântica e concebe uma história que resulta da fusão entre ficção e História.

Alexandre Herculano seguiu os pressupostos da Historiografia na revisitação e reorganização dos acontecimentos do passado e na descrição escrita com a finalidade de os compreender e explicar, pois, para ele, a História era essencial para a determinação das fases de desenvolvimento da sociedade.

Um segundo marco do romance histórico português surge em meados do século XX, em 1982, quando é lançado o *Memorial do Convento* de José Saramago. Considerado como romance histórico inovador, cruza a História, a ficção e o fantástico, com personagens inventadas e figuras históricas. Escreve sobre o passado, pondo em evidência desigualdades sociais gritantes e enaltece, como verdadeiro protagonista da obra, o “povo” trabalhador português. São eles que contribuíram para a construção do convento de Mafra, segundo as palavras de José Saramago:

Deve-se a construção do convento de Mafra ao rei D. João V, por um voto que fez se lhe nascesse um filho, vão aqui seiscentos homens que não fizeram filho nenhum à rainha e eles é que pagam o voto, que se lixam, com perdão da anacrónica voz. (SARAMAGO, 2005: 266)

Por seu lado a História oficializou-se como área de conhecimento próprio dentro das ciências sociais no século XIX, orientada pelo esforço de cumprir critérios de pesquisa e de crítica cuidadosa das fontes documentais. Utiliza técnicas e recursos com os quais procura reconstruir o passado, com uma metodologia assente na procura de uma aproximação a realidades do passado. Apesar disto, Rui Bebião, historiador da Universidade de Coimbra, afirma que: “Desde o início, a escrita da história associou conhecimento, destreza e criatividade. Isto significa que, durante a maior parte do tempo de vida, se desenvolveu como arte.” (BEBIANO, 2000: 1)

Um nome que teve um papel importante no campo da História e da identificação da estreita relação que esta mantém com a Literatura, por causa da sua base narrativa, foi o norte-americano Hayden White. Ao longo da sua longa carreira, este pensador marcou a discussão sobre a prática da História no século XX, logo a partir do seu livro *Metahistory*, onde associou as obras de um conjunto de historiadores do séc. XIX a diferentes formas narrativas e figuras de expressão, tendo em conta as respetivas estratégias argumentativas e o(s) sentido(s) que projetavam no passado, revolucionando assim o entendimento do texto historiográfico.

Segundo Ana Isabel Vasconcelos docente da Universidade Aberta :

Hayden White refere a dificuldade em situar o trabalho do historiador, que reclamam para si os privilégios tanto do artista como do cientista, mas que recusa, no entanto, submeter-se aos standards críticos quer de arte quer da ciência. Diz-nos este autor que, desde o século passado, os historiadores confundem-nos pela ambivalência com que pretendem revestir os seus estudos. (VASCONCELOS, 2002: 99)

Este historiador demonstrou que a narratividade da História se aproxima do romance. A este respeito, Jeroen Dewulf da Universidade do Porto afirma o seguinte :

White defendeu que as historiografias se caracterizam por estruturas narrativas que, em si, são iguais aqueles usados num romance e que, conseqüentemente ambos os géneros deveriam ser considerados como sendo géneros literários e, daí ficcionais. (Dewulf, 2004: 211)

Depois de refletirmos sobre os pontos de confluência entre Literatura e História só podemos chegar à conclusão de que há mais pontos de contacto entre

estes dois campos do que divergências. Tanto a História como a Literatura traduzem práticas culturais, sociais, políticas, ideológicas e estéticas de representação da sociedade e da realidade. Ambas são a imagem da ação do homem. Quer uma, quer outra, absorvem o mundo que as rodeia e formulam hipóteses para lhes atribuir sentidos. Contudo, o que as distingue são os caminhos que seguem para alcançar o conhecimento.

Temos consciência que a hagiografia, a biografia e o romance histórico (formas textuais em que se inscrevem as narrativas que vamos analisar neste trabalho), abordam a questão do tempo e os acontecimentos do passado. A interpretação da História e do passado pode efetuar-se através destas diversas tipologias literárias. No entanto, a História trilha um caminho mais assente em fontes e documentos verídicos, enquanto que a Literatura ganha projeção ao ampliar os seus horizontes através do modo de ver, perceber e sentir o outro.

2.1. Considerações introdutórias das narrativas apresentadas

O presente capítulo tem por objetivo apresentar e comentar brevemente as obras escolhidas para este trabalho e seus autores. Estes livros, que pertencem a épocas diferentes e tipos de texto também diferentes, versam sobre a vida da Infanta Isabel de Aragão, Rainha de Portugal e Rainha Santa, que ficou conhecida pelas ações de caridade que praticava e também como mediadora de conflitos, intervindo desta forma nos assuntos internos do reino.

A Rainha Santa Isabel constitui um tema presente na Literatura desde o século XIV e, até aos dias de hoje, são diversos os textos literários que dela falam. É o caso do romance histórico, que se tornou um género importante na Literatura portuguesa contemporânea, promovendo a identidade da cultura do país, visto que tem como foco as figuras históricas mitificadas, trazendo para a narrativa de ficção o hibridismo entre Literatura e História. Biografar uma figura como a Rainha Santa Isabel é uma aventura de dimensões e proporções incomensuráveis. A aventura de biografar seduz o autor com o que carrega de mais original, ou seja, o interesse pelo outro, partindo do pressuposto de que uma vida pode ser concebida como uma narrativa, um relato.

Com a análise do texto editado por José Joaquim Nunes, *Vida e Milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal*, o romance de Vitorino Nemésio, *Isabel de Aragão, rainha Santa, A Rainha Santa*, de Isabel Machado, e *Isabel de Aragão Rainha Santa, Mãe exemplar*, de Maria Filomena Andrade, procuraremos verificar a forma como estes autores apresentam a imagem de Isabel de Aragão, o modo como cada autor escreveu e quais foram as suas contribuições para compreendermos com mais exatidão os acontecimentos.

A primeira biografia de Isabel de Aragão foi redigida imediatamente a seguir à sua morte. Constitui um texto indispensável para quem se interessa em conhecer a sua vida. Trata-se de uma biografia hagiográfica anónima, normalmente conhecida como *Lenda*, havendo informações de que a autoria fosse do seu confessor, Frei Salvado Martins, Bispo de Lamego (que conhecia muito bem a vida de Isabel), visto tratar-se de um texto que possivelmente foi

produzido por uma pessoa que viveu muito próximo da realidade da rainha, já que ao longo da narrativa os factos e as datas são contados com minúcia. O autor procurou reconstruir a vida humana e espiritual da sua biografada bem como os milagres que lhe foram atribuídos. O documento original perdeu-se, e hoje está guardado no Museu Machado de Castro na cidade de Coimbra, uma cópia manuscrita e iluminada, que tem como título: *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel e seus bons feitos e milagres em sua vida e depois da morte*.

Esta primeira biografia foi editada pelo Frei Francisco Brandão no século XVII e serviu de apoio à elaboração de vários discursos biográficos bem como de crónicas, como por exemplo, a *Crónica de D. Dinis*, de Rui de Pina. Segundo Helena Costa Toipa :

Esta biografia, que andou manuscrita por longos anos, na biblioteca do Mosteiro de Santa Clara, foi publicada pela primeira vez por Fr. Francisco Brandão, na parte VI de *Monarquia Lusitana*, com o título “Realçam da vida da gloriosa Santa Isabel Rainha de Portugal”. (TOIPA, 2011: 56)

A partir da versão do século XVII, “restituído à sua presumível forma primitiva e acompanhado de notas explicativas”, José Joaquim Nunes edita esta obra em 1921, sob o título *Vida e Milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal*. Este texto, que é o mais antigo que existe sobre a vida da Rainha Santa Isabel, foi e será uma narrativa de extrema importância sobre esta figura. Retrata-a de forma soberba no que diz respeito ao seu nascimento, à sua infância, aos seus filhos, ao seu papel como diplomata até à morte de D. Dinis, por fim, à sua morte . Segundo Helena Toipa :

Foi posteriormente reeditada, com uma nova leitura e mais completa, por José Joaquim Nunes, no *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, 1921, e recebeu por título “Livro que fala da boa vida que fez a rainha de Portugal, Dona Isabel, e dos seus boons feitos e milagres em sa vida de depouys da morte”. (TOIPA, 2011: 56)

Da primeira metade do século XX, a marcar claramente um novo discurso e uma presença diferente na literatura, seleccionámos a obra de Vitorino Nemésio, *Isabel de Aragão – Rainha Santa*, publicado pela primeira vez em 1936, e usámos para o nosso trabalho a edição de 2002. Trata-se de um romance histórico, obra

de um autor importante do século XX que, curiosamente, elaborou a uma tese, à época bastante inovadora, sobre Alexandre Herculano, figura incontornável do romance histórico português. Segundo Rogério Puga:

O romance *Isabel de Aragão, Rainha Santa* (1936), de Vitorino Nemésio, prova que, tal como Keener (2001: v) afirma num estado sobre o romance histórico pós-moderno, a inter-relação entre História e a ficção biográfica é cada vez mais intensa, anexando o romancista português, após a bibliografia final da obra, diversos excertos de fontes históricas sobre a figura que dá nome à mesma. (PUGA,2006:45)

O discurso de Vitorino Nemésio é restrito em alguns sentidos, como a visão que expõe da rainha, a qual não se afasta muito da História, pois apresenta na sua narrativa o que os historiadores já contaram. Não deixa de manifestar uma visão crítica no que diz respeito à elaboração do discurso sobre a figura histórica através da ficção. Elabora um discurso permeado de ilações e comentários irónicos, oferecendo-nos as suas peculiaridades de análise, ao resgatar esta figura histórica para se debruçar sobre a sua vida.

Esta narrativa histórica / biográfica, apresenta algumas mudanças em relação ao que até então se tinha escrito: trata-se de uma narrativa curta, concisa e intensa, com quatro capítulos, narrada na terceira pessoa, e apresenta um narrador observador. Este romance pode ser entendido como uma visão relativamente próxima da historiografia, fazendo parte de um período de transição entre o romance histórico tradicional e o romance contemporâneo. Romance histórico por descrever como personagem principal uma figura que é parte da História de Portugal e romance contemporâneo por trazer reflexões e comentários no que diz respeito ao assunto, tratado de forma explicativa e extensiva. Rogério Miguel Puga cita Maria de Fátima Marinho:

[...] «a novidade da obra de Vitorino Nemésio não reside na visão que apresenta da rainha, que basicamente não se afasta da tradicional, mas na forma como o discurso histórico se equaciona, fugindo a uma factualidade particularizante, para se centralizar na periclitante dialéctica entre o sabido e o pressentido, o histórico e o imaginado». (MARINHO *apud* PUGA, 2006: 49)

Maria Filomena Andrade, por seu turno, é uma historiadora com amplo trabalho desenvolvido na área da história religiosa, com destaque para o estudo do monacato feminino. Assim, escreve um relato histórico, de forma

irrepreensível, acerca de uma personagem que faz parte da História de Portugal. Recria os principais acontecimentos da vida de Isabel de Aragão como rainha de Portugal. A autora não pretende apresentar um romance histórico, mas, acima de tudo, uma biografia histórica, como afirma: “Pretende-se pois apresentar não um romance nem uma hagiografia ou texto dramático, mas uma biografia Histórica”. (ANDRADE, 2014: 11).

O seu livro está dividido em seis capítulos, descrevendo o nascimento, a educação, o casamento com D. Dinis, o papel político que exerceu e a viuvez. A narrativa construída pela autora é um discurso moderno a respeito da Rainha Santa Isabel. Retrata a personagem como uma mulher inteligente para a época em que viveu, procurando o rigor histórico em datas e factos. A autora salienta na Introdução da sua obra: “Isabel não é, pois, uma mulher extraordinária; é simplesmente uma Mulher”. (ANDRADE, 2014: 13).

Por último, Isabel Machado, jornalista e autora de vários romances históricos sobre figuras femininas significativas, também se interessa pelo perfil de Isabel de Aragão, heroína do um dos seus livros. Constrói um discurso inovador, inserido no romance histórico contemporâneo, insistindo na transmissão de emoções, de aflições, de mágoas, o que dá um novo tom às descrições. Descreve de forma exemplar a cooperação na governação do casal, Isabel de Aragão e D. Dinis. Também fornece a possibilidade de acompanhar o dia a dia de Isabel na corte e a convivência com as pessoas que a rodeiam, descrevendo o que se passava em Portugal nos finais do século XIII e início do século XIV de uma forma verosímil. Mostra Isabel como ser humano, procura, sem dúvida, evidenciar a mulher para lá dos mitos e das lendas, que foram criados à sua volta e por isso dão lugar à ficção.

Editado em 2016, muito recente, composto por setenta e seis capítulos curtos, Isabel é a personagem principal do romance, em torno da qual a autora vai construir o enredo. Torna-se importante analisar a visão de Vítor Aguiar e Silva e Carlos Reis sobre a definição de personagem e de protagonista. Vítor Manuel de Aguiar e Silva sublinha: “As personagens de um romance compreendem uma personagem principal – o *herói ou protagonista* – e personagens secundárias, de importância funcional muito variável.” (SILVA, 1983: 699). Também Carlos Reis

sobre a personagem afirma: “Categoria fundamental da narrativa, a inserção sociocultural e de variados suportes narrativos” (REIS, 1995: 360).

O romance é um género literário narrativo de grande projeção cultural o que faz deste género o mais marcante dos géneros literários. A autora afirma: “Esta é uma obra de ficção, não é um livro de História. O romance histórico é um género literário que integra realidade e ficção”. (MACHADO, 2016: 15).

Desde os últimos anos do século XX notamos um grande desenvolvimento na publicação de romances históricos que trazem figuras históricas para o centro das suas ações e formam a dicotomia entre o mundo real e o mundo ficcional.

Com base nestas obras iremos refletir sobre o modo como cada autor analisou o papel de Isabel como mulher, mãe, rainha, e como, comparativamente, estas biografias e romances históricos, sob os diversos ângulos a analisaram, mas sempre com o objetivo de identificar ligações de conformidade ou oposição entre os géneros literários escolhidos pelos autores dos textos, ou seja, pesquisar as ideias e os temas que em diferentes épocas apresentam ou criam relações e traços comuns. Este trabalho vai possibilitar realizar várias abordagens, dar respostas diferentes para as mesmas perguntas, assim como analisar as formas de tratamento de um mesmo episódio ou temática pelos diferentes autores.

2.2. A Rainha Santa Isabel na sua época

Isabel de Aragão, filha mais velha do rei Pedro III de Aragão e de Constança de Hohenstaufen, princesa da Sicília, era descendente, por parte paterna, de Jaime I e Violante da Hungria e, por parte materna, de Manfredo rei da Sicília e de Beatriz de Sabóia. O nome atribuído a Isabel teve por intenção recuperar a memória e homenagear uma tia, Isabel da Hungria, falecida em 1231. Com efeito para além de herdar o nome da tia, Isabel, herdou também as suas excelentes qualidades. Teve uma vida breve, mas intensa, como nos diz Helena Costa Toipa:

Isabel, filha de André II da Hungria e de Gertrudes de Andechs-Merano, nasceu em 1207 e tinha apenas 4 anos quando o pai aceitou casá-la com o Landgrave da Turíngia, o príncipe Luís IV, sendo então levada para a Turíngia, em 1211, para aí ser educada pela sogra; aprendeu a ler, a escrever, a conhecer os hábitos e costumes da Turíngia e a conviver com uma das cortes mais desenvolvidas de então; o casamento efectivo ocorreu em 1221, tinha Isabel 14 anos. (TOIPA, 2014: 383).

Viveu desde muito nova a fé cristã com grande dedicação e amor ao próximo especialmente aos pobres, aos doentes e aos mais necessitados. O seu marido concordava com a sua dedicação aos pobres e às suas práticas religiosas, por isso, Isabel sofre um duro golpe quando ele morre a caminho da VI Cruzada. Como afirma Helena Costa Toipa:

A sogra, restante família do marido e a corte mostravam-lhe grande hostilidade, por causa da humildade e dedicação aos pobres, que manifestava desde pequenina, pelo que à morte do marido, a caminho da VI Cruzada, Santa Isabel, viúva aos vinte anos, e os seus filhos foram afastados da corte e despojados dos seus bens. (TOIPA,2014:384).

Nos últimos anos de vida, Isabel da Hungria, ocupou-se em socorrer os doentes, desempenhando as tarefas mais modestas, mas sempre com a maior dedicação e com um espírito de amor ao próximo. Neste sentido, Maria Filomena Andrade salienta: “A que melhor encarna este ideal é S. Isabel da Turíngia, para a qual o essencial é a caridade, concebida como um compromisso activo em favor dos pobres com os quais se esforça por partilhar a vida e o sofrimento.” (ANDRADE, 2000: 76).

Faleceu em 1231, aos 24 anos de idade. Os vários testemunhos sobre a sua santidade em vida levaram a que, apenas quatro anos após a sua morte, o Papa Gregório IX a proclamasse Santa. Helena Costa Toipa salienta: “Foi canonizada em 1235 e estabelecido o dia 19 de Novembro para a comemoração da sua festa solene. São-lhe atribuídos numerosos milagres, quer em vida quer depois da morte.” (TOIPA, 2014: 384).

Isabel de Aragão era muito jovem, quando o seu pai começou a preparar o seu casamento com D. Dinis, filho de Afonso III e da sua segunda esposa D. Beatriz. As bases do contrato de casamento, entre estes dois jovens, foram assinadas a vinte de abril de 1281 e constituíram a primeira união comemorada no reino com escritura antenupcial. O enlace realizou-se em fevereiro de 1282 em Barcelona, por procuração, sem a comparência de D. Dinis.

O rei aragonês dispunha de outras possíveis alianças políticas com outros reinos. Perante estes interessados escolhe D. Dinis por este ser já rei uma vez que assim a filha seria logo rainha. Compreendeu toda a vantagem que poderia obter para o êxito da sua política e, por isso, aceitou casar a filha com o jovem rei. Outra vantagem importante que levou o rei de Aragão a aceitar casar Isabel com o rei de Portugal foi compreender que, como não havia ligação de consanguinidade entre os noivos, não era essencial pedir dispensa ao Papa e, por este motivo, o matrimónio podia ser logo efetuado. Depois do acordo de casamento instituído, deu-se início à preparação da princesa aragonesa para o casamento.

Este casamento foi importantíssimo para Portugal, devido à relevância que Aragão tinha naquela época na economia, o que abria novas portas ao reino de Portugal, bem como pelo facto de Pedro III de Aragão cumprir um papel relevante na política peninsular. Aragão também tinha interesse nesta aliança, uma vez que se aliava a um reino forte, capaz de ajudar na sua política externa. O rei de Aragão, pai de Isabel, compreendeu o benefício que esta aliança poderia ter para o sucesso da sua política e avançou com o projeto de casar a sua filha com o jovem rei, unindo Portugal a Aragão para se proteger de Castela. Humberto Baquero Moreno considera que:

Aos desígnios políticos de Portugal interessava este matrimónio, não só porque D. Isabel usufruía do maior prestígio pelas suas excelsas qualidades, mas ainda devido ao peso estratégico de Aragão, tanto do ponto de vista política como económico, e dum modo particular ao posterior protagonismo de Jaime II (1291-1327) sobre o espaço do mar Mediterrâneo. (MORENO,1998: 642).

O casamento de Isabel de Aragão e de D. Dinis foi uma aliança matrimonial típica, como as que se realizavam entre as monarquias durante a Idade Média. Os casamentos representavam a principal estratégia para alcançar os interesses políticos de reis e famílias nobres, cabendo ao pai, como cabeça da família, escolher o cônjuge para os seus filhos. Com efeito, naquela época, os filhos dos reis eram vistos pelos progenitores como moeda de troca política, sendo usados para criar laços adequados com outras casas reais, por vezes mediante difíceis estratégias matrimoniais. Assim, estes casamentos não contemplavam a possibilidade de uma livre escolha do cônjuge nem levavam em linha de conta os sentimentos ou vínculos afetuosos entre os noivos. Estes matrimónios permitiam alcançar vantagens económicas e políticas. Segundo Gimenez :

No centro das negociações dessas alianças, não eram consideradas a vontade e a liberdade de decisão dos futuros esposos, mas sim as disposições traçadas pelas duas casas régias com o apoio das mais ilustres famílias nobiliárias que também viam nelas um acontecimento ideal para alcançar vantagens económicas e políticas. (GIMENEZ, 2005: 12)

Para a Igreja Católica, o casamento era um juramento considerado único e insolúvel, um contrato de união ou vínculo entre duas pessoas. Representava o início de um novo ciclo e uma nova etapa na vida de uma mulher medieval e era negociado nas famílias por meio de afixação do dote e das arras. Estes dois elementos eram bastante relevantes quando se estabeleciam as futuras uniões.

No casamento de D. Dinis e Isabel de Aragão, efetuaram-se as doações por parte do pai. Segundo Helena Sacadura Cabral, “O pai de Isabel irá, por testamento feito no final de 1281, conceder-lhe um dote de cem mil maravedis, que crescerá ao que já antes lhe havia dado” (CABRAL, 2016: 52). Por parte de D. Dinis, o dote foi assim determinado: “Por seu lado, o marido far-lhe-á doação de Óbidos, Abrantes, Porto de Mós, Sintra, entre outras terras, apesar de, no início, se dizer que tais «presentes» teriam sido mais reais na teoria do que na prática.” (CABRAL, 2016: 52). Também sobre este tema Humberto Moreno

afirma: “O monarca português procedia à doação a sua noiva, em arras, de doze castelos e três vilas.” (MORENO, 1998: 642).

A mulher nos casamentos da Idade Média tinha o pai como tutor e quando casava estaria sob a responsabilidade do marido, serviam fundamentalmente o jogo de conveniências ao nível das alianças políticas entre os reinos, acordos e negociações entre duas partes. Estas uniões serviram também como uma forma de suavizar as inimizades existentes entre os reinos e com a perspectiva de assegurar a geração. Para Gimenez :

Essas alianças eram ocorrências que despertavam e colocavam reis, rainhas, imperadores e papas sob constante vigilância, pois delas necessitavam, muitas vezes, para sustentar seus poderes contra concorrentes internos e ameaças externas. (GIMENEZ, 2005:32).

As alianças matrimoniais¹ da monarquia estavam confinadas por uma série de cultos que permitiam definir os acordos estabelecidos entre duas famílias. Vanda Lourenço, no “XIII Colóquio Internacional da Asociación Española de Historia de las Mujeres”, que ocorreu em Barcelona, em Outubro de 2008, afirma:

Muitas vezes, as alianças matrimoniais eram encaradas, num momento de conflito como um eficaz mecanismo de resolução dos mesmos, conseguindo, deste modo, um finalizar das hostilidades, bem como um precaver contra eventuais inimizades. (LOURENÇO, 2008: 350).

Isabel de Aragão viverá em Portugal um período áureo ao lado de um monarca que conseguiu executar as suas ideias nos mais diversos níveis. D. Dinis subiu ao trono em 1279, quando o seu pai faleceu, herdando um reino que estava estabilizado. Com visão de governante e com a sua capacidade de liderar, D. Dinis sentia que existia a necessidade de rumar ao desenvolvimento, seguindo algumas linhas de ação já iniciadas pelo seu pai, e outras fruto de sua própria iniciativa. Verificamos, por isso, o seu esforço pela ascensão do nível intelectual do seu reino, que é assinalado, entre outras medidas, pela criação dos Estudos Gerais, ou Universidade, que começa a funcionar em Lisboa e em 1308 é

¹ Para uma análise detalhada sobre as alianças matrimoniais dos reis portugueses com outras monarquias europeias durante a Idade Média veja-se o levantamento realizado por BRAGA, P. D. “Casamentos reais portugueses, um aspecto do relacionamento Ibérico e europeu”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, Faculdade de Letras, v. 1, 1998, p. 1531-1537.

transferida para Coimbra, para além disso, estabeleceu a língua portuguesa como língua oficial da corte, idioma obrigatório nos documentos oficiais. Desde muito novo, conviveu num ambiente cultural e intelectual propício ao progresso que o rodeava. D. Dinis foi efetivamente, um grande representante da cultura portuguesa, sendo com justiça conhecido como um rei culto. José Mattoso faz uma apreciação extremamente válida sobre a política externa do rei D. Dinis, empregando palavras que, com inteira justiça, permitem apreciar o seu papel na política e os seus dotes como estadista:

O efectivo papel que D. Dinis exerceu na política peninsular constitui, na verdade, uma das características mais relevantes do seu reinado. Poucas vezes se repetiu uma conjuntura em que Portugal tenha podido não apenas subsistir como reino verdadeiramente independente no âmbito da Hispânia, mas em que o seu rei fosse também considerado como um interlocutor essencial e com uma autoridade política respeitada por todos. (MATTOSO,1993: 149).

Os êxitos de governação do rei D. Dinis têm a sua primeira grande visibilidade neste casamento, sendo esse, segundo José Mattoso, um dos seus principais sucessos como rei: “A primeira demonstração do seu êxito foi a aliança com o reino de Aragão, expressa no casamento com Isabel, filha de Pedro III, o Grande” (MATTOSO,1993: 149).

Revelou-se um grande empreendedor, um homem perspicaz, cheio de iniciativas e de elevada capacidade de governar, tendo sido o precursor de uma política governativa ativa. Para Jorge Osório:

Estas iniciativas, olhadas à distância dos séculos, mostram D. Dinis como um monarca de visão política moderna para o seu tempo, com uma clara percepção dos interesses do Reino como individualidade política, populacional e social tendencialmente independente frente ao grande reino peninsular que se estava a formar em Castela. (OSÓRIO, 1993:33).

D. Dinis normalizou as relações com Castela, estabelecendo-se entre os dois reis, D. Dinis e D. Fernando IV de Castela, o tratado de Alcanizes, celebrado em 12 de Setembro de 1297. A paz celebrada com Castela permitiu consolidar a independência do Reino. A aliança estabelecida constitui igualmente um marco histórico importante, devido às consequências que trouxe às relações peninsulares. Por outro lado, este tratado consagrou também os dois matrimónios dos filhos de D. Dinis e de D. Isabel. Para Vanda Lourenço :

Estes dois casamentos são bem ilustrativos do peso que o espaço ibérico detinha no momento da escolha de cônjuges para os futuros monarcas peninsulares. Desta quase exclusividade não devem ser dissociados as relações estabelecidas entre Portugal e Castela que oscilaram constantemente entre a guerra e a paz. (LOURENÇO, 2008: 351).

Este tratado teve ainda o mérito de definir as fronteiras de Portugal com exatidão, para que não houvesse dúvidas no futuro. Tratou-se essencialmente de um acordo de paz que pretendeu pôr fim à violência entre os reinos peninsulares. Constitui um evento determinante num processo de definição do sistema de relações externas de Portugal. Para Humberto Baquero Moreno:

Alcanizes representa para Portugal o estabelecimento duma fronteira com caráter definido, mais ou menos estável, enquanto mais tarde a sua assinatura reflectisse um desapontamento em função da crise interna que se traduziu na sua concretização. (MORENO, 1998: 653).

O acordo foi benéfico para Portugal, uma vez que assentou num entendimento, através do qual os acordos matrimoniais e as alianças entre os dois reinos representaram um papel importantíssimo, no sentido de assegurar as boas relações entre os dois vizinhos peninsulares. Alcanizes foi assim um acontecimento fundamental para a solução de políticas no século XIV. D. Dinis saiu beneficiado quer politicamente, quer em termos de prestígio, conseguindo, ao mesmo tempo, dois feitos: concretizar o casamento dos seus filhos e acalmar um conjunto de locais fronteiriços, que se encontravam, desde o início do seu reinado, numa situação de fragilidade. Segundo salienta Jorge Osório, no seu artigo “D. Dinis: o Rei, a Língua e o Reino” na revista *Máthesis* :

O acordo ficava garantido, entre outras medidas, pelo casamento do infante D. Afonso, herdeiro do trono, com D. Beatriz de Castela, e de Fernando IV de Castela com a infanta D. Constança, filha de D. Dinis. Estamos dentro da linguagem da política externa dos potentados medievais. Mas por este meio o rei português alcançava a possibilidade de sossegar uma zona de instabilidade no território do seu Reino, que ele ainda entendia como senhorio seu. E na verdade as fronteiras estabelecidas em Alcanices entre Castela e Portugal iriam permanecer praticamente inalteradas até aos nossos dias. (OSÓRIO, 1993: 20).

A primeira infância, até mais ou menos aos onze anos de idade, Isabel de Aragão passou-a com o avô paterno, que a tinha escolhido entre os vários netos. A corte aragonesa, naquela altura, era um dos principais centros políticos e

culturais da Europa, o que permitiu a Isabel ter uma educação esmerada e religiosa, baseada nos princípios franciscanos. Foi uma criança rodeada de luxos, mas que, desde muito pequena, gostava de ajudar os mais necessitados. Mostrou-se cheia de sabedoria, paixão pela oração e pelo estudo, para além de conhecer várias línguas. Viam-na com alguma frequência a recitar as suas orações, meditar sobre os livros sagrados e mostrava uma profunda compaixão para com os pobres. Mas, para dizermos a verdade, sabe-se também muito pouco sobre a sua infância e sobre a sua educação. Segundo Mário Domingues, a sua infância não foi igual à das outras crianças:

Era frequente ir encontrar-la calada, sozinha, contemplativa, na capela real do Castelo de Aljaferia, onde residia a régia família, ou prosternada a murmurar preces. Revelava particular preferência pela imagem de São Francisco de Assis, cuja humildade a deslumbrava. (DOMINGUES, 1967: 43).

A sua infância foi curta, porque, quando entra na adolescência, seu pai, o rei D. Pedro de Aragão, acertou o seu casamento e ela saiu da casa paterna já como rainha aceitando a decisão do progenitor.

Nem tudo foram rosas no casamento deste jovem casal. Isabel, como muitas mulheres, terá suportado as infidelidades do marido, porém, naquela época, ter filhos fora do casamento era normal e um assunto assumido e aceite. Vitorino Nemésio, no seu livro *Isabel de Aragão Rainha Santa*, descreve de forma irónica as relações extraconjugais do rei:

El-Rei tomara por barregã Fulana ou Sicrana. Agora era Aldonça da Telha, Marinha Gomes, D. Garcia de Sacavém; logo, Maria Pires e Branca Lourenço. Quase se esgotavam os nomes que se dão na pia às fêmeas. (NEMÉSIO; 2002: 45).

No período medieval, o homem envolvia-se com várias² mulheres, a infidelidade masculina não tinha grandes consequências na época. Dinis foi pródigo na quantidade de casos extraconjugais e no número de filhos. José Pizarro considera:

² Sobre o tema da mulher ler OPITZ, C. "O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)", in Georges Duby e Michelle Perrot, *História das Mulheres no Ocidente*, vol. II, Porto, Afrontamento, 1993, p. 353-440.

Com efeito, D. Dinis foi bastante dado aos prazeres da carne, e é bem verdade que desses seus hábitos resultaram vários filhos, seis que se saiba, tantas as barregãs que também se lhe conhecem, mas mais deve ter tido, porquanto de dois daqueles não se sabe quem foi a mãe. (PIZARRO, 2005: 239).

O casamento na Idade Média era entendido como uma forma de assegurar o futuro de uma linhagem, logo podemos concluir que este sacramento não estava relacionado com sentimentos de amor e afeto, mas era visto como aliança política, económica e social. Neste período permitia aos homens todas as liberdades e procurava obrigar a mulher à contenção.

Capítulo III - Isabel, a criança, a mulher e a mãe

3.1. O nascimento de Isabel

Não há consonância entre os vários autores em indicar com exatidão, o dia, o mês, o ano e o local do nascimento de Isabel de Aragão. Vitorino Nemésio afirma: “Nascera no inverno de 1269 a 1270” (NEMÉSIO, 2002: 25). Mário Domingues assegura: “Em 1271, ano em que D. Isabel veio ao mundo” (DOMINGUES, 1967: 41) e, por último, José Augusto Pizarro salienta: “D. Isabel nasceu em 1269 ou 1270, disputando as cidades de Zaragoza e Barcelona a honra de terem tido o seu berço” (PIZARRO, 2005: 227). São escassas as fontes medievais referentes a este tema, por isso Covadonga Valdaliso considera: “Acontece, porém, que as fontes documentais medievais conservadas são escassas, e o relato que se cria com elas contem vazios involuntários.” (VALDALISO CASANOVA, 2013: 102). Dada a inexistência de uma prova oficial que identifique de forma assertiva a data do nascimento de Isabel de Aragão, os estudos mais recentes oscilam entre 1269 e 1271. Guiam-se pela data aproximada que tem origem na primeira biografia anónima, que foi escrita logo após a sua morte. Apesar desta biografia ser considerada anónima, existem relatos que atribuem a sua autoria a Salvado Martins, Bispo de Lamego. A obra foi publicada pela primeira vez no século XVII e posteriormente reeditada por José Joaquim Nunes, em 1921. Neste documento, acerca da data de nascimento de Isabel refere-se: “E quando esta rainha Dona Isabel naceo, andava a era da casa em mil e III e nove anos” (NUNES, (ed.), 1921: 19).

Apesar da contradição dos diversos autores quanto à data e local do nascimento da Infanta, uma certeza podemos ter, o seu avô paterno, Jaime I, o Conquistador, ocupava ainda o trono do reino de Aragão quando a menina nasceu. O seu pai, D. Pedro, estava na altura de relações cortadas com o avô, devido ao envolvimento em guerras e às lutas por causa de terras. Com o nascimento da menina, essas desavenças terminaram. Jaime I, ao receber a notícia do nascimento da neta, ficou encantado por ela e decide levar a criança

para sua casa para a educar. Para Benevides: “O seu nascimento foi o sinal da reconciliação e do fim das discórdias que tinham surgido entre os reis de Aragão” (BENEVIDES, 2011:121). A sua vinda ao mundo promoveu, por isso, a paz e a harmonia entre o seu pai e o seu avô paterno. De acordo com alguns testemunhos, desde muito cedo, Isabel de Aragão revelou-se uma criatura especial. Para além do seu carácter excepcional, a menina possuía uma beleza e graça invulgares. Podemos acrescentar também que com o seu nascimento verificou-se uma situação singular, compreendida por alguns como premonição de que seria uma criatura especial, uma vez que veio ao mundo envolta num tipo de membrana. Este acontecimento foi visto como um milagre e um mistério para Alexandre Borges:

Isabel nasceu envolta numa fina película. Um misterioso véu que a cobria dos pés à cabeça como uma bolsa mágica de que o céu se socorrera para a depositar, delicadamente, neste mundo. Depois os médicos retiraram-na com cuidado extremo, nem sabiam se por admiração, se por medo, e a mãe dobrou-a com doçura e guardou-a numa caixa de prata. Foi para a família, o primeiro sinal de que um destino extraordinário esperava Isabel. (BORGES, 2017: 55).

O seu nascimento levanta um dos padrões do mito, uma vez que nasceu completamente envolta por uma película (que mais não seria do que a placenta), o que foi entendido como um anúncio de um milagre, ou seja, nasceu com aura de santidade. Talvez por isso o seu nascimento tenha sido muito festejado na corte aragonesa.

Vamos observar como cada narrador vai privilegiar um ou outro aspecto da figura de Isabel e vamos tentar compreender, através de comparações, o que há de particular em cada obra de cada escritor e como estas apresentam diferenças e semelhanças quanto ao tema do nascimento e da vida familiar de Isabel de Aragão.

Partimos da visão do texto editado por José Joaquim Nunes sobre o nascimento da princesa Isabel de Aragão, onde se afirma:

[...] e esta Dona Isabel, a qual, quando naceo, envistida, envolta e cuberta de ua pele, que lhe nom parecia membro alguu, a qual pele ou teagem a rainha, sa madre, fez poer em ua consella de prata, e tragia esta rainha aquela coussela em sas arcas. (NUNES (ed.), 1921: 19)

Por seu lado, Vitorino Nemésio aborda o nascimento de Isabel de Aragão de acordo com uma visão mais voltada para historiografia:

No parto de D. Constança viu-se sair um serzinho completamente embrulhado numa película húmida, uma espécie de subplacenta que lhe encobria os membros. A mãe, quando cortaram aquilo, mandou buscar alvoroçadamente um «causela» de prata e guardou o estranho envolvedor no segredo das suas arcas. (NEMÉSIO, 2002: 26)

Numa perspetiva contemporânea e biográfica, o nascimento de Isabel de Aragão é visto por Maria Filomena Andrade, em *Isabel de Aragão, Rainha Santa, Mãe Exemplar*, da seguinte forma: “Segundo a lenda, a princesa teria nascido de forma mais ou menos «miraculosa», envolvida numa película húmida.” (ANDRADE, 2014: 84).

Para Isabel Machado, no romance histórico, *A Rainha Santa*: “A recém-nascida chegara ao mundo envolta numa membrana rara, que espantara físicos, homens de Deus e leigos. E correria uma premonição: vinha protegida a criança pelo bem que traria ao mundo.” (MACHADO, 2016: 17).

A premonição define-se como um sentimento intuitivo que permite pressentir aquilo que vai acontecer mais tarde e permite antever os acontecimentos futuros. D. Constança a mãe da princesa Isabel percebeu que Deus reservava uma missão especial para a filha, um sinal da futura santidade que a fez conservar este véu natural numa pequena caixa de prata entre os seus tesouros.

Mas, o que parecerá feliz no nascimento desta criança predestinada a um misterioso destino, é a influência política que teve, fazendo cessar a discórdia existente entre o seu avô paterno, rei Jaime I, o Conquistador e o pai, D. Pedro, herdeiro do trono aragonês, futuro Pedro III e que ameaçava levar o país à guerra civil. A infanta aragonesa nasceu conciliadora, promovendo a paz e a harmonia entre o seu pai e o seu avó. Sabe-se que foi a neta mais querida do rei D. Jaime e a sua vida, desde o nascimento, foi uma resposta afirmativa a Deus que a chamava para a santidade. Sobre este assunto a perspetiva do texto editado por José Joaquim Nunes sobre o nascimento de Isabel, um momento pouco documentado, permanecem como verdade as informações trazidas pela

hagiografia primitiva. Contudo, à medida que este acontecimento é sucessivamente recontado o nascimento ganha novos contornos:

E em tempo que ela naceo avia grande discordia antre elrey D. James e o infante D. Pedro, seu filho, padre desta Dona Isabel, em tanto que elrey nom queria, veer seu filho D. Pedro, nem alguu de seus filhos, pero que, em vivendo elrey D. James, eram já todos os que ele ouve nados, e escolheo esta Dona Isabel, e criava-a e amava-a muito, dizendo por vezes dela, que sa criada e neta avia de seer a melhor molher que saira da casa de Aragon; e foy em aquel tempo aviido o infante D. Pedro com elrey D. James, seu padre.” (NUNES (ed.), 1921: 19-20)

Vitorino Nemésio, tendo a intenção de apresentar uma figura histórica, narra este episódio dos conflitos entre o avô Jaime e o pai Pedro III, de forma irónica: “Por motivos políticos, Jaime I e o príncipe andavam azedados.” (NEMÉSIO, 2011: 26). O autor emprega azedado, no sentido figurado de irritado, para dar realce à zanga entre o progenitor e o filho, e explica o motivo da zanga:

O rei dera a D. Jaime, em sua vida, o reino de Maiorca, o condado do Rossilhão e o senhorio de Mompilher. D. Jaime era filho segundo; aqueles domínios representavam a avançada do Aragão sobre o Mediterrâneo, o florão mais tenro e prometedor da coroa. Embora a doação não quebrasse os laços da unidade, ameaçava-os, tornava problemática a soberania do herdeiro geral do reino, e, como quer que fosse, significava claramente um motivo de preferência que beliscava D. Pedro. Pai e filho, de questão em questão, não se podiam ver. Estavam cortadas entre os dois as relações mais intimas, as pessoas e famílias separadas, as parcialidades definidas e talvez nas vésperas de um choque. Foi nestas condições que nasceu Isabel. (NEMÉSIO, 2011: 26).

A biografia de Maria Filomena Andrade retrata este episódio de forma semelhante à narrativa de Vitorino Nemésio, apesar de distantes cronologicamente, não há dados novos e a autora narra da seguinte forma:

O seu pai, Pedro, estava em «guerra» com o avô Jaime. Qual era, então, o ambiente desta corte e deste peninsular? Por motivos políticos, as relações entre o seu pai e o seu avô estavam muito tensas. O soberano entregara a Jaime, seu filho segundo, o reino de Maiorca, o condado do Rossilhão e o senhorio de Montpellier. Estes domínios eram a região mais avançada do reino sobre a orla mediterrânica. Embora esta doação não rompesse os laços de unidade, revelava claramente uma preferência do monarca face a Pedro, o seu herdeiro universal e primogénito. Foi neste ambiente de relações pessoais tensas que nasceu Isabel. (ANDRADE, 2014: 84)

Por último, Isabel Machado não faz qualquer referência às zangas entre pai e filho, mas afirma o seguinte :

Aquele rebento, que juntava os sangues dos mais ilustres reis da Cristandade, trazia boa fortuna e promessas de sólidas alianças ao monarca, merecidamente conhecido por o Conquistador. (MACHADO, 2016: 17)

3.2. O matrimónio com o rei D. Dinis

Para além do nascimento de uma criança, outro acontecimento importante numa família é o casamento. Na Idade Média, a mulher filha de reis assumia um papel de submissão e, ao mesmo tempo, preponderante na família, porém, limitava-se a acatar a vontade do pai, que negociava o seu dote e o seu casamento. A sua função como esposa servia para estabelecer laços com diversas casas reais, e a procriação era o fim principal de um casamento. Destaca-se, por isso a figura masculina como dotada de superioridade quanto à vontade e liberdade feminina. Para José Miguel Pero-Sanz:

Naquela época, os filhos de reis eram, antes de tudo, considerados pelos pais como «moeda» política, que se utilizava para estabelecer vínculos oportunos com outras casas reinantes, mediante complexas estratégias matrimoniais. (PERO-SANZ, 2014:14).

Maria Filomena Andrade salienta o seguinte sobre os casamentos na Idade Média:

O casamento é, nesta época, uma das formas mais sólidas e com melhores resultados para cimentar alianças, constituindo apaniguados e afastando potenciais inimigos. Numa península tão conturbada, em fase de afirmação de alguns reinos e decadência de outros, os enlaces dos príncipes e das infantas constituem um momento celebrativo de suma importância e de enorme alcance político e estratégico. (ANDRADE, 2014:100-101)

Era comum nesta época o casamento ser arranjado, os noivos eram escolhidos pelos pais dos mesmos e tinha uma importância fundamental em vários aspectos: familiar, económico e político. O casamento era a única maneira de manter alianças matrimoniais para Gimenez: “Por meio dessa prática, reis e rainhas serviram-se muitas vezes de seus filhos, ainda impúberes, para realizar alianças matrimoniais como uma prerrogativa de materialização de acordos políticos. (GIMENEZ, 2005: 12).

Vamos analisar comparativamente o casamento da princesa Isabel de Aragão, no que se refere à aproximação de traços, comuns ou não, através das quatro narrativas em estudo e como cada autor aborda o tema.

Na hagiografia editada por José Joaquim Nunes os preparativos para o casamento da princesa Isabel são abordados da seguinte forma:

E em aquel tempo que os messegeiros delrey de Portugal chegarom a essa delrey de Aragom eram i os messegeiros de Inglaterra e do filho delrey Carlos, que a demandava pera casamento. E, considerando elrey D. Pedro em como este, que sa filha demandava, era já rey e que a sa filha de sa casa, partiria com nome de rainha, e considerando em como elrey D.Dinis e el nom aviam tanto de parentesco, nem d'outro divido, porque de direito se embargar podesse este casamento, nem comprisse pera tal casamento dispensaçom do papa, e que assi casar podiam sem embargo, assi como outros simprezes omees, o que nom vira em casamento de rey, [e] ca por [I] a maior parte nom casava com rey a que em seu casamento comprisse dispensaçom, e em [como] nom podia casar com o filho delrey delnglaterra, nem delrey Carlos per parentes que erom, sem dispensaçom do papa aver, posto que a ele grave fosse de partir de si sa filha, de Deus viinha esto aaquela moço (que já em aquel tempo daquela idade entendia em rezar oras e em servir a Deus por jejuu e por esmolos e em se doer d'aqueles que viia a casa delrey, seu padre, com pressa de a demandar pera casamento) de nom aver divido com aquel que a demandava, pera que mester fosse dispensaçom, (e) outorgou que casasse com elrey D. Dinis de Portugal, e foram feitos os esposórios per cavaleiros, procuradores pera esto delrey de Portugal e seus vassalos e naturaes de Portugal. (NUNES (ed.), 1921: 22-23)

Vitorino Nemésio analisa mais resumidamente os preparativos para o enlace: “Em compensação, pela outra fronteira, dos lados do reino velho, entravam três enviados que pediam a mão da infanta directamente para um soberano, um autêntico rei coroado há muitos meses, D. Dinis.” (NEMESIO, 1936: 29). Acrescenta ainda o seguinte sobre o rei D. Dinis, o candidato para casar com Isabel:

E era este filho o pretendente que convinha a Isabel. Em 1280 entravam no Aragão os emissários de D. Dinis a tempo de fazerem valer as suas pretensões a par da Inglaterra e de Nápoles. Eram três homens sem grande rasto pessoal além dos nomes típicos portugueses: um João Velho, João Martins, Vasco Peres. (NEMÉSIO, 1936: 29)

O mesmo autor segue o que apontam os registos historiográficos ao mencionar o pedido de casamento e o acordo feito para o matrimónio entre Isabel e Dinis. Pedro III, por interesse e estratégia política, como de costume na Idade Média, escolhe Dinis confiando-lhe a sua filha, consolidando assim uma importante aliança. O rei de Aragão escolhe fazer o acordo com o rei português, pois não precisaria de dispensa pontifícia para a concretização do casamento, pois não existia relação de consanguinidade entre os noivos e a união realizar-se-

ia de imediato. Com esta união Isabel de Aragão tornar-se-ia rainha e isto era um factor muito positivo, porque esta aliança ia permitir uma aproximação entre dois grandes reinos, Aragão e Portugal. O autor afirma: “O Aragão apresentava-se como o único reino peninsular capaz de uma aliança de sangue que trouxesse segurança e prestígio.” (NEMÉSIO, 1936: 30)

Em pleno século XXI, Maria Filomena Andrade analisa a temática dos antecedentes do casamento de Isabel de Aragão com base no rigor histórico, sendo da mesma opinião no que diz respeito à aliança entre os dois reinos peninsulares:

O casamento de Isabel com D. Dinis de Portugal (em 1281) integra-se no xadrez político peninsular. Assim, uma mulher que pelo casamento se torna rainha, como Isabel de Aragão, passa a desempenhar um papel importante quer juntamente do esposo, o rei, quer na educação dos filhos, especialmente do primogénito, quer na da corte onde estancia e irradia a sua influência. (ANDRADE, 2014: 100)

O rei D. Dinis mandou três embaixadores discutir o casamento, devendo-se o sucesso destes acordos às negociações ativas e à astúcia dos procuradores do rei, sobretudo João Velho, João Martins e Vasco Peres. A autora descreve o papel que desempenharam os embaixadores no casamento:

Neste ínterim, o rei de Aragão envia a sua primeira embaixada a Portugal para propor o casamento da sua filha Isabel com o monarca português. Uma aliança entre Portugal e Aragão, neste cenário, mostrava-se particularmente eficaz para mobilizar ou «avisar» os dois grupos em Castela e conter a sua ameaça latente e ainda afastar o perigo iminente de uma intervenção francesa. (ANDRADE, 2014: 101-102)

Mas, para além do papel dos embaixadores, um acontecimento importante e ao qual a autora dá destaque, refere-se à preferência do rei D. Dinis, por parte do pai da princesa Isabel, Pedro III:

[...] casando com os pretendentes de Inglaterra ou da Sicília, Isabel seria apenas infanta, mas consorciando-se com Dinis seria imediatamente rainha. Por outro lado, este matrimónio não necessitava de quaisquer dispensas. (ANDRADE, 2014: 104).

Através deste parágrafo a autora consegue abordar um dos propósitos do rei de Aragão em unir esta filha ao rei português, D. Dinis, e que esta se tornava

rainha, para além de que nenhum parentesco unia as duas famílias soberanas e por essa razão não seria necessário solicitar qualquer dispensa do Papa.

Isabel Machado, no seu romance histórico *A Rainha Santa* recorre à ficção para descrever as vantagens da união entre Isabel e Dinis. Apresenta uma visão contemporânea, conseguindo abordar de forma coerente os fatos históricos. Recorre aos diálogos, o que permite dar vida às personagens e, por conseguinte, faz com que os leitores observem diretamente a forma como eles se comportam, se expressam e se relacionam. Um dos diálogos entre D. Dinis e o chanceler-mor Domingos Anes Jardo, sobre a aliança benéfica entre os dois reinos retrata-a, à semelhança das outras narrativas apresentadas, da seguinte forma:

- Parece-nos a mais proveitosa – continuou. – Pela pujança do reino e pela visão do monarca. D. Pedro III está demasiado consciente da vulnerabilidade das suas terras, presas entre Castela e França... Uma aliança com Portugal alargaria a sua influência a uma zona distante.
- É isso mesmo que eu penso e é verdade também para Portugal. (MACHADO, 1914:40,41)

Isabel Machado é da mesma opinião que os outros autores, no que diz respeito aos vários interessados pela infanta Isabel, para casar, e quanto à dispensa papal:

A filha mais velha de D. Pedro III, a princesa Isabel, é cobiçada por várias cortes. Já foram recebidas propostas de matrimónio em Barcelona. Não haveria de solicitar dispensa devido a sangues próximos entre os noivos. As autorizações do santo Padre tendiam a arrastar-se no tempo, enquanto o papado avaliava cada matrimónio à luz dos seus muitos interesses. (MACHADO, 2014: 42-44)

Diante do acordo estabeleceu-se a data do casamento com o rei Dinis de Portugal, a 11 de Fevereiro de 1282, sem a presença do rei português, no palácio em Barcelona, onde a sua corte se encontrava. Contudo, o casamento por procuração não se considerava concluído enquanto os dois noivos não expressassem de viva voz e assinassem a sua aceitação e entrega na presença dos procuradores da outra parte. Nemésio apresenta este momento em discurso direto:

- «Eu, Isabel, filha do excelente D. Pedro por graça de Deus magnifico rei de Aragão, entrego o meu corpo como mulher legítima do senhor D. Dinis, por graça de Deus rei de Portugal e Algarve...» (NEMÉSIO, 1921: 32).

Também Isabel Machado opta por dar a palavra a Isabel de Aragão:

Eu, Isabel, filha do excelente D. Pedro, pela graça de Deus, rei de Aragão, entrego o meu corpo como legítima esposa a D. Dinis, pela graça de Deus de Portugal e do Algarve, ausente como se estivésseis presente, e vos dou a vós, procuradores, o meu consentimento sobre este matrimónio. (MACHADO, 2014:73).

É um facto marcante na vida da princesa o expressar de viva a voz o interesse em contrair matrimónio com o rei português D. Dinis. Discutiu-se a questão sobre qual o caminho mais seguro para atingir o reino de Portugal. Pedro III inicialmente tinha pensado em fazer a viagem por mar, mas logo mudou de ideia e, considerando a extensão e os perigos da travessia, a ideia não foi avante. Dada a complexidade de tal procedimento, ordenou que se fosse por terra.

Depois de se despedir do pai, que a acompanhou até à fronteira da Catalunha, a comitiva seguiu por Aragão, contando com a companhia e proteção do infante D. Afonso, irmão mais velho de Isabel e herdeiro do reino. Ao chegarem ao domínio castelhano o infante aragonês despediu-se da irmã e esperava-a o seu primo, D. Sancho, que dominava as terras castelhanas, mas que por estar em guerra não pode acompanhá-la até Portugal e, por isso, pede ao seu irmão D. Jaime para a conduzir até Bragança, onde foi acolhida pelo irmão de D. Dinis, D. Afonso.

O episódio do casamento é explorado pelas quatro narrativas conforme a historiografia quando relatam a chegada de Isabel de Aragão às terras portuguesas. O texto editado por José Joaquim Nunes afirma:

Depois que ali chegarom, acharom o infante D. Afonso de Portugal, irmão delrey D. Dinis, e o conde de Portugal a que diziam D. Gonçalo, e outros muitos cavaleiros de Portugal e prelados, que ali atendiam a rainha. E, depois que o infante D. James aqueles achou, tornou-se para Castela e leixou a rainha aaqueles portugueses; e chegarom com ela aa vila de Trancoso, e ali chegou elrey D. Dinis e ali se fazerom as bodas e deu elrey officiaes e terras aa rainha. (NUNES (ed.), 1921: 25)

Vitorino Nemésio aborda o tema descrevendo-o de forma abreviada e simples:

D. Jaime deixou-a em Bragança ao cunhado D. Afonso, a primeira pessoa do sangue El-Rei que ela via. [...] El-Rei vinha a caminho, deixara as correições e

os negócios da ajuda ao infante D. Sancho de Castela, para se vir abençoar com ela à entrada do reino. Bragança era «trá-los-montes», era custoso acertar o lugar e o dia da união. Levaram Isabel em cerimonial a Trancoso. (NEMÉSIO, 1936: 34-35)

A historiadora Maria Filomena Andrade narra este episódio do casamento de Isabel de Aragão da seguinte forma:

O infante D. Afonso, seu irmão, acompanhou Isabel até à fronteira com Castela, um pouco acima de Daroca, onde o infante D. Sancho a veio receber e, não podendo acompanhá-la, devido às guerras e problemas em que estava envolvido, deu-lhe no entanto como guia e protector o seu irmão, D. Jaime, que garantiu a fidelidade e a homenagem dos senhorios por onde passaria a comitiva ao longo da jornada.

Assim se fez a viagem, pelo vale do Douro até Bragança. Aí esperavam-na o infante D. Afonso, irmão de D. Dinis, e o conde D. Gonçalo, casado com a sua irmã D. Leonor, filha bastarda de Afonso III, bem como diversos prelados e outros pares do reino. O rei vinha a caminho, deixando os seus negócios de justiça e de ajuda bélica ao infante D. Sancho de Castela. Encontra-se finalmente com Isabel em Trancos, em 1282, vila que lhe doou a 26 de junho. (ANDRADE, 2014: 107).

O romance histórico contemporâneo de Isabel Machado fantasia e relata na primeira pessoa o episódio: “Atravessei a fronteira. A secura das terras de Castela contrastavam com a dignidade da escolta com que meu primo Sancho me distinguiu.” (MACHADO, 2016:89). Na impossibilidade de a acompanhar até Portugal, o infante D. Sancho, seu primo, justificando-se com a sua participação em guerras, entrega essa tarefa ao seu irmão Jaime.

Assim que chega a Portugal, nos inícios de junho, através de Bragança, onde a esperava D. Afonso, irmão de D. Dinis, Isabel depara-se com: “As terras de Portugal mostravam serranias, sem picos de altivez, antes de uma monotonia mansa, de uma suavidade simples e rude, mas vazias de gente...” (MACHADO, 2016: 93). Quando chegou a Trancoso, Isabel estava curiosa por conhecer Dinis: “Mas procurava-o com os olhos, tentando adivinhá-lo por entre o mar de autoridades em Trancoso para receber a noiva de Aragão.” (MACHADO, 2016: 100).

Depois de consumado o enlace, D. Dinis e Isabel fazem diversas viagens por várias localidades do reino, iniciando-se assim uma nova vida para a rainha. A partir deste momento, Isabel ficou ciente da sua nova função como rainha em relação aos interesses a serem defendidos, pois agora o objetivo era alcançar benefícios para o reino português.

O papel principal de uma rainha era o de garantir herdeiros para assegurar a transmissão do sangue real através do nascimento de um varão, cuja existência era considerada essencial para uma sucessão tranquila do poder para a próxima geração. O primeiro filho varão era aceite como o herdeiro válido do trono e do reino. Esta era, pois, considerada a missão mais importante de uma rainha.

Do casamento de Isabel com Dinis nasceram dois filhos, Constança, e Afonso, sucessor de D. Dinis. A Constança, nascida a 3 de janeiro de 1290, foi-lhe atribuído o mesmo nome da sua avó materna. Sem resolver inteiramente o problema da sucessão ao trono, este acontecimento fez com que, na casa real, entrasse alguma esperança. Um ano mais tarde, a 8 de fevereiro de 1291, nascia o Infante D. Afonso, que recebeu o nome do seu avô paterno. Contudo, quanto à data deste nascimento há divergência nas fontes. O nascimento deste filho varão irá transformar a existência de Isabel, como veremos mais à frente no nosso trabalho. Isabel tinha cumprido o seu papel principal de rainha, ao proporcionar um herdeiro à coroa portuguesa.

Nas narrativas abordadas neste trabalho, o nascimento dos filhos de Isabel, Constança e Afonso, é um tema pouco explorado nos textos historiográficos. Também no texto editado por José Joaquim Nunes o nascimento da filha apenas merece algumas linhas:

Esta, rainha, sendo de dezassete anos, fez sa filha D. Constança, a qual foi casada com elrey de Castela, D. Fernando, da qual Dona Constança elrey D. Fernando ouve elrey D. Afonso de Castela e a rainha de Aragom, Dona Leonor, que foy casada com elrey D. Afonso, filho delrey D. James, irmão da dita rainha. (NUNES (ed.), 1921: 26)

O nascimento do filho é abordado igualmente de forma pouco ampla:

E, sendo esta rainha Dona Isabel de idade de vinte anos, fez filho elrey D. Afonso de Portugal, o quarto D. Afonso, e naceo na cidade de Coimbra VIII de fevereiro em [na] era de mil III e XXXIX anos, o qual reinou depos elrei D. Dinis, seu padre, e, soendo ifante, casou com a rainha D. Beatriz, filha delrey D. Sancho de Castela, e da rainha Dona Maria, molher do dito rey D. Sancho, a qual trouverom moça pera Portugal e criarom-[n]a elrey D. Dinis e esta rainha Dona Isabel, segundo compria de se fazer em criança de filha de rey.(NUNES (ed.), 1921:29)

Conforme Vitorino Nemésio, o nascimento da primeira filha de Isabel e de Dinis, é um acontecimento marcante na vida da rainha Isabel, retratado por meio da ficção:

Em Janeiro de 1290 veio o primeiro filho. Era uma menina, um palmo de pessoa de que saía uma nota muito tempo, como das gaitas galegas antes de esvaziarem. Havia de se chamar Constança, como a mãe de Isabel. (NEMÉSIO, 1936: 41)

Quanto ao filho varão, afirma-se:

O primeiro varão, D. Afonso, viera ao casal há sete anos, e também ficava ajustado com uma infanta de Castela, que se trazia para os paços no lugar de Constança. Dos vinte aos vinte e um ano Isabel mostrava-se de repente fecunda, com o ventre duas vezes embaraçado e livre, o busto mais alto debaixo dos seus broches de pedras, que tinha tenção de deixar a quem lho fizera altear. (NEMÉSIO, 1936: 43).

Maria Filomena Andrade partilha da opinião de Vitorino Nemésio quanto à função principal do casamento na Idade Média, que era usado como meio para criar e fortalecer alianças entre reinos, consolidando a política externa, e visava a obtenção de um sucessor que garantisse a continuidade da linhagem do trono e, por conseguinte, assegurasse a paz (ANDRADE, 2014: 113).

Observamos, através de dois capítulos do romance histórico de Isabel Machado, *A Rainha Santa*, o nascimento dos dois filhos de Isabel de Aragão. Esta análise destaca-se das outras narrativas, visto que a autora tece comentários de outro tipo, recorrendo à ficção para descrever como tudo aconteceu na sua perspetiva. Os acontecimentos são apresentados a partir da fala do narrador, na primeira pessoa, recorrendo-se também ao diálogo entre as personagens. Esta organização é relevante para mostrar o íntimo da personagem Isabel, num acontecimento marcante na vida de uma mulher como é o nascimento de um filho. Os diálogos entre Isabel, Vataça³ e as outras mulheres que estão ajudar ao parto, é transmitido como um momento de tensão e ansiedade. Os sentimentos demonstrados nesta ocasião terão ficado à margem da História.

Isabel Machado traz uma novidade à narrativa ao tratar dos sentimentos entre Dinis e Isabel, tema que não tinha sido abordado nas outras obras. Para

³ Vataça terá chegado a Portugal no ano de 1288 no séquito da Rainha Santa Isabel, veio como aia, amiga e parente afastada da Rainha.

além de enfatizar o episódio do nascimento dos filhos, mostra ainda a importância da maternidade, e o que trouxe à vida do casal e afirma: “Dinis olhava-a como fruto apetecido, como se a maternidade tivesse libertado dela a fêmea que até ali nunca lhe encontrara. Via-a agora menos menina e isso trazia-lhe apetites da carne, da carne dela.” (MACHADO, 2016: 180). De acordo com este romanceamento, parece ter nascido um sentimento novo no interior de Dinis que talvez fosse amor. Feliz pela forma como o marido a tratava, a postura do rei trazia felicidade à rainha: Isabel resplandecera naquela atenção do marido, fizera-se ainda mais bela, não que lhe vibrasse o corpo para as matérias da alcova, para as que não se via fadada, mais dada ao espírito da oração. Também perdera o temor reverencial dele, por escolher visitá-la só para gozar da sua companhia e conversar; até uma vez lhe adormecera nos braços, mesmo que as regras ditassem ao esposo lonjura da mulher enquanto o corpo da mãe se ia purgando depois do parto.

Um recurso contemporâneo pertinente presente no romance refere-se ao trecho em que Isabel menciona um acontecimento futuro ao pensar em Afonso, que ocorreria quando este crescesse, um pensamento cheio de emoção e sentimento e que Isabel Machado refere da seguinte forma:

Vejo Afonso a crescer, com robustez e obediência, de carácter vertical e temor a Deus. Aprenderá de mim as primeiras letras com sua irmã, lado a lado, como fizeram comigo e com os príncipes de Aragão, Afonso e Jaime. (MACHADO, 2016: 187)

A narradora utiliza a prolepse, recurso muito frequente no romance contemporâneo que constitui numa antecipação, no plano do discurso, de um facto ou de uma situação. Sobre isto escreve Vítor Manuel de Aguiar e Silva:

O romance que mais fácil e logicamente acolhe prolepses é o romance de narrador de narrador autodiegético, pois este narrador, que organiza a narrativa segundo um modelo explicitamente retrospectivo, não tem dificuldade de, a respeito de um acontecimento diegético, evocar um outro que lhe é cronologicamente posterior. (SILVA, 1983: 754)

Os casamentos negociados, as ligações por interesse, a desclassificação da mulher e, de um modo geral, a mentalidade da Idade Média potenciaram a desvalorização do matrimónio e justificaram uma certa institucionalização da

mancebia. A barregania era uma prática aceite e frequente neste período, garantia poder aos filhos ilegítimos que eram, frequentemente, utilizados para o controlo político e económico quer de reis quer de grandes senhores.

A figura central do nosso trabalho, Isabel de Aragão, demorou a ter filhos e isso, até certo ponto, tornava as concubinas mais importantes para o rei, pois este já havia gerado vários filhos ilegítimos, posteriormente usados em alguns acordos políticos. Podemos constatar que a diferença considerável de idades entre Isabel e Dinis fez com que a aproximação entre os dois fosse escassa e o rei passasse a encontrar-se com outras mulheres. A biografia elaborada por José Augusto Pizarro, intitulada *D. Dinis*, aponta, nas palavras do autor, para um certo afastamento inicial de Isabel, atribuindo isso à diferença de idades, pois o rei já era um jovem mancebo enquanto a rainha era ainda uma adolescente:

Quando, em meados de 1282, D. Dinis recebeu a sua mulher em Trancoso, tinha então 20 anos e D. Isabel completara poucos meses antes os 12 anos. Uma diferença considerável ainda hoje, sobretudo nestas idades, e mais ainda naquele tempo, quando é sabido que a vida sexual e mesmo marital começa a partir dos 14 anos. Não será por isso de espantar que o monarca, já homem feito e com uma clara apetência sexual, tivesse iniciado já a sua experiência, a este respeito, há algum tempo. (PIZARRO, 2005: 231)

Os filhos bastardos do rei Dinis foram acolhidos e criados na corte régia pela rainha. Longe de ser um ato de caridade, tal atitude era reflexo de uma prática reservada às damas e rainhas do seu tempo. Os bastardos eram figuras comuns na sociedade portuguesa, pois os filhos nascidos fora dos casamentos oficiais eram bastante numerosos. Faziam parte de uma estrutura paralela à linhagem real, à qual apenas o primogénito legítimo poderia dar sequência. Gimenez afirma sobre este assunto:

Tais práticas faziam parte de um ambiente político no qual não só Dinis, mas também a Rainha Isabel, procuravam constituir uma rede de influência política a partir da negociação dos casamentos de algum desses bastardos. (GIMENEZ, 2000: 73)

A rainha Isabel apresenta-se, nos estudos históricos mais antigos, dotada de virtude e santidade, porém sob uma visão contemporânea, será vista com características mais atuais: uma mulher sofredora pelas traições do marido, uma mulher benevolente e conivente com as suas ações, educada, e que veio de uma

corte que culturalmente sobressaía no contexto da Península Ibérica. Dois anos antes do seu matrimónio com Isabel, já ao rei lhe tinham nascido três filhos: João Afonso, Fernão Sanches e Pedro Afonso, de mulheres diferentes. Na perspetiva das várias narrativas vamos a seguir analisar o tema da infidelidade do rei, das concubinas e dos bastardos. Note-se que este assunto dos filhos gerados fora do casamento não era novidade para Isabel, uma vez que era prática corrente, e ela também tinha irmãos bastardos filhos do seu pai. José Miguel Pero-Sanz afirma: “E algo semelhante sucedia na família da própria Isabel: o seu pai, Pedro III, tivera pelo menos sete bastardos.” (PERO-SANZ, 2014: 61)

A obra editada por José Joaquim Nunes descreve as constantes infidelidades de D. Dinis da seguinte forma:

E, vivendo elrey D. Dinis e a rainha aguardando aquele que se deve guardar antre casados, elrey D. Dinis foi enduzido por alguus, que o queriam envolver em pecado de luxuria pera o luxuriarem pera aver outras mulheres e pera o afastarem da casa da rainha, e encomeçou a teer barregãs e mulheres mancebas e aver filhos delas. E a rainha, pero que fosse em aquel tempo mulher manceba e esto que elrey fazia soubesse, dava a entender ao mundo que por aquilo nom dava cousa; e quando a ela diziam: «Ora tomou elrey tal por barregã», entom ela, pera dar a entender que ava pouca e nom curava de tal cousa, começou a rezar e a levar por seus livros ou a departir em alguus cousas que fossem a louvar e serviço de Deus com sas donas e donzelas. (NUNES (ed.), 1921: 29)

Afirma também:

E ouve elrey filhos e filhas, os quais sofria a rainha e mandava que se veessem ante ela e dava a eles de vestir e de comeer e criava-os; e assi fazia aos ayos, fazia a todos muito bem e muita ajuda. (NUNES (ed.), 1921: 30)

Quanto às relações extramatrimoniais, no romance *Isabel de Aragão Rainha Santa*, Vitorino Nemésio aponta D. Dinis como um homem que vivia de folias e que tinha diversas mulheres e filhos bastardos. Não menciona a posição destes, somente a posição de Mordomo-mor de Afonso Sanches, por quem o rei tinha uma grande carinho. De forma irónica, o autor descreve o nome das mães dos bastardos, Aldonça da Telha, Marinha Gomes, D. Garcia de Sacavém, Maria Pires e Branca Lourenço. Considera de forma natural a vinda de bastardos:

Para a corte viessem os bastardos, a quem Isabel abria um sorriso dos mais sossegados: D. Afonso Sanches, o filho da Telha, para a mordomia-mor; por aqui e por ali o Conde de Barcelos, que saía ao pai em entendimento e já desfiava

linhagens, outro D. Pedro não Afonso, D. João Afonso D. Fernando Sanches, D. Maria Afonso filha de Marinha, mais uma Maria Afonso que se desforra em bondade... Fora os que podiam nascer e os não sabidos. (NEMÉSIO, 2011: 46-47)

Maria Filomena Andrade, na sua biografia *Isabel de Aragão Rainha Santa, Mãe Exemplar*, não dá grande destaque às infidelidades de Dinis e aos filhos bastardos. Considera que na corte portuguesa os filhos ilegítimos do monarca eram educados como infantes e beneficiavam dos mesmos privilégios dos filhos legítimos, recebendo bens e cargos. Afonso Sanches, Pedro Afonso, Fernão Sanches, João Afonso, todos eles viveram na corte e foram confiados a D. Isabel que os criou como se fossem seus. (ANDRADE, 2014: 116-117).

Com uma visão diferente sobre a temática que estamos a abordar, Isabel Machado elabora o seu romance histórico através da ficção, na medida em que pretende reconstruir e recontar as vivências humanas, integradas num determinado contexto de um passado remoto. É romance na medida em que se subordina a uma narração, marcado pela presença de personagens que atuam num determinado contexto do espaço e do tempo.

Na construção do episódio sobre a existência dos filhos bastardos, a narradora apresenta a rainha como uma boa mulher que vai acolher as crianças. Através do diálogo entre Dinis e Isabel percebemos a angústia vivenciada por Isabel e é exaltado o seu lado emocional, bondade, respeito e inteligência referidos pelo marido. Isabel ficou ciente da função que ia assumir, reconhecendo as relações que Dinis teve com outras mulheres. O rei pretende levar as crianças para o paço para que Isabel as acolhesse como se fossem dela. Isabel Machado apresenta a imagem do sacrifício pessoal que inspirou a compaixão do povo pela rainha e que em torno dela começou a desenhar uma aura de santidade da seguinte forma: “- Trazei-os, senhor, todos os que tiverdes. Tratarei deles como se fossem meus.” (MACHADO, 2016: 241).

Com efeito, a mulher, na Idade Média, mesmo posicionando-se contrária ao casamento (em casos de vocação mais espiritual) não o questiona, uma vez que se sentia pressionada por várias razões. Isabel de Aragão, como mulher medieval, mesmo parecendo não sentir vontade de assumir o casamento, aceita a

proposta com o único argumento de servir as ordens do pai. O seu casamento foi marcado por intensas negociações entre os reinos de Portugal e Aragão, tratando-se de uma aliança que tinha como finalidade unir os dois reinos.

Rainha de Portugal, foi cativando o coração do povo português pelas suas ações de extrema bondade, praticadas em favor dos humildes, dos doentes, dos abandonados, das crianças, dos famintos. As obras que patrocinou foram inúmeras: hospitais, asilos, leprosarias, casas de assistência, mosteiros e igrejas foram construídos graças à generosidade desta Rainha. Distribuindo o que tinha de seu, visitava os doentes, servia os pobres, intercedia pelas crianças abandonadas, amparava as filhas da gente humilde às quais dava dote quando casavam, vestia os que não tinham roupa, lavava as feridas dos leprosos com as suas próprias mãos.

Medianeira da paz, graças à sua intercessão foi possível, por diversas vezes, encontrar uma solução que não a das armas. Assim aconteceu entre seu marido, D. Dinis, e seu cunhado, D. Afonso, irmão de D. Dinis, e entre seu marido e seu filho, o futuro rei D. Afonso IV.

Após a morte do marido, optou por envergar o hábito de Santa Clara mudando-se para o Mosteiro com o mesmo nome aí passando os últimos anos de viuvez. No ano de 1325 foi como peregrina a Santiago de Compostela, deixando dádivas valiosas ao Santo Apóstolo S. Tiago e trazendo consigo o bordalo oferecido pelo arcebispo e que passou a guardar religiosamente.

É o que se escreveu sobre estas fases da vida da Rainha Santa Isabel que vamos analisar nas páginas seguintes. Culta, instruída, caridosa, incansável, sem uma queixa sobre as infidelidades do marido, adotando e educando os filhos bastardos que aceitou como seus. Mulher, Rainha, Mãe e Santa, Isabel de Aragão é uma figura incontornável da História de Portugal. Abordaremos ainda o seu papel enquanto viúva e, por fim, analisaremos a sua morte, assim como o processo de beatificação e canonização.

3.3. Isabel, uma Rainha instruída

Durante a Idade Média, saber ler e escrever era privilégio restrito à população mais rica: religiosos, nobreza e membros da família real. Nesta época, a instrução das crianças era efetuada, na maior parte dos casos, no seio familiar e de forma individual, tanto para rapazes como para raparigas. As mulheres das camadas mais elevadas da sociedade recebiam uma educação cuidada e muitas aprendiam a ler. Eram normalmente formadas pela instrução direta dos seus familiares, nomeadamente pela mãe com o apoio de aias. José Miguel Pero-Sanz, reforça que: “A educação habitual dos filhos era delegada nos aios, mordomos e outros mestres e, por vezes, num irmão ou irmã mais velhos.” (PERO-SANZ, 2014: 16). A formação cultural de uma princesa não era igual à das outras crianças, tornava-se essencial receber toda a preparação para serem boas princesas e posteriormente boas rainhas. Uma futura rainha teria uma educação mais cuidada e que lhe seria útil para mais tarde acompanhar o seu marido nas funções de governante do reino.

A Rainha Isabel foi dotada de uma inteligência viva, de um grande conhecimento quer a nível das línguas e da música, como da engenharia, da arquitetura, da medicina e da enfermagem. Nas obras em estudo para este trabalho, Vitorino Nemésio não faz referência às aptidões da Rainha, mas o texto editado por José Joaquim Nunes refere o seguinte:

E fez juntar pedreiros e carpinteiros e começou per eles a fazer lavrar em aquel moesteiro [a] elgreja que começara, e mandou fazer pera si sepultura e começava a fazer lavrar acerca do moesteiro pera sa morada e dos seus, uas nobres casas, e forom acabadas em pouco tempo, e fez fazer e aquel logar aquelas casas, pera poder ir mais a mende delas a veer [!]o moesteiro e donas e veer [!]as obras que ela fazer mandara como se faziam, ca todas as casas que ela fazer mandava todo se fazia segundo ela divisara, [e] de guisa o mandava fazer que aqueles mesterais a que o ela mandava fazer se maravilhavom de entender assi e mandar fazer e em como os prasmava e corregia em aquele que lavravam e faziam. (NUNES (ed.)1921: 54-55)

Ficam aqui explícitos os conhecimentos que a Rainha possuía para dar ordens sobre um trabalho desta dimensão. Não se limitava a ordenar ou a

financiar a construção, mas acompanhava a sua execução, até mesmo no que se referia aos aspetos mais técnicos, ensinando e corrigindo os trabalhadores. Foi a Rainha quem dirigiu as obras do seu Mosteiro de Santa Clara e a execução do seu túmulo.

Maria Filomena Andrade descreve o ambiente em que Isabel foi criada e educada:

A corte aragonesa onde nasceu e foi criada Isabel é de uma grande riqueza e controvérsia, quer a nível das letras quer das ciências e, essencialmente, da religião.

Isabel terá vivido os primeiros anos da sua vida conhecendo e convivendo com todos os que, na corte, ou passando por ela, defenderam ideias e formas de viver e de se comportar. Uma criança era educada nas virtudes que eram próprias da nobreza e da sua condição em função do seu sexo. A educação baseava-se em *exempla* que eram seguidos e tomados como modelos. (ANDRADE, 2014: 84-85)

De acordo com Maria Filomena Andrade, a educação que recebeu foi importante, o que lhe permitiu providenciar aos filhos os mais elevados padrões da época, visto que uma das principais funções educativas por parte de uma mãe era o ensinamento da fé cristã:

Isabel procura dar uma educação esmerada aos seus filhos passando com eles grande parte do seu tempo, até porque, como mãe, era a depositária da tradição familiar e encarregava-se do ensino da fé cristã pelo exemplo e pela correção. Esta educação tem possibilidade como matriz a mesma que Isabel recebera e que fizera dela uma mulher piedosa e uma esposa devota. As ideias que então eram difundidas nas cortes europeias e na aragonesa em particular, a partir do século XIII, favoreciam a criação dos filhos dos reis e mesmo dos da alta nobreza na corte régia. Logo desde a infância eram aí educados de acordo com os mais elevados e exigentes padrões de comportamento da época. (ANDRADE, 2014: 114)

Isabel Machado também faz referência à educação que a Rainha D. Isabel transmitiu aos seus filhos, Afonso e Constança. Esta educação foi com o consentimento do rei D. Dinis:

Dinis acedera ao pedido da mulher. Os dois filhos cresceriam junto da mãe nos primeiros anos. Sempre com ela, era Isabel quem lhes ensinava a rezar, lhes dava catequese, falando-lhes da vida de Cristo, dos santos, e dos princípios sólidos da Igreja de Deus. Consigo aprenderam as primeiras letras, fazia-os curiosos de saber mais, a melhor forma de ensinar, que era o inverso de tornar a educação enfadonha, incompreensível para mentes tão verdes. Comparava tudo com a vida, com o que eles já conheciam. Em explicações simples, com palavras da fé adaptadas ao dia dos homens, como Cristo fizera, falava das grandes verdades do mundo. (MACHADO, 2016: 193-194)

A educação das crianças, sobretudo no que diz respeito aos filhos dos reis, não englobava apenas os pais. Maria Filomena Andrade assegura: “Na corte portuguesa, à semelhança de tantas outras, a formação dos jovens príncipes era ainda acompanhada pelos preceptores e por todos os que os instruíam no conhecimento das letras e das artes”. (ANDRADE, 2014: 115)

A Rainha Isabel, para além da educação dos seus filhos, Afonso e Constança, teve um papel importante na educação dos bastardos do rei D. Dinis, Afonso Sanches, Pedro Afonso e Fernão Sanches, assim como de Beatriz, a futura esposa de D. Afonso IV. Os filhos bastardos de D. Dinis foram educados juntamente com os filhos legítimos. A Rainha foi também responsável por providenciar a educação da infanta Beatriz, filha de Sancho IV de Castela e de Maria de Molina, que veio de Castela ainda menina e que lhe terá sido entregue para ser criada e preparada para o seu futuro papel de consorte do monarca D. Afonso IV. Maria Filomena Andrade, analisa:

Todos eles vivem na corte e são entregues aos cuidados de D. Isabel que os terá criado ao lado dos seus filhos. Junto deles esteve ainda D. Beatriz, que veio com poucos anos de idade, ainda criança, para a corte portuguesa, a fim de casar com Afonso, o futuro Afonso IV. (ANDRADE, 2014: 117)

A romancista Isabel Machado descreve o seguinte, recorrendo à ficção:

Para acolher os bastardos do rei e incluí-los nas lições, Isabel mandara fazer uma mesa grande, de forma rectangular, que pudesse transportar entre os vários paços, onde todos coubessem com largueza e ainda houvesse espaço para livros, penas e tinteiros. Várias folhas de papel, invenção que já chegara a Portugal, substituíam o pergaminho na escola do paço. Para lhes garantir maior conforto nas muitas horas que passariam sentados, Isabel costurara com as suas damas almofadas para os assentos. Encomendara aos artesãos da corte vários bancos de madeira à medida dos corpos dos quatro filhos do rei que viviam na corte. Sem distinções. E um diferente para Beatriz. (MACHADO, 2016: 246)

Um foco de cultura muito importante na Idade Média era a corte, um espaço multifacetado tanto de carácter político e social, como cultural. No caso da corte do Rei D. Dinis, esta foi, na época, um dos centros literários mais notáveis da Península, devendo-se a este rei um grande impulso na cultura nacional. Para Filomena Andrade:

A corte portuguesa era, à época, plena de efervescência, quer pelo número de estrangeiros – castelhanos, aragoneses, flamengos e genoveses (entre outros) –

que nela circulavam, quer ainda pelo esplendor cultural que revelava, e que Isabel deveria acompanhar. (ANDRADE, 2014: 187)

Terminando a análise sobre a educação, não restam dúvidas que a Rainha D. Isabel tentou dar o mesmo tipo de educação e oportunidades aos filhos bastardos de D. Dinis, tal como concedeu à infanta D. Constança e ao infante D. Afonso, seus filhos legítimos. Os monarcas da época medieval sabiam o que era a educação e faziam questão de passar os ensinamentos de geração em geração, independentemente de os filhos serem legítimos ou naturais.

A Rainha Isabel, esposa de D. Dinis, destacou-se também nos conhecimentos de medicina e enfermagem. O contacto da Rainha com os físicos da casa real permitiu-lhe a aquisição de conhecimentos para tratar doentes. No que diz respeito a este assunto, José Crespo reforça que “D. Isabel de Aragão estava bem a par do movimento científico e cultural da época.” (CRESPO, 1972: 33). A explicação para as curas que realizou deve-se ao facto de esta Rainha conhecer o poder curativo das plantas e estudar a anatomia do corpo. Isabel beneficiou da imensa curiosidade do seu irmão Jaime II de Aragão, por quem tinha uma imensa admiração e uma relação de profundo afeto, já que este se dedicava ao estudo dos poderes curativos das plantas e das mezinhas. A proximidade com os melhores físicos da época e da casa real, permitiu-lhe igualmente adquirir muitos conhecimentos para tratar de doentes.

O gosto pelos cuidados médicos da Rainha já vinha desde pequena. O contacto que teve com o irmão fez com que o seu espírito ambicioso, bem como a sua apetência para a ciência a levassem a procurar saber mais para ajudar os outros, porque só assim era possível socorrer os mais necessitados que se aproximavam dela. Isabel Machado descreve, na primeira pessoa do singular, o convívio da Rainha com o irmão, referindo o seguinte:

O meu irmão procurava curas e tratamentos continuamente, seria um físico ou filósofo se não estivesse destinado a outra vida, servindo um reino. Eu sempre partilhei este seu interesse, que começara mal eu viera da corte de nosso avô. A curiosidade transformara-se numa intensa dedicação, de profundo sentido, com a descoberta de querer servir a Deus, ajudando os outros. (MACHADO, 2016: 45-46)

A autora continua a descrição, na primeira pessoa, com o objetivo de fazer com que a história soe de forma mais intensa e pessoal. Permite que o leitor não veja apenas o ponto de vista do narrador, mas também o da personagem:

Acompanhei atentamente os gestos do meu irmão enquanto ele alinhava as mesmas de pergaminhos. Desde a entrada recente na corte do físico e teólogo Arnaldo de Vilanova, profundo conhecedor das mais avançadas técnicas da época, que Jaime se dedicava aturadamente ao estudo de tratados, alguns escritos em hebraico, língua dominada por Vilanova, a quem pedia auxílio na tradução. O meu irmão tinha agora um mestre à altura das suas muitas interrogações. Minucioso e de espírito ávido de estudo, Jaime não descurava nenhuma das correntes de pensamento que apareciam na Europa.

A corte do nosso pai acolhia as novas ideias. A Universidade em Montpellier, parte dos domínios aragoneses, desenvolvia o estudo da medicina e já se preparava a abertura de uma outra mais próxima de Barcelona, um sonho que esperava realizar dentro de poucos anos. (MACHADO, 2016: 46)

Muitas vezes, procurava-se alguém que tivesse conhecimentos sobre um determinado procedimento que ajudaria a curar determinada doença e aplicava-se ao doente. É o caso da Rainha Santa Isabel, que acompanhava e observava os gestos do irmão, Jaime, e assim recolhia ensinamentos sobre os tratamentos e curas através das plantas. Neste quadro, há um episódio da vida de Isabel que ficou conhecido, que foi a aplicação de clara de ovo num doente. Hoje em dia, conhecemos a riqueza da clara de ovo, que é composta por proteína e água, o que facilita a coagulação sanguínea, enquanto que o fibrinogénio isola a ferida. Na época medieval, não se pensava nestes termos, porém Isabel aplicou-a num doente e os resultados foram surpreendentes.

Também Isabel Machado descreve o episódio do leproso que se aproximou dos aposentos da Rainha a pedir auxílio. Tinha sido ferido por um guarda, que lhe abriu a cabeça com um pau e, para estancar o sangue, Isabel aplicou clara de ovo:

Isabel olhou em volta como se procurasse deitar a mão a alguma coisa para tratar o homem. Correu mentalmente tudo o que dispunha, mas nenhum dos pós e unguentos serviriam para estancar o sangue. De súbito, ocorreu-lhe uma ideia à lembrança. E pediu:

- Mandai buscar ovos às cozinhas e separai as gemas das claras. Rápido, que não tardarei a descer.

Messi calou a dúvida e apressou-se a ir cumprir a ordem. A rainha virou-se então para Isabel de Cardona e Urraca Vasques.

- Vinde comigo, preciso de água limpa e de arranjar uma forma de o fazer sair do paço sem ser visto.

A recordação levava Isabel para um dia distante da sua infância na corte de Aragão. Jaime falara-lhe de uma experiência que fizera com um dos seus pajens, ferido durante um treino de armas. O príncipe lera num tratado as virtudes da clara de ovo para travar o sangue e cicatrizar uma ferida aberta e garantira à irmã que o ferimento sarara. Não tendo acesso a mais nada naquele momento, testaria a ideia de Jaime. (MACHADO, 2016: 279-280)

Depois de observar o homem, Isabel, com água limpa e panos, retirou o sangue. Isabel Machado continua a descrever o episódio da seguinte forma:

Dois dias depois, a rainha foi visitar o doente em casa de Urraca Vasques. Instalado num pequeno alojamento junto às cavalariças, pelas muitas preocupações tomadas por dois fiéis criados, conseguira não ser visto por nenhum escudeiro nem moço de estrebaria da casa. Isabel, vestida com um pelote, a cabeça coberta pelo capuz, foi levada até ao doente. Notou que a testa estava descoberta, sem ligaduras de pano a envolver a cabeça. Agachou-se, aproximando-se da ferida para observar:
- É um milagre, senhora...o corte está quase sarado – disse a leal Urraca. (MACHADO, 2016: 287-288)

Do que aqui ficou exposto, vemos que a romancista retrata com muita vivacidade o episódio do tratamento de um doente com a aplicação da clara de ovo numa ferida, por parte da Rainha Isabel, e que teve bons resultados, chegando a pensar-se que foi um milagre. Assim, tudo leva a crer que Isabel possuía, de facto, bons conhecimentos médicos. Maria Filomena Andrade é da opinião que:

No caso de Isabel podemos ainda supor que terá providenciado e transmitido alguns dos conhecimentos médicos que lhe são atribuídos, possivelmente com a preocupação de aliviar o sofrimento dos pobres e carenciados que dela se abeiravam. (ANDRADE, 2014: 115)

A autora conclui:

Desde sempre são-lhe atribuídas competências nesta área e embora não haja disso prova documental, certo é que, como a seguir veremos, muitos dos milagres que lhe são atribuídos resultam do exercício de um poder curativo que pode ter origem em conhecimentos médicos. (ANDRADE, 2014: 215)

Verificamos que, na edição de José Joaquim Nunes e na obra de Vitorino Nemésio, este episódio dos conhecimentos médicos de Isabel não aparece referido. Tudo leva a crer que o episódio do gafo seja ficcional, contudo é de destacar a importância que assume no romance histórico de Isabel Machado e na biografia de Maria Filomena Andrade. Em suma, concluímos que ainda sabemos muito pouco sobre este assunto.

3.4. A vida caritativa da Rainha

A Rainha Santa Isabel foi uma rainha que abandonou uma vida ladeada de riquezas e luxos para viver de forma simples e humilde, estando sempre disponível para as pessoas mais carentes e necessitadas, utilizando a sua autoridade de rainha para fazer o bem. Ao longo do reinado do marido, Isabel deparou-se com muita miséria no reino e decide, por isso, auxiliar os mais desprotegidos, alimentando-os, vestindo-os e cuidando das suas doenças. Essas suas atitudes de bondade foram, a maior parte das vezes, feitas com as suas próprias rendas. Isabel, entre outras iniciativas de vulto, fundou diversos hospitais (como os de Coimbra, Santarém, Leiria e Torres Vedras), e obras religiosas, tendo ainda criado várias albergarias (como as de Estremoz, Alenquer e Odivelas) e gafarias (em Leiria e Óbidos). Para Gimenez:

Uma questão que marcou profundamente as atitudes da Rainha Isabel foi o seu comportamento na distribuição de provimentos aos pobres, na concessão de suprimentos para abrigados em diversas casas do reino, na doação de dinheiro para seus servidores particulares e acções para a construção de hospícios, conventos, casas de regeneração, orfanatos e albergues, entre outros. (GIMENEZ, 2005: 86).

Todas estas manifestações de afeto, inspiradas numa existência franciscana, foram vistas pelos pobres como atos de uma mulher bondosa, atenta aos outros, carinhosa e íntegra. Refletiram-se na sua ação política e social no reino. Tinha a consciência clara do lugar que ocupava na sociedade da altura. É esta consciência que torna Isabel uma mulher eficiente, que coloca a sua inteligência e conhecimentos ao serviço do próximo. Para Gimenez:

A essa atuação político-social, a Rainha Isabel acrescentou gestos piedosos de inspiração franciscana ao distribuir esmolas, edificar orfanatos, construir albergues para doentes, abastecer com víveres e objetos sacros mosteiros e igrejas, cujos desejos últimos iam no sentido de manter a harmonia entre os habitantes do reino por meio da acção política e do amparo divino. Isso, pode-se dizer, caracterizou sua biografia como mulher nobre e rainha cristã. (GIMENEZ, 2005: 94)

Portugal, neste período, viveu sucessivas dificuldades económicas com uma população que vivia pobre e carente, em más condições de vida. Neste

sentido, era necessário ser caridoso. Para além de uma Rainha instruída, outra faceta em que a Rainha Santa Isabel se destacou foi na prática da caridade e no amor aos pobres no qual o seu amor a Deus se projetou inteiramente. Tanto se dedicou aos fracos, como cuidou dos doentes, fundou hospitais e protegeu toda a categoria de indefesos, que não é possível encontrar explicação humana para a fecundidade assombrosa das suas iniciativas. Poderia ter-se centrado nas intrigas quotidianas da corte, ter-se fechado na procura do seu bem-estar pessoal e desfrutar das possibilidades que o seu estatuto social lhe conferia, mas não foi o caso. Teve a sua vida marcada pelas importantes acções que desenvolveu em benefício da paz da própria família e, de modo geral, a ajudar os mais pobres e proporcionar-lhes pão, roupas e cuidados médicos, aplicando os rendimentos da sua fortuna sempre com verdadeira caridade. Isabel, com as suas acções altruístas e atitudes espontâneas, não procurou qualquer recompensa, pois a caridade fazia parte dos seus deveres de Rainha. Abdicar de algo que podemos dispensar em favor de quem mais necessita é uma acção profundamente humana. A caridade caracteriza-se pelo princípio da moral cristã. Na edição de José Joaquim Nunes é referida a sua vontade em ajudar os pobres:

E polas esmolas que ela fazia, quando sabiam que viinha de uu logar pera outro, asseetavam-se per [l]os caminhos, em nas estradas das vilas e logares, muitos omees e molheres e moças, pera receber aquela esmola, e, por muitos que fossem, nom parteria nenhuu sem esmola, assi o mandava ela fazer por aqueles que aquela esmola aviam a dar, e muitas a que aquela esmola nom era mui compridoira se assentavam ali com os pobres pera receber esmola, avendo devoçom em ela. [A] muitos pobres que viia per caminho mandava dar de vestir em sa casa, visitava as enfermas, poendo em elas as mãos mui sem nojo, e mandando delas pensar, segundo a door que avia[m] o demandava. E em cada ua quaresma fazia estremadas esmolas a omees e a molheres envergonçados e em dia que se diz *Cena Domini* lavava a certas molheres pobres gafas os pees e lhos beijava e vestia as de quecas, de pelotes e cerames, e dava-lhes de calçar e contas por amor de Deus. (NUNES (ed), 1921: 42-43)

Neste texto, é possível verificar que D. Isabel, Rainha piedosa e boa, distribuía diariamente pão, roupa e esmolas aos pobres, os quais acorriam às suas portas pedindo ajuda. Era comum vê-la, bem cedo, acompanhada das suas fiéis damas de honor, percorrerem as ruas das cidades onde se encontrava a corte, distribuindo alimentos, roupas e a socorrer os mendigos e os doentes. Ela empregava grande parte dos seus recursos pessoais e dos rendimentos do reino

em proveito dos pobres. A Rainha Isabel fez das suas acções caridosas uma condição de vida, sendo estas também vistas como uma forma de justiça. Segundo o texto editado por José Joaquim Nunes:

Per alguns logares do senhorio de Portugal foi, que lhe disserom que avia i molheres de bõ logo e outras que eram mancebas e pobres, e com a mengoa que nom aviam onde o vestir, que verria[m] a fazer de seu dano, e mandava esta rainha filhar peças de panos e mandava a ela que partisse aqueles panos por aquelas moças a que visse que compria, e esto fazia ela ascondudate, segundo sabem alguns e alguns de sa casa. (NUNES (ed.),1921: 45)

Vitorino Nemésio, no seu romance *Isabel de Aragão Rainha Santa*, faz também referência às esmolas que Isabel dava aos pobres desde pequena: “Já em pequena lhe atribuem suspiros «pela sua solidão», o gosto das esmolas, das rezas e dos jejuns.” (NEMÉSIO, 2002: 27)

A prática de esmolar da Rainha Isabel é referida também por Isabel Machado no seu romance histórico *A Rainha Santa*: “Distribuiu as restantes moedas pelos pedintes que se haviam acumulado junto à Sé antes de retomar o caminho de regresso ao castelo.” (MACHADO, 2016: 113)

Atenta às necessidades dos mais humildes, empenhou-se em criar instituições para acolher e auxiliar doentes e pobres. Mandou edificar hospitais em Coimbra, Santarém e Leiria e albergarias para mulheres. Patrocinou reformas e construções de leprosários, hospitais, albergarias para os pobres, deixando uma marca significativa em Portugal na área da assistência.

O monumento mais representativo e com maior envergadura do seu apadrinhamento foi o Mosteiro de Santa-Clara. Trata-se de um monumento emblemático, de estilo gótico. Foi iniciada a sua construção nos finais do século XII, fundado por D. Mor Dias, uma dama da nobreza de Coimbra, que tinha como intenção a construção de um lugar de albergue para a ordem mendicante das clarissas, tendo sido dedicado a Santa Clara e Isabel da Hungria. Em 1307, o bispo de Lisboa transferiu para a Rainha D. Isabel a responsabilidade de conservação e proteção do Mosteiro. Não desistindo das intenções de D. Mor, pediu ao Papa Clemente para fundar uma casa da Ordem de Santa Clara, em Coimbra. O apreço da Rainha por este mosteiro era tão grande que a levou a alterar o seu testamento, escolhendo este local para que aí fosse colocado o seu

túmulo. Para além da afeição pelo mosteiro, Isabel tinha também apreço pela cidade de Coimbra, como refere José Nunes no texto que editou:

De Coimbra nom queria partir pera outro logar, pera veer a cima aaquelas obras que começara, e acrescentava em [n]os bees do mosteiro e poinha freiras em aquel moesteiro alguas que de sa voontade queriam servir a Deus. (NUNES (ed.),1921: 55)

A grande admiração de D. Isabel pela cidade de Coimbra estava provavelmente relacionada com a construção do mosteiro, que supervisionou desde a compra dos terrenos até aos mínimos detalhes da construção. Isabel de Aragão, a Rainha Santa, tendo sido um grande exemplo de virtudes, deu também uma prova do seu amor à cidade de Coimbra, determinando no seu testamento que o seu corpo repousasse no Mosteiro de Santa Clara desta cidade. Tudo leva a concluir que Isabel tinha uma grande estima por esta cidade. Maria Filomena Andrade apresenta ao leitor a intenção da criação do Mosteiro de Santa Clara:

O intento de refundar o Mosteiro de Santa Clara tinha ainda começado em vida do rei D. Dinis e com o seu apoio. A história do mosteiro remonta a 13 de abril de 1283, quando o vigário-geral de Coimbra, João Martins de Soalhães (na ausência do bispo, D. Aimeric), concede licença a D. Mor Dias para fundar um convento (religiosam domum et ecclesiam) em honra de Jesus Cristo, da Virgem Maria, Santa Isabel («specialister») e Santa Clara, em terras que esta dama possuía além da ponte de Coimbra. (ANDRADE, 2014: 229-230)

A proximidade e a influência do bispo da Guarda, D. Martinho, na corte do Rei D. Dinis e da Rainha D. Isabel, são aspetos a ter em consideração, quando o bispo e a Rainha se assumem como fundadores do Hospital dos Inocentes. Esta familiaridade decorre do facto de o bispo ter sido médico (físico) do Rei e da Rainha. O Hospital dos Inocentes, em Santarém, foi uma das fundações que se destinava ao acolhimento de crianças abandonadas à nascença, meninas e meninos, nascidos de pais incógnitos, e cujo destino, de outro modo, seria a morte. Esta instituição prestava um serviço de interesse público, perante a pobreza que resultava de injustiças sociais e das sucessivas crises políticas, sociais e de guerras da época.

Vitorino Nemésio faz referência à fundação do Hospital dos Inocentes:

Aí tinha o hospital dos Meninos que o Bispo D. Martinho deixara, lá estava a mesa de pinho onde sentava os enjeitados para lhes dar a comida. Aprendiam o ofício com mestres apalavrados para isso, e quando se faziam homens tirava-lhes

depressa a alpista, para não se fazerem madraços; a não ser que voltassem velhos e doentes, que então ia lá acima, «que os criara em logo de madre». (NEMÉSIO, 2002: 64)

Também José Nunes Ihe faz alusão: “E ouve em tempo desta rainha uu bispo em [a] a Guarda, a que diziam D. Martinho, e começou a fundar uu espirital a oura dos Inocentes na vila de Santarém em que se criassem meninhos enfeitados.” (NUNES (ed.), 1921: 48-49)

Por seu turno, Maria Filomena Andrade afirma que:

Estas crianças, fruto de situações na maioria pecaminosas ou socialmente recriminadas, abandonadas à sua sorte e indefesas, constituem os pobres mais pobres de todos, porque totalmente incapazes de suprir as suas necessidades mais básicas e essenciais, pondo em risco a sua própria vida. Daí decorre a importância e o alcance desta instituição, criada em plena época de guerra e de carências de toda a espécie, numa vila onde os efeitos destas eram com certeza sentidos e onde urgia fazer face ao abandono das ditas crianças e ao que ele representava.

Mas todo o cuidado é pouco, pois este hospital é só para os enfeitados, uma vez que os filhos e filhas dos pobres devem ir para a albergaria. O caráter «vergonhoso» do nascimento daquelas crianças conferia-lhes a conotação de ilegitimidade e tornava-as a primeiras destinatárias dos fins para que o hospital tinha sido criado. Assim, os enfeitados deveriam ser criados (por amas) e mantidos no hospital e aí aprender um mester, até aos 10 ou 12 anos. Quando tivessem aprendido um ofício, então poderiam ir à sua vida. Cria-se desta forma um programa de institucionalização que prevê a criação e o sustento de todos os que vivem neste estabelecimento: criar, educar e dar um ofício será o que contribui em tudo para proporcionar uma vida material e espiritual a estas crianças, salvando-as do flagelo do abandono. (ANDRADE, 2014: 204-205)

O objetivo deste hospital, instituição, era que estas crianças fossem integradas socialmente. A autora reforça:

Para compreender o aparecimento deste tipo de instituições temos, pois, de nos fixar nas três questões/problemas fundamentais: a pobreza, a caridade e o infanticídio, em torno das quais surge a especialização desta instituição destinada a acolher, criar e socializar crianças abandonadas. (ANDRADE, 2014: 207)

Isabel Machado faz referência, no seu livro, a estas crianças, elaborando sobre o contexto, de modo a permitir apreender a totalidade e a complexidade do universo criado:

O povo de Santarém e arredores juntou-se à rainha para a bênção do Hospital dos Inocentes ao lado do paço, que receberia a partir daquele dia os meninos enfeitados, nascidos na vergonha.

Isabel, de mão dada com a neta Maria, acompanhada de Beatriz e de todas as damas da rainha, saíram do paço mesmo ao lado do novo hospital, muito saudadas pela população, que se vestira como se fosse um dia santo.

O bispo da Guarda, D. Martinho, falecido, era o grande ausente da cerimónia de bênção, haveria de a estar a acompanhar de cima, consolado por aquela conquista, pela qual trabalhara tanto com a rainha. Isabel dirigiu um olhar do céu, em reconhecimento ao seu amigo. Viera o bispo de Lisboa.

O hospital tinha todas as instalações e instrumentos que o dinheiro da rainha pudera comprar. Quando entraram, Isabel lutou com dificuldade contra as lágrimas, ao ver os bebés ao colo das amas com quem haveriam de crescer, substituindo o leite e o colo das mães. Oito recém-nascidos salvos da tragédia, que via enrolados em fofas mantas de lã que ela própria fizera com as suas damas, num sono protegido.

- Posso pegar? – pediu Maria à avó, ao espreitar uma das crianças, de olhos abertos.

Isabel fitou a ama que assentiu.

Com cuidado, a infanta ajeitou o menino nos braços.

- É a primeira vez que pego num bebé – disse, encantada, mostrando o belo sorriso.

- Que Deus te abençoe com muitos dos teus – disse Beatriz.

Isabel falava com o hospitaleiro que ficaria responsável pela casa. Fora escolhido pelo concelho pelas suas reconhecidas capacidades. A rainha pensara em tudo com o bispo. As crianças permaneceriam até aos doze anos em casa, onde deviam aprender um mester, altura em que estariam aptas para se fazerem à vida. Mas, se em qualquer altura, ficassem desamparadas de novo, poderiam regressar à casa que as criara, não tendo mais ninguém no mundo. Isabel previa no seu testamento numa boa renda para esta e as outras instituições que criara ou que apoiava. Na sua morte, deveriam ser continuadas, pelo filho e os seus sucessores no trono. (MACHADO, 2016: 358-359)

Concluimos que a Rainha Isabel ficou na memória do povo português devido à sua piedade e devoção, à proteção concedida a ordens religiosas, hospitais, conventos, ao apoio aos doentes, inválidos, órfãos e jovens desprotegidos. No imaginário coletivo e na devoção popular ficou sobretudo a imagem de uma Rainha caritativa, tratando com as suas mãos os leprosos e distribuindo esmolas aos pobres que acorriam para a ver. A Rainha, ao se deparar com tanta miséria à sua volta, decidia ajudar os mais necessitados, alimentando-os, vestindo-os e até cuidando das suas doenças.

Capítulo IV - A Rainha Santa

4.1. A viuvez de Isabel

A morte na Idade Média era uma realidade presente e aceite como intrínseca à própria natureza humana e vista de forma natural. Philippe Ariès, no seu livro intitulado *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, traça as atitudes perante a morte e analisa da seguinte forma esta temática: “A familiaridade com a morte é uma forma de aceitação da ordem da natureza, aceitação ao mesmo tempo ingénua na vida quotidiana e sábia nas especulações astrológicas.” (ARIÈS: 2010: 33). A morte sempre teve e continua a ter um papel de grande relevância na sociedade. Philippe Ariès também afirma:

O homem submetia-se na morte a uma das grandes leis da espécie e não pensava nem em se lhe esquivar nem em a exaltar. Aceitava-a simplesmente como justa, o que carecia de solenidade para marcar a importância das grandes fases por que todas as vidas devem passar. (ARIÈS, 2010: 33)

A incerteza a respeito da morte foi sempre objeto de grande reflexão por parte do homem, pelo medo do desconhecido e pelo mistério que a envolve. A falta de preparação para o momento da morte era algo que atormentava o homem medieval. Temia-se a incerteza quanto à hora da chegada da morte, à sua salvação e ao destino da alma, uma vez que se acreditava que esta era imortal e a sua salvação era, portanto, aquilo que mais importava. António de Oliveira Marques n’*A Sociedade Medieval Portuguesa*, retrata os aspetos da vida quotidiana na Idade Média e refere o seguinte:

O papel que a religião desempenhava na maneira de viver do homem medieval era bem mais relevante do que hoje. Toda a vida quotidiana, do nascimento ao túmulo, se desenrolava sob o seu signo. Não seria a fé mais viva nem a crença em Deus mais profunda. O que havia era menos derivativos para a subordinação a entidades sobrenaturais. A explicação por forças ocultas, da maioria dos actos que presidem à existência humana, resultava como sucedâneo da ignorância científica. A religião impunha-se mais porque era mais necessária. (MARQUES, 1974: 151)

Com a aproximação da morte, o homem medieval encontrava nas suas riquezas terrenas um meio para atingir a salvação eterna. Recorrendo ao testamento, procedia à distribuição dos seus bens por aqueles que lhe eram

próximos, mas também por todos os que pudessem interceder junto de Deus com vista à remissão dos seus pecados. Para os cristãos, era imperioso resolver os seus problemas antes da morte, sendo, por isso, o texto do testamento algo de muito importante na Idade Média.

António Brochado da Mota, na sua tese de Mestrado que incidiu sobre os testamentos régios da primeira dinastia, incluindo os de D. Dinis, analisa as escolhas deste Rei nos seus três testamentos, afirmando o seguinte: “Confessa D. Dinis, reiteradamente, que tudo quanto sonegou a outrem foi exclusivamente para fazer face às guerras que teve de suportar com Castela, com o seu irmão e com o seu filho Afonso, herdeiro da coroa.” (MOTA, 2012: 87)

Os testamentos de D. Dinis foram redigidos, respetivamente, nos anos de 1299 em Santarém, 1322 em Lisboa e o último no dia 31 de dezembro de 1324, uma semana antes da sua morte, quando já se encontrava seriamente doente. O primeiro testamento foi redigido a 8 de abril de 1299. A primeira vontade do Rei diz respeito ao local em que desejava ser sepultado, ficando aqui claro que fosse no mosteiro de Alcobaça, com a Rainha Isabel, algo que, como vamos ver, não veio a acontecer. O segundo testamento é diferente do primeiro, redigido em Lisboa, a 20 de junho de 1322. Neste, o rei já não pretendia ser sepultado com a sua mulher em Alcobaça, mas sim no mosteiro de Odivelas. Esta alteração pode ser explicada pelas divergências que surgiram entre o casal. O terceiro e último testamento foi redigido em Santarém, a 31 de dezembro de 1324, uma semana antes da sua morte. Aqui, reforça a ideia de pretender ser sepultado no mosteiro de Odivelas. Nos três testamentos de D. Dinis chegamos à conclusão que ele deu primazia em doar a mosteiros com o intento de se compensar dos seus pecados, assim como os do seu pai. António Mota assegura:

Os monarcas manifestam, como primeira preocupação, o desejo de acudir à salvação da alma, ao que se segue a nomeação do legítimo herdeiro da coroa. Depois vem a indicação do local onde pretendem ser sepultados e a explanação das últimas vontades. (MOTA, 2012: 19)

D. Dinis morre a 7 de janeiro de 1325, com 64 anos de idade e 46 anos de governação. Fora um visionário para a época e uma das figuras mais emblemáticas da História Medieval portuguesa. Figura ímpar e fascinante,

destacou-se de forma positiva a vários níveis, protagonizando um extenso e prestigiado reinado, marcado por prosperidade, estabilidade e desenvolvimento. Tratou-se de um grande diplomata ao lidar com as questões políticas e sociais, foi um Rei competente e um bom administrador. Morreu na presença da esposa e do filho herdeiro, D. Afonso IV, e foi sepultado no Mosteiro de São Dinis de Odivelas como era o seu desejo. Em seguida, a Rainha Isabel, recolheu-se ao convento de Santa Clara, na cidade de Coimbra. Para alguns autores, a morte de D. Dinis terá provocado algumas mudanças nas ações políticas e nas práticas religiosas de Isabel. A primeira mudança foi no vestuário. Inspirando-se na Ordem Terceira de São Francisco, envergou o hábito de Clarissa, de Santa Clara, que passou a usar desde o dia da morte de D. Dinis e até à sua própria morte. D. Isabel escolheu esta indumentária como sinal de humildade e de dor e com a qual quis ser imortalizada, em vez de usar qualquer outra que indicasse a sua posição na sociedade da época. Assim, vestida com o hábito de Santa Clara, com corda e véu branco, acompanhou o funeral do marido e o seu sepultamento no mosteiro que ele mandara edificar em Odivelas. Deste modo, não se comprometia com nenhuma ordem religiosa, viveria como leiga e manteria os seus bens, tal como a sua casa com as suas damas e donzelas, ou seja, não fazia votos, o que lhe permitia manter a sua fortuna e usá-la para a caridade. De seguida, vamos abordar este tema na perspetiva das obras seleccionadas para este trabalho e como cada autor lhe fez referência. O texto editado por José Joaquim Nunes alude à alteração de indumentária da seguinte forma:

E logo em aquela hora que elrey finou a rainha se apartou a sa camara e da mão de ua dona segrar vestio o avito de S. Clara e foi-se com o corpo delrey ao mosteiro de Odivelas, que o dito rey fezera de donas de Cistel e utiinha feita sa sepultura. (NUNES (ed.), 1921: 51)

Vitorino Nemésio faz referência à morte de D. Dinis, quando Isabel deixa de ser senhora de rei:

À entrada de Janeiro de 1325 caiu de cama com uma dor. De andada em andada, pousava na sua amada e leal vila de Santarém, e desta vez não deixara o bordão por longe. Isabel, trazendo sempre à câmara do doente mestre Martinho físico, servia-o «assi como outra qualquer molher simpres que nom tem quem na escusar». No dia de Reis ainda estava direito na cama, mas já com a pele como as barbas, de uma brancura contente e como que passada a fuso. Isabel deu-lhe

a beberagem e ficaram-se a olhar muito tempo, ouvindo-se um piaço de panela como se fossem cear a última vez. Morreu no outro dia.

Assim que Isabel levou o corpo do rei para o mosteiro de Odivelas – onde também pensava vir a ser estendida num moimento lavrado, e onde há cinco anos dormia Madre Maria Afonso, à espera de seu pai pecador – pôs logo a barbela de viúva, véu branco, uma corda com nós, «& huma vestidura que tínhamos já tempo há em nossa arca esto». Todas as seculares de sua casa tinham assistido àquele acto, e, para que constasse que não abdicava da sua livre disposição – e tampouco do direito de voltar às suas vestes de Rainha – fez lavrar no castelo dos paços de Santarém uma declaração solene de que não pronunciara votos, com a boca em silêncio.

O corpo de El-Rei ainda tinha a quentura da agonia; finara-se na véspera. E Isabel, palpando no seu hábito de clarista o repouso com que daí por diante ia rezar as Horas. (NEMÉSIO, 2002: 55- 57)

A investigadora Maria Filomena Andrade, no seu livro *Isabel de Aragão – Rainha Santa, Mãe Exemplar*, faz também alusão à viuvez de Isabel, que lhe possibilitou ficar livre de certas ocupações régias. A Rainha Isabel, após a morte do marido, vestiu o hábito de Santa Clara não como forma religiosa mas sim como algo que representava a sua viuvez, luto, tristeza e humildade. Sobre a indumentária de D. Isabel, a autora apresenta as seguintes reflexões:

Logo após a morte de D. Dinis ocorrida a 7 de janeiro de 1325, a rainha reitera o que tinha anteriormente afirmado. E, num documento de 8 de janeiro desse mesmo ano, já como rainha viúva, Isabel diz tomar o hábito de Santa Clara, mas «solamente per razom de tresteza, e de doo, e domildade, e nom per Religiom, nem per professom, nem por obedeença dalguma ordem extremadamente». Fala também da sua devoção a Santa Clara, que afirma ser comum a todos aqueles de quem descende, alusão clara à predilecção dos seus avós e pais pelos mendicantes, e particularmente pelas clarissas. (ANDRADE, 2014: 262)

O romance histórico de Isabel Machado, *A Rainha Santa*, faz-se referência à morte do Rei D. Dinis, que se encontrava doente desde os finais de 1324. Considera-se que a dedicação e a paciência da Rainha Isabel foram imprescindíveis nos últimos momentos de vida do Rei, não se afastando esta do leito um só instante, e prestando-lhe toda a assistência necessária. A autora alude ainda aos conhecimentos médicos que a Rainha possuía e que teriam sido importantes neste momento de dor:

A doença alastrava pelo corpo do rei e Isabel via-se pendente dele. Chamou os físicos mas delegou em si própria os desvelos, para cuidar do marido que nunca deixara de amar, à sua maneira.

Mandava que lhe trouxessem unguentos e ervas, para lhe amaciar as dores do corpo. (MACHADO, 2016: 370)

Com a morte de D. Dinis abria-se uma nova etapa na vida de Isabel, agora viúva. Escolheu o hábito de Santa Clara pela devoção que a própria e a sua família nutriam por S. Francisco e Santa Clara. Isabel Machado, com uma visão contemporânea do acontecimento, aborda o assunto: “Depois das exéquias do rei, Isabel despiu o seu último vestido de soberana. Fê-lo simbolicamente com as aragonesas de sempre na sua vida.” (MACHADO, 2016: 373)

De acordo com a intenção do Rei D. Dinis, foi entregue à Rainha D. Isabel um exemplar do último testamento, nele ordenava que fosse sepultado no mosteiro de Odivelas. Isabel permaneceu até ao mês de maio no mosteiro, cumprindo assim a vontade do marido.

A primeira ação da Rainha após a morte de D. Dinis foi a peregrinação a Santiago de Compostela, na Galiza, situada no noroeste de Espanha. Depois de cumprir as obrigações testamentárias, a Rainha Santa Isabel abandonou as terras lusas, atravessando o Douro, passando o Minho, e dirigindo-se a Santiago de Compostela. Na maior parte das vezes, as peregrinações estavam ligadas ao agradecimento de graças alcançadas ou ao seu pedido junto de quem se acreditava que podia auxiliar. A devoção é assumida como principal razão de uma peregrinação, envolvendo, nalguns casos, o cumprimento de uma promessa a penitência por um pecado cometido, mas também em forma de agradecimento pelas graças alcançadas.

Talvez a peregrinação mais conhecida fosse a realizada pela Rainha Santa Isabel, em 1325, oferecendo grandes riquezas à catedral de Compostela, em honra do Apóstolo São Tiago e por alma do seu marido. Alguns biógrafos relatam uma segunda peregrinação, em 1335, como simples peregrina, deslocando-se possivelmente a pé. Porém, esta peregrinação não consta nem na primeira biografia nem em outros documentos, não tendo fundamento histórico. A Rainha Santa assistiu à celebração da festa do Apóstolo no dia 25 de julho, data em que entrega as suas oferendas. José Marques, no texto intitulado: “O culto de S. Tiago no norte de Portugal”, apresentado na sessão de encerramento do «II Encontro dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela», sublinha:

Ficou notícia desta peregrinação, não só por se tratar de uma rainha originária de Aragão, mas também pelo exemplo que deu, fazendo a pé a última etapa do

caminho, pelas valiosas ofertas feitas durante a missa celebrada pelo Arcebispo: a coroa recamada de pedras preciosas, vestidos da Rainha, taças bem trabalhadas, pelas quais bebia em vida do rei, seu marido, paramentos riquíssimos, incluindo uma dalmática para uso do diácono, etc., tendo ficado registada na crónica a fama da deslumbrante liberalidade de tão rica oferenda. (MARQUES, 1992: 117).

Contudo, para além de oferecer, Isabel recebe oferendas do Arcebispo. José Marques afirma: “Por sua vez, o Arcebispo, num gesto de gratidão, ofereceu-lhe um bordão de latão prateado, (com o qual operou muitos milagres, sendo com ele enterrada), e uma bolsa de peregrina [...]” (MARQUES, 1992: 117). Maria de Lourdes Cidraes, na comunicação apresentada no VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, acrescenta o seguinte:

A riqueza do bordão oferecido à rainha parece confirmar que o arcebispo D. Berengário II teve conhecimento antecipado da peregrinação de D. Isabel, que provavelmente conhecera em Portugal quando aí permaneceu largo tempo, no ano de 1322, como enviado do papa João XXII em missão pacificadora no conflito entre D. Dinis e o infante D. Afonso. (CIDRAES, 2008: 5)

As condições em que eram realizadas as viagens a Santiago de Compostela, as dificuldades encontradas ao longo do percurso e os perigos que lhe eram intrínsecos, colocavam os peregrinos em situação difícil. Sabemos que a romaria de D. Isabel teve lugar no verão por causa das chuvadas do inverno. Não sabemos ao certo o caminho que percorreu, mas Maria de Lourdes Cidraes descreve:

Não conhecemos com rigor todo o seu traçado. Terá certamente seguido a principal via do caminho português, que, subindo de Lisboa (e note-se que não sabemos se D. Isabel partiu de Lisboa, de Odivelas, ou do seu paço junto do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra), passava por Santarém, Coimbra, Porto, Ponte de Lima e Valença entrando na Galiza por Tui e seguindo por Porriño, Redondela, Pontevedra, Caldas dos Reis e Padrón até Santiago de Compostela. Caminho jacobeu que acompanhava as principais vias medievais, que em parte aproveitavam as antigas estradas romanas. Contudo, a localização de santuários de grande devoção, de mosteiros e albergarias, bem como a necessidade de encontrar caminho mais curto para os que peregrinavam a pé, introduziam desvios que não nos permitem falar de um único caminho português. A importância da comitiva de D. Isabel terá exigido a escolha de um itinerário seguro e facilmente transitável por mulas e cavalos, mas também por eventuais carros de apoio. [...] A norte da cidade do Porto D Isabel terá provavelmente seguido o caminho interior, menos sujeito a ataques do que o caminho atlântico. Não sabemos, no entanto, qual das suas variantes escolheu. (CIDRAES, 2008: 7).

A peregrinação de D. Isabel é relatada ao pormenor pelo seu primeiro biógrafo, que nos dá a conhecer o ano da peregrinação e a época da chegada a

Santiago de Compostela. Porém, ficamos sem saber os objetivos que a levaram a esta cidade. Não nos é dado a conhecer nem o local da partida nem o percurso efetuado, bem como a duração da romaria. O texto publicado por José Joaquim Nunes sublinha o seguinte:

E, ante que se comprisse o ano do dia do passamento delrey, começou esta rainha caminho, sem o dando a entender, legoa, pera u ia que os de sa companhia. E assi calou pera u ia que os de sa companhia per alguus diss que nom entendiam a que partes ir queria, até que nom chegou acerca de Santiago a uu logar que é alongado da vila per ua, onde parecia a eigreja. Foi de pee com gram devoçom até a eigreja de Santiago por dias, e teve ali a festa. E no dia da festa, dizendo o arcebispo missa, ofereceu esta rainha ao apostolo Santiago a mais nobre coroa que ela avia com muitas pedras preciosas, e os mais nobres e melhores panos, apostados com muito aljoufar, pedras ricas[e] penas, que, [em] vivendo com elrey, seu marido, vestira, e avia ua mui fremosa e de gram valia, cuberta das mais ricas sueiras, que diziam aqueles que ali eram, que nunca veer podessem rainha, nem outra senhora tam nobres cousas oferecer, e a mua [que] era enfreada de huu freo que nom era senom ouro e prata e pedras preciosas. E ofereceu i uua panos d' ondas, de geebe rosado com sinais de Portugal e de Aragom, em que andava muito aljoufar, e ofereceu copas mui nobres e mui bem lavradas, por que ela em tempo delrey hevia. E tragia feitas capas, ua vestimenta com almatica pera diácono e com todo comprimento mui nobre e rico e mui bõo e oferecia ao apostolo Santiago, e do seu aver fez outrosi grandes ofertas e esmolos de guisa que diziam os da eigreja de Santiago que ali erom que [nom] era [em] memoria de omees em aquel tempo que tam nobre e tam rica oferta a nenhua pessoa viissem dar aa eigreja de Santiago. E, comprida sa romaria, o arcebispo da eigreja deu aa rainha uu bordom e esportela, pera per [!] o bordom e esportela parecer romeira de Santiago, e tornou-se pera Portugal. (NUNES (ed.),1921: 51-53)

Vitorino Nemésio descreve os preparativos da viagem a Santiago de Compostela dedicando um parágrafo para o efeito. O autor tece elogios a Isabel e salienta que a decisão da Rainha em rumar à Galiza foi de iniciativa própria e que foi levada por inspiração e orgulho em realizar essa viagem:

Caladamente, como se aproximasse a festa de Santiago, ordenou aos seus homens de pé que preparassem andas para uma grande viagem. As camareiras sob a direcção de Urraca e de Isabel de Cardona, revolveram os armários e os escanos de todas as arcas. Mexeu-se no jaspe onde estava guardada a coroa de ouro, no cristal das relíquias de S. Bartolomeu; a coroa de «balaises» grandes cor de vinho palhete esteve ainda para ir, e, como há muito tempo se não abriam os cofres, as cuvilheiras novas ficaram deslumbradas diante dos «teixeens das águias», do fingimento dos pães cravejados de pedras do tamanho de estrelas. Àquele inventário imprevisto assistia o tesoureiro com as suas contrachaves, e, como era questão de longada, quer as jóias ficassem ou fossem, estabelecera-se à roda das maravilhas da Rainha uma atmosfera carregada de olhares de puro pasmo e um receio nas mãos que pareciam barrar o caminho a ladrões invisíveis...O que ainda mais fechou o teimoso mistério da jornada. Ao cabo de muitos dias os machos carregados de sacos de paramentos já roíam rama descabeçada dos milharais da Galiza. Pousara-se além-Douro sem que os

arreios soubessem em que palha deitar os ossos amanhã; mas, passada a raia do Minho, já ninguém teve dúvidas: iam a Compostela, ao túmulo do Apóstolo - «e nós, meninas, baialaremos!»

A cerca de uma légua da cidade, quando já se viam os anjos do Portal da Glória ou o que parecia ser isso, Isabel apeou-se da mula. Devia seguir pelo pó quem era dessa massa e fora ali levada por uma inspiração que a comprimia, rasa de orgulhos mal sofreados, de remorsos de lavra complicada e de dimensões tão finas que olhos normais não viam porquê nem como eram remorsos, azevres que só a poeirada do chão parecia a Isabel desgastar. Mas – maranhas dos diabos estampados dos diabos estampados nos cunhais da Sé do Apóstolo (na Guarda, um pedreiro poria uma nádegas horríveis, viradas para Castela, sem se ver que sacrílego era aquele que aliviara assim ao ar livre ...e ao mesmo tempo tinha graça...)! – à medida que o templo estava à vista, Isabel mandava concentrar as mueres carregadas, os homens de armas vindos de vigia pelos caminhos, desfraldar as divisas da sua Casa e pôr pendente das andas tudo o que fosse bordado e próprio para se ver numa jornada real. A sua mula mordida freio de prata, o sol não sabia em mais pedras finas haviam de pôr os raios.

O Arcebispo veio de cabido e cruz alçada receber uma coroa de presente, vestiduras que Isabel resolvera despir para nunca mais, copas por que já não era capaz de beber – tudo coisas que, arranjadas como quem vai vestir uns poucos de meninos pobres, podiam servir para saias dos cônegos de Compostela e no santo sacrifício da missa. Lá dentro o corpo do Apóstolo da Espanhas continuava esfíngico no seu cubo.

Era o último acto majestoso que Isabel tirava do busto – e as barras de Aragão ainda paralelas nela. À despedida, o Arcebispo deu-lhe uma esportela broslada, com uma concha que parecia trazer agarrada a água do mar e o bicho. Depois, deu-lhe um bordão delgadinho, uma espécie de muleta de vespa. E de Compostela a Coimbra não houve que lhe não trouxesse à estrada o «verde ramo» nem gaitero que não esvaziasse os foles para ela ouvir. (NEMÉSIO, 2002: 59-60)

Os motivos apresentados por Isabel Machado no seu romance histórico indicam que a Rainha Isabel, ao fazer a peregrinação a Santiago de Compostela, procurou a paz, a igualdade, a serenidade e a reflexão. Para além das oferendas, apresenta Isabel a fazer um pedido ao Apóstolo Santiago para que Portugal não mergulhasse novamente na guerra. A autora descreve:

Ajoelhada em frente ao Apóstolo, num recolhimento absoluto, a paz tomara conta da alma cansada da rainha.

Insistira em caminhar na última parte do trajecto, de bordão na mão e bolsa a tiracolo, como uma vulgar peregrina, ainda que levasse uma comitiva de peso e tivesse sido recebida com honras de soberana em Santiago de Compostela. Acompanhada pelo povo o tempo inteiro, a aura daquela mulher tinha qualquer coisa que se fundia bem num lugar sagrado. Se era a coroa, se era o olhar, se era alguma coisa que não se via, nem o bispo soube dizer, emocionado com a rainha. Isabel ofereceu valiosos panos à catedral mas, sobretudo, deixou aos pés do seguidor de Cristo a súplica de que não voltasse a tragédia da guerra a despedaçar Portugal. (MACHADO, 2016: 377)

Do que ficou exposto, vemos que esta autora dá um significado diferente ao momento ao utilizar a figura de estilo anáfora, *se era, se era, se era*, no

segundo parágrafo, para reforçar a expressividade da mensagem, enfatizando o sentido dos termos repetidos sucessivamente. Esta repetição tem como objetivo explicar o significado da peregrinação por esta Mulher, assim como a sua atitude de devoção para com o Apóstolo.

A biografia da historiadora Maria Filomena Andrade vai mais longe no que diz respeito à romaria realizada pela Rainha Santa Isabel. A autora pretende apresentar não um romance, mas sim uma biografia histórica com base científica, de divulgação e, ao mesmo tempo, apelativa. Foi isso que aconteceu na descrição da peregrinação de Isabel a Santiago de Compostela. A sua primeira ação depois da morte do marido é analisada desta forma pela autora: “Inicia este novo ciclo da sua existência peregrinando a Santiago de Compostela, onde entrega a sua riqueza mundana para enveredar por uma vida consagrada às obras de Deus.” (ANDRADE, 2014: 225). Isabel deslocou-se a Santiago de Compostela quando ainda não tinha passado um ano depois da morte do marido e apresenta as razões desta peregrinação:

Nesta peregrinação, movida por razões de índole religiosa, Isabel despoja-se do que é, ou melhor, daquilo que o mundo lhe deu. Assim, rodeada de um numeroso séquito, e acompanhada por uma mula carregada de jóias e belas peças de ourivesaria (mantas bordada a ouro, cálices e mesmo uma das suas coroas de ouro cravejadas de diamantes), entra no templo, no dia da própria festa do apóstolo, a 25 de julho, e recebe do arcebispo o bordão de peregrina. Regressa a casa distribuindo esmola aos pobres. Dos vários motivos que terão levado a esta peregrina, dois parecem ser os mais evidentes. O primeiro, o despojamento das riquezas simbolicamente entregues como o fim de uma etapa da vida e começo de outra sem a presença do mundo, nem a sua opulência (à semelhança, aliás, de Francisco). Mas um dos pedidos que Isabel talvez tenha feito ao apóstolo seria a paz entre D. Afonso e os seus meios-irmãos, perante o antagonismo que se previa entre eles após a morte de D. Dinis. (ANDRADE, 2014: 228)

Acerca da iniciativa de se deslocar a Santiago de Compostela, Isabel Machado e Maria Filomena Andrade escreveram dois textos literários modernos sobre a figura histórica da Rainha Santa Isabel. Estes textos acrescentam originalidade na construção da narrativa e da personagem Isabel.

Depois da peregrinação, Isabel regressou ao Convento de Santa Clara, destinado pela própria Rainha para a sua sepultura e recolhimento na viuvez.

Foi esta mulher que acompanhou o marido, D. Dinis, até à morte. Como já fizemos referência, Isabel renunciou ao uso, em proveito próprio, dos bens

materiais e às riquezas que tinha para auxiliar os mais pobres, passando a viver exclusivamente para o próximo. Maria Filomena Andrade aponta um dado curioso:

Antes e após a viuvez da rainha é substancialmente diferente. No primeiro momento destaca-se o seu papel social junto dos pares, mas também dos mais pobres e necessitados intervindo na vida política nacional e peninsular, à semelhança de tantas outras rainhas europeias que criam, através da sua acção, um círculo de influências que, dependendo das conjunturas, será mais ou menos notório. Com a viuvez, Isabel prossegue a sua acção social, mas agora numa perspectiva menos política e mais caritativa e assistencial. Estas duas fases da vida revelam, na sua complementaridade, a verdadeira *facies* da rainha Isabel, uma mulher ocupada com a situação social do seu reino e, por isso, apostada em fazer uma obra que possa colmatar os problemas que encontra e/ou conhece no seu dia a dia. As obras de misericórdia, tão presentes na religiosidade da época, são penhor da salvação para quem, como ela, de acordo com o ideal franciscano, busca continuamente, na face marcada pelo sofrimento, o rosto de Cristo. (ANDRADE, 2014: 184-185)

A partir do trecho citado concluímos que, no caso da Rainha Isabel, as boas práticas são em maior número enquanto viúva do que no tempo em que estava casada com o Rei D. Dinis, e isso deveu-se ao facto de ter ficado livre das tarefas régias, podendo ter uma vida privada mais livre. Portanto, foi uma questão de atitude e de liberdade, uma vez que estamos perante uma mulher que desejara entregar-se completamente a Deus e viver a sua fé. Uma vez viúva, estava pronta a ingressar numa vida voltada para a propagação do amor e da caridade, orando e pedindo a intervenção divina. Segundo Maria Filomena Andrade:

Após a morte de Dinis e embora mantendo a sua corte, a rainha retira-se para o paço edificado em Coimbra junto ao seu mosteiro, pelo que aí ficam necessariamente reduzidas as suas funções cortesãs dando lugar á nora, que passa a rainha consorte, enquanto Isabel assume o papel de rainha viúva. (ANDRADE, 2014: 190)

4.2. Do milagre das rosas à beatificação

Os protagonistas das histórias são considerados, muitas vezes, os novos heróis míticos à volta dos quais se constroem as mais diversas histórias. A polissemia do mito não pode e não deve ser menosprezada, apesar da dificuldade concreta em definir o que é mito. Ao longo do tempo o termo mito surgiu com diferentes significados, sendo difícil de encontrar uma única definição por se tratar de uma realidade cultural que permite várias abordagens através de vários pontos de vista.

Um dos estudiosos que mais contribuiu para o entendimento do papel do mito foi Mircea Eliade, professor, filósofo, historiador romeno, autor de diversas obras tais como: *Aspetos do mito*; *Mito e realidade*; *O mito do eterno retorno*, entre outros. Na sua obra intitulada *Aspetos do mito*, Mircea Eliade escreve uma definição que lhe parece menos imperfeita, por ser uma realidade cultural complexa:

O mito conta uma história sagrada, relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos «começos». Noutros termos, o mito conta como, graças aos feitos dos Seres Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, quer seja a realidade total, o Cosmos, quer apenas um fragmento uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, uma narração de uma «criação»: descreve-se como uma coisa foi produzida como começou a existir. O mito só fala daquele que realmente aconteceu, daquilo que se manifestou plenamente. As suas personagens são Seres Sobrenaturais, conhecidos sobretudo por aquilo que fizeram no tempo prestigioso dos «primórdios». Os mitos revelam, pois, a sua atividade criadora e mostram a sacralidade (ou, simplesmente, a «sobrenaturalidade») das suas obras. Em suma, os mitos descrevem as diversas e frequentemente dramáticas eclosões do sagrado que funda realmente o Mundo e o que fiz tal como é hoje. Mais ainda é graças a intervenções dos Seres Sobrenaturais que o homem é o que é hoje, um ser mortal, sexuado e cultural. (ELIADE, 1986: 12-13)

Recorrendo a um dicionário de fácil acesso, como é o caso do *Dicionário da Língua Portuguesa* da Porto Editora, encontramos a seguinte definição:

Mito s.m. narrativa fabulosa de origem popular; relato das proezas de deuses ou de heróis, susceptível de dar do real uma explicação satisfatória e para um espírito primitivo; elaboração do espírito essencialmente ou mesmo permanente, imaginativa; alegoria; representação falsa, por simplista, mas geralmente admitida por todos os membros de um grupo; representação de uma coisa inteiramente irreal; lenda (lat. *mytos*, do gr. *mytos*) (COSTA, MELO, 1976: 955-956)

Comparando com outra definição apresentada pelo dicionário *online* usado com alguma frequência por professores e alunos, o *Dicionário Priberam* apresenta a seguinte definição:

Mito, s.m. 1- Personagem, facto ou particularidade que, não tendo sido real, simboliza não obstante uma generosidade que se deve admitir;
2- Coisa ou pessoa que não existe, mas que se supõe real;
3- Coisa só possível por hipótese; quimera.

As definições aqui apresentadas revelam inúmeras diferenças. No dicionário da Porto Editora temos diversas definições, sendo que grande parte aponta para a ideia de uma história, algo que é contado e que provém da imaginação. No dicionário Priberam assume-se, de igual forma, a ideia de um mito como algo que não é real, no entanto, em nenhuma das três definições é sugerida a ideia de um relato ou de uma história, como no primeiro. Assume-se, neste dicionário, uma perspectiva que se aproxima do uso recorrente da palavra nos dias de hoje, visto ser frequente falarmos de mito como sinónimo de mentira ou de exagero.

Nos primórdios da literatura foram narradas histórias míticas nas comunidades primitivas para expressar a admiração ou o deslumbramento dos homens daquele período perante os fenómenos naturais, temidos e desconhecidos, ou face a feitos de heróis, considerados sobrehumanos..

Nos dias de hoje, o mito surge em várias abordagens conseguindo uma nova dimensão, quer seja com o reaproveitamento de mitos antigos, quer com a criação de novos. Contudo, a literatura é que se apresenta como a grande divulgadora do mito. O diálogo entre o mito e a literatura é tão extenso e tão antigo quanto a necessidade humana de narrar. É consensual que os mitos estejam por todo o lado. A docente da Universidade Aberta, Rosa Maria Sequeira, escreveu um texto com o título: *Mito, História, Literatura Comparada e Donjuanismo*, onde afirma o seguinte: “Mito e literatura são só uma comunidade imaginada, complexa na defesa de diversidades, na sublimação das contradições e no tipo de experiência estética.” (SEQUEIRA, 2014: 451). A literatura é uma criação do pensamento que seduz o leitor para viver a fantasia o sonho e a intuição. A linguagem literária identifica-se com o mito por ser uma linguagem que

cria e dá significado, por intermédio da intuição, da percepção e da sensibilidade, o que no campo da imaginação representa uma realidade simbólica. O mito é inerente ao pensamento e à literatura, assim, a literatura é a grande divulgadora do mito, ambos se complementando. Como refere Seleprin no texto: *O mito na sociedade atual*,

Outro comportamento mítico é o que tange à literatura. É de conhecimento nosso que a literatura, especialmente a literatura épica e os romances, prolongam a narrativa mítica. Em ambos os casos, é contada uma história significativa na qual se passa uma série de eventos que ocorreram no tempo fabuloso. O que queremos ressaltar é que a narração, principalmente o romance, assumiu o lugar que cabia à recitação dos mitos e dos mais variados contos, nas tradicionais e populares sociedades, ou seja, é possível encontrar dentro dos romances certa estrutura mítica, a qual preza pela sobrevivência literária de grandes personagens míticas e de temas referentes à mitologia. Podemos daí concluir que o desejo do homem moderno de gostar da leitura de romances é um profundo desejo seu de ouvir um considerável número de histórias mitológicas, mas que no romance aparece dessacralizada ou camuflada sob uma forma profana o que mais aproxima os mitos dos romances e a “saída do tempo” que ambas as narrativas possibilitam. “O tempo que se “vive” ao ler um romance não é, evidentemente, o tempo que o membro de uma sociedade tradicional reintegra, ao escritor um mito”. Porém, tanto no mito quanto no romance, acontece uma “saída” do tempo pessoal e histórico e o mergulho em um tempo fabuloso. O leitor depara-se com um tempo imaginário, estranho, pois cada narrativa tem o seu ritmo e o seu tempo próprio, exclusivo e específico. Porém, o romance não possuiu o acesso ao tempo primordial dos mitos, mas, na medida em que é contada uma história fictícia, o autor do romance utiliza-se de um tempo histórico, o qual dispõe de todas as liberdades do mundo imaginário. (SELEPRIN, s/d: 12)

Segundo o autor, os romances terão assumido o lugar dos mitos, sendo possível verificar, em muitos deles, a mesma estrutura da narrativa mítica, além de também recuperarem personagens e temas mitológicos.

Tendo em conta o conjunto de circunstâncias inexplicáveis que dão forma a um dos mais importantes e surpreendentes episódios da História de Portugal, o conhecido *Milagre das Rosas*, protagonizado pela Rainha Santa Isabel, podemos dizer que este é um dos mais importantes exemplos da forma como o maravilhoso e o fantástico se cruzam, na Idade Média, dando forma a entendimentos que ultrapassam gerações. Para André Vauchez :

Os milagres desempenham um importante papel na vida espiritual desse tempo, e não só para os leigos. A par das visões, eles constituem um dos mais importantes meios de comunicação entre este mundo e o além. A ideia de que Deus continuava a revelar-se aos homens através de prodígios encontrava-se presente em todos os espíritos. Por isso cristãos da Idade Média viviam permanentemente em busca de milagres, e dispostos a identifica-los em qualquer fenómeno extraordinário. Aqueles que os realizam eram considerados santos. A igreja

rejubilava por contar com grande número deles nas suas fileiras: numa época em que as heresias lhe abalavam as estruturas, não eram aqueles a prova tangível de que o espírito de Deus se encontrava sempre com ela? Quanto aos simples fiéis, os milagres que esperavam dos servos de Deus eram sobretudo curas: devolver a paz de espírito aos possessos, fazer caminhar os coxos, fazer ver os cegos eram então os principais critérios de santidade. (VAUCHEZ, 1995: 180)

Como atrás dissemos, a Rainha Isabel é um mito da cultura portuguesa e, por conseguinte, da literatura, com impacto acrescido após a sua morte, devido à proliferação de episódios inesquecíveis. O mito à volta de Isabel difundiu-se primeiramente na hagiografia e nos estudos historiográficos assegurando a sua santidade. A reprodução de mitos e a sua divulgação através da literatura é, ao mesmo tempo, a possibilidade de conhecimento e reflexão sobre uma determinada época. O mito literário é elaborado e funciona como um elemento de identidade cultural, por isso, a imagem mítica de Isabel está na memória do povo português e atravessa-a ao longo do tempo.

Foram vários os acontecimentos de que temos registo e que contribuíram para que ela fosse estimada e venerada, tais como a cura de paralíticos, cegos, doentes, entre vários milagres que foram atribuídos à Rainha Santa. Mas, o milagre mais conhecido é o “milagre das rosas”. No entanto, são várias as narrativas lendárias sobre a Rainha Santa, para além do referido milagre. Estas narrativas são compostas por acontecimentos extraordinários e criados pelo imaginário coletivo popular. Para Maria de Lourdes Cidraes⁴:

Contudo, no imaginário colectivo e na devoção popular ficou sobretudo a imagem de uma rainha caritativa, tratando por suas mãos leprosos e chagados e distribuindo esmolas aos pobres que ocorriam a vê-la: a “rainha das rosas”, representada em inúmeras imagens, da iluminura à gravura e da pintura à imaginária e à escultura, segurando no regaço as flores em que o pão e as moedas milagrosas se tinham transformado: (CIDRAES, s/d: 2)

As lendas são histórias curtas e de fácil memorização e foi a partir destas lendas que se criou o mito. Não é possível saber-se em que data se formaram estas lendas na tradição popular. O primeiro documento é difundido em 1562, por Frei Marcos de Lisboa, na *Crónica dos Frades Menores*, onde já se relata o milagre das rosas. Não deixa de ser curiosa a semelhança desse milagre com

⁴ “Isabel de Aragão, rainha Santa: da História ao Mito”. Palestra proferida por Maria de Lourdes Cidraes à Direção da Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas na celebração do 85º aniversário.

outro, realizado pela sua tia, Isabel da Hungria. Neste caso, pensamos que talvez tenha havido confusão por causa dos nomes, que são iguais. Para Maria de Lurdes Cidraes :

Apesar de constituir um motivo hagiográfico introduzido tardiamente, por contaminação com o culto de Santa Isabel da Hungria, o “milagre das rosas”, permanece até hoje como o mais persistente elemento da tradição lendária isabelina e do culto popular e religioso da Rainha Santa. (CIDRAES: s/d,3).

Ricardo Raimundo, Colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, no seu livro *Episódios da História de Portugal Que Não Aconteceram Bem Assim*, de 2016, descreve cinco episódios da História de Portugal que não aconteceram exatamente como nos contaram. Trata-se de uma visão diferente desses episódios. Os acontecimentos foram “melhorados” por escritores, cronistas, historiadores e divulgados, enraizando-se de tal modo que se torna difícil discernir a verdade dos factos. Nas páginas do seu livro, confirma que o presente pode trazer uma luz diferente à história passada, por isso, dedica um capítulo à construção da lenda do milagre das rosas, atribuído à Rainha Santa Isabel. O rei D. Dinis terá sido informado sobre as ações caritativas levadas a cabo pela sua esposa D. Isabel e, desconfiado, surpreende-a. Segundo Ricardo Raimundo:

Ora, conta a lenda que o rei, já irritado por ela andar sempre misturada com mendigos e gastar grande parte do erário régio, segundo umas versões ou porque era muito mau, segundo outras, a proibiu de dar mais esmolas. Mas, certo dia, vendo-a sair furtivamente do palácio, foi atrás dela e perguntou o que levava escondido por debaixo do manto. Era pão. Mas ela, aflita por ter desobedecido ao rei, exclamou: «São rosas, Senhor!» «Rosas em janeiro?»; duvidou ele. De olhos baixos, a Rainha Santa Isabel abriu o regaço – e o pão tinha-se transformado em rosas, tão lindas como jamais se viu. (RAIMUNDO, 2016: 25)

O milagre das rosas atribuído à Rainha Isabel é apontado como o mais famoso e o mais difundido. Tendo em conta o conjunto de circunstâncias que dão forma a um dos mais importantes e surpreendentes episódios da História de Portugal, este milagre é um exemplo de como o maravilhoso e o fantástico se intersejam. Certo dia de janeiro, a Rainha Isabel, saindo do palácio com pão para os pobres, D. Dinis pretendeu saber o que transportava no manto e respondeu: “são rosas, senhor”. As várias variantes da história dizem-nos que as rosas eram

a transformação ou de moedas de ouro ou de pão. Também há a incerteza do local, pode ter sido em Coimbra, Leiria, Estremoz ou no castelo do Sabugal. Essas variantes foram sendo difundidas pelo imaginário português. Porém, o mais curioso e de acordo com Ricardo Raimundo, este episódio é muito semelhante ao atribuído à sua tia, Isabel da Hungria: “O milagre das rosas da rainha Santa Isabel não é original, um em tudo semelhante é atribuído à sua tia-avó Santa Isabel da Hungria (1207-1231)”. (RAIMUNDO, 2016: 27)

Com base na palestra proferida à Direção da Associação das Antigas alunas do Instituto de Odivelas na celebração do 85º aniversário, Maria de Lourdes Cidraes afirma no seu texto: “Isabel de Aragão, Rainha Santa: da História ao Mito”:

A lenda do “milagre das rosas”, introduzida tardiamente por influência da lenda similar da Rainha Santa da Hungria, vai tornar-se o elemento nuclear do discurso mítico isabelino, constituindo o elo que une o culto religioso, oficial e canónico, e uma tradição popular, povoada de lendas e prodígios, mas onde ficou, definitivamente gravada, a imagem da rainha abrindo o regaço onde o ouro em rosas se fizera. (CIDRAES, s/d: 5)

O milagre das rosas terá grande relevância no discurso sobre o mito isabelino, pois constituirá o elo que une o culto religioso e a tradição popular, que focou a imagem da Rainha abrindo o regaço e rosas a caírem. A autora, Maria de Lourdes Cidraes, afirma o seguinte:

[...] o “milagre das rosas” constitui, como vimos, o eixo central e comum do culto religioso e da tradição popular. Ao longo dos tempos a diversificada tradição lendária isabelina foi sendo reduzida a este único elemento nuclear. Substituindo os símbolos da peregrina, presentes nas primeiras representações, as rosas tornaram-se o emblema identificador da Rainha Santa e o milagre o motivo central de um discurso mítico que, e ao contrário do que, se verifica na generalidade dos mitos históricos nacionais, teve desde a origem uma larga difusão popular, a ela se ficando a dever a sua permanência e vitalidade. (CIDRAES, s/d: 7)

Se existiu ou não o milagre das rosas, Ricardo Raimundo conclui considerando que este milagre nunca existiu, tratando-se de uma criação posterior criada ao longo dos séculos:

A verdade é que, salvaguardadas as questões de fé, o milagre das rosas e a frase célebre de D. Isabel nunca existiram, constitui sim o elo que o culto religioso, oficial e canónico à tradição popular, sempre povoada de lendas e prodígios, onde

ficou definitivamente gravada a imagem da Rainha Santa abrindo o regaço onde o ouro em rosas se fizera. (RAIMUNDO, 2016: 28)

As pessoas tornam-se mitos quando se transformam em modelo para a vida dos outros. Nesse sentido, essas pessoas passam a ser veneradas, pois fazem algo em prol da sociedade e que todos tomam como inspiração, passando a exaltá-los. Para Cidraes : “Por todos os lugares por onde a rainha passou, ficaram memórias da sua presença. Este numeroso conjunto de lendas testemunha a profunda impressão que causava nas populações que a acolhiam.” (CIDRAES, s/d: 7)

O episódio do milagre das rosas não consta no texto editado por José Joaquim Nunes, nem no romance de Vitorino Nemésio. A primeira biografia anónima de natureza hagiográfica do século XIV, procura demonstrar a santidade da Rainha, referindo os vários atos de devoção, de caridade e de misericórdia, mas não menciona o episódio do milagre as rosas. Através da biografia de Maria Filomena Andrade e do romance histórico de Isabel Machado percebemos a transformação da memória histórica e da memória mítica a partir da visão de cada autor. Maria Filomena Andrade descreve assim o episódio:

Mas também as lendas que celebrizaram a rainha, nomeadamente o milagre das rosas, têm uma longa história, pois o carácter modelar deste milagre atribuído a outras santas e rainhas medievais torna-o paradigmático de modelo de santidade de Isabel. Assim, esta transformação maravilhosa de pães em rosas, para fugir ao controlo masculino, acontece também com Santa Cassilda, nascida em Toledo, filha do rei mouro, que visitava os prisioneiros levando rosas no regaço que, mal chegava à prisão, se transformavam em pão para alimentar os prisioneiros. Iguamente, Isabel da Hungria, tia-avó de Isabel, realiza um semelhante milagre quando ia entregar pão aos pobres e o marido, o landgrave, a encontra e pede para ver o que traz no seu colo, encontrando apenas rosas.

No caso de Isabel de Portugal, a rainha saiu do castelo do Sabugal, numa manhã de inverno, para distribuir pães aos pobres, quando é surpreendida pelo rei, que lhe inquiriu onde ia e o que levava no regaço. A rainha teria exclamado: «São rosas, Senhor!» Desconfiado, D. Dinis teria perguntado: «Rosas, em janeiro?» D. Isabel expôs então o conteúdo do regaço do seu vestido e nele havia rosas, ao invés dos pães que ocultara. A tradição popular tem contudo, diversas variantes deste milagre: moedas de ouro que se transformaram em rosas ou rosas que se transformaram em ouro; ou ainda o pão que se transfigura em flores. Celebrando-se sempre, em todas elas, a capacidade oblativa da rainha que a assemelha ao próprio Cristo que multiplicou os pães e os peixes para dar de comer às multidões que o procuravam.

Este milagre, que não consta na primeira lenda, já circularia oralmente nas últimas décadas do século XIV, e aparece narrado por Frei Marcos na *Crónica dos Frades Menores* de 1562.

Outros milagres e lendas em torno da sua vida foram surgindo e desenvolvendo o imaginário popular, penetrando nos livros de histórias e, em alguns casos,

imiscuindo-se na tradição e na história de algumas terras e lugares. É diversificada a tradição lendária em torno da rainha que tem como momento central o referido milagre das rosas, mas é composta por um conjunto de acontecimentos extraordinários e/ou milagrosos associados às suas ações, aos seus poderes curativos. Tudo isto, filtrado pelo gosto e religiosidade popular, faz nascer e desenvolver-se em torno da rainha uma vivência de religiosidade e superstição. (ANDRADE, 2014: 35-37)

A historiadora, sobre o milagre das rosas, escreve de forma coerente e sem intromissão do sentimento, concluindo :

Podemos, assim, concluir que as rosas tornaram-se o emblema identificador da Rainha Santa e o milagre o centro de um discurso iconográfico que teve uma larga difusão popular e que deve a isso a sua vitalidade e permanência na memória coletiva portuguesa. (ANDRADE, 2014: 43)

A escritora, Isabel Machado, recorre ao diálogo entre o Rei D. Dinis e a Rainha Isabel, incutindo emoção ao episódio mais emblemático do mito isabelino:

Viu-a, por fim, já fora do castelo, rodeada dos seus de sempre, e ela de regaço cheio, que amparava com as mãos.

- Onde ides, senhora? – perguntou, travando-lhe o passo.

Isabel ficou sem palavras, apanhada em falta, mais uma vez, e perdeu-se no temor dele, que a olhava de cima.

- O que trazeis oculto no regaço? – questionou o rei, com um gosto maldoso.

Ela hesitou. Olhou em redor, à procura de palavras. Depois, baixou os olhos para o ventre como se escondesse um pecado. Arranjou coragem, como sempre fazia, e respondeu:

- Trago rosas, senhor.

A incredulidade cobriu o rosto do soberano. Fez um trejeito com a boca. Franziu o cenho e levou à barba, que cofiou várias vezes, de lábios crispados. Finalmente falou. Elevando a voz, como acontece quando a certeza toma conta de alguém e o escárnio envolve as palavras, indagou:

- Rosas, senhora? Em Janeiro?

Não ouvindo a resposta imediata de humildade que esperava, juntamente com um pedido de perdão pela ofensa de faltar à verdade ao rei, Dinis desviou o olhar do dela e centrou-o, agudo, mais abaixo, sobre o ventre da rainha, que as mãos de Isabel cobriam com cuidados de mulher prenhe e gentileza de embalo.

O monarca perscrutou o tecido grosso que rodeava o conteúdo enigmático, como se o pudesse rasgar com a mera intenção, incomodado com a teima, que se fazia mais humilhante pelo silêncio que se estendera em redor, numa medição de forças entre a vontade soberana d'el-rei e a determinação de ferro daquela mulher delicada.

- Descobri o vosso regaço – ordenou.

O grito de uma ave cortou a espera ansiosa e o rei distraiu-se dela, olhando instintivamente para o céu, de uma limpidez de vidro puro, que o sol atravessava. A intensidade da luz feriu-lhe a vista, mas logo regressou ao seu intento, o regaço da rainha.

Pestanejou. Seria da cegueira do sol. Levou as mãos aos olhos e esfregou-os. E voltou a fixar o regaço da mulher para confirmar que não era da sua vista. Isabel baixara as mãos e dos pães brotavam rosas...

Rosas...

Nem a sua imaginação de trovador lhe dera algum dia a experimentar tamanho fenómeno.

Procurou o seu escudeiro e não viu. Não viu ninguém El-rei estava sozinho com a mulher, ou assim lhe pareceu, à primeira vista. Os únicos de pé. Porque as gentes em redor do monarca se haviam afundado, de joelhos no chão e mãos em prece, soltando pela boca louvores a Deus e à rainha.

É santa! – bradavam. (MACHADO, 2016: 368-369)

Para Isabel Machado, este episódio faz parte do imaginário português e, através do seu romance histórico, torna-se importante para a propagação do mito que se formou a respeito desta história, apesar de este milagre não constar na primeira biografia, podendo não ter sido realizado pela Rainha Santa Isabel.

Concluimos que Isabel de Aragão se tornou um mito para o povo português essencialmente pelas suas ações de bondade para com os mais necessitados. O amor e o carinho com que tratava os doentes, fizeram com que muitos a enaltecessem como uma Santa, mesmo quando ainda era viva. De tanto se dedicar e se entregar aos mais necessitados, foi por eles venerada e começou a falar-se em Portugal que quem recorria a ela obtinha milagres. No que se refere ao milagre das rosas, o que vemos é uma semelhança desse milagre atribuído a Isabel de Aragão com o milagre imputado à sua tia, Isabel da Hungria, que também dedicou a sua vida a ações altruístas. Por isso, resta-nos a dúvida da veracidade desse milagre. Além disso, como o nome de ambas as Rainhas era igual, também as ações que praticavam ganharam contornos semelhantes. Provavelmente terá havido confusão em relação às duas, ambas canonizadas.

4.3. A morte da Rainha Santa

Afonso IV, filho da Rainha D. Isabel e do rei D. Dinis, estava descontente e indignado com as infidelidades de Afonso XI de Castela e as humilhações que a sua filha D. Maria sofria por parte do seu marido. Chegavam à corte portuguesa informações que diziam que Afonso XI mantinha uma relação extraconjugal, que tornou pública, com uma fidalga de nome Leonor de Gusmão. Afonso IV acusava também o genro de impedir o casamento do seu filho D. Pedro, herdeiro do trono português, com D. Constança Manuel, filha do nobre castelhano, D. João Manuel, inimigo do rei castelhano, Afonso XI. Francisco Benevides, autor de uma vasta obra e um grande estudioso da memória isabelina, explica:

Em 1328, a infanta D. Maria, filha do rei Afonso IV de Portugal e neta predilecta de Santa Isabel, casou com Afonso XI de Castela. Apenas dois anos depois, em 1330, já o monarca castelhano desprezava e maltratava a sua mulher, apaixonando-se ao mesmo tempo por Leonor de Gusmão. Afonso IV, irado com este procedimento e com os entraves que Afonso XI colocava à vinda de D. Constança Manuel (futura esposa de D. Pedro, filha do soberano português), declarou-lhe guerra, e, em 1336, entrou em território castelhano perto de Badajoz, enquanto o rei de Castela invadia Portugal. (BENEVIDES, 2011: 132)

Em 1336, D. Isabel partiu de Coimbra e dirigiu-se a Estremoz em mais uma missão de paz, para demover as ideias do filho e do neto, possivelmente a última da sua vida terrena. O seu objetivo era acalmar o filho, D. Afonso IV, e o neto, Afonso XI de Castela, que tinham declarado guerra entre eles. O longo percurso foi percorrido no verão, por finais de junho e inícios de julho, fazia um calor excessivo, próprio da época, agravando o seu estado de saúde, já bastante frágil devido à sua idade e doença. A Rainha Isabel fora aconselhada pelos médicos da corte a não efetuar esta viagem devido à sua frágil saúde, à distância e à sua idade, mas não a conseguiram demover dessa decisão. A Rainha, desprezando esses bons conselhos, pretendia apenas restabelecer a paz entre os reis desavindos, filho e neto. O percurso entre Coimbra e Estremoz era bastante longo, pelo que durou cerca de uma semana, por caminhos difíceis. Ao chegar onde se encontrava o seu filho, completamente exausta, abatida, cansada e doente, mas cheia de vontade para cumprir a sua carinhosa missão, ficou acamada, desde o dia 1 de julho de 1336, as forças traindo-a com uma febre

intensa acabando por morrer no dia 4 de julho. Vários são os motivos apontados para a sua morte, causando controvérsias. Segundo Ana Rodrigues Oliveira:

Corria o ano de 1336. Desconhecem-se as causas do óbito, tendo sido admitidas pelo menos oito hipóteses ao longo dos tempos – Apostema ou levadiga (*Lenda da Rainha Santa Isabel*), Carbúnculo (Dr. A. de Vasconcelos), Abcesso (Benevides), Tumor (Figanière), Cancro (Cornejo), Flegmão ou problemas de coração (Júlio Dantas), Escrófula (José Crespo) atribuindo Pinheiro Chagas a causa da sua morte unicamente às fadigas da viagem e aos ardores do estio «que actuaram fatalmente sobre a sua organização débil e avelhentada» (OLIVEIRA, 2010: 195)

O texto editado por José Joaquim Nunes em 1921, faz referência à possível doença da Rainha, que a levou à morte no dia 4 de julho de 1336, no castelo de Estremoz:

E começou seu caminho e chegou a Estremoz. Ouve destemperamento per razom de uua levadiga que lhe saio em no braço, e de seu uu dia segunda feira nom saio da camara no paaço ouvir missa, segundo soia, em sa capela com elrey, seu filho. [...] Esta rainha per muitas vezes se confessava a seus confessores [n]a quinta-feira que se seguio depois da segunda-feira em que se sentio destemperada, de gram manhãa se confessou e ouviu missa. E, dita a missa, saio da camara sem ajuda d'outrem, mui esforçada, e veo em geolhos ante o altar u estava aquel seu confessor que celebrava missa e ali com gram devoçom e muitas lagrimas recebeo o corpo de Deus. E, seendo em aquel dia depos Vesperas departindo com elrey seu filho, e nom cuidando [os] físicos que per aquela door sa morte acerca fosse, disse a elrey que se fosse a cear, e elrey disse que já ceara. E saio se elrey da camara e os físicos com ele, que i estavam. E, estando elrey ante a porta da camara, a rainha saio-se da cama e encostou-se a ela e começou de esmorecer. Aqueles que em [n]a camara estavam derom vozes a elrey. Torpou aa camara elrey e, tomando-a per [l]as mãos e beijando-as, acordou a rainha daquel esmorecer e veo falar com elrey em como esmorecera e em razom da infanta Dona Leonor, sa neta, filha sua delrey, que ela muito ama, e em outros seus netos. E, assi falando, conhecendo seu acabamentoo, começou a dizer: *Marie, mater gratiae, mater misericordiae, tu me, ab hoste protege et hora martis suscipe*. Des i começou a dizer: *Credo in Deam patrem, o simbolo dos Apostolos, e des i o Pater noster e outras orações*. [...] E finou deste mundo [em] no castelo de Estremoz, quatro dias de julho, era de mil e trezentos e setenta e quatro anos. (NUNES (ed.), 1921: 71-73)

Vitorino Nemésio apresenta-nos uma visão mais crítica e irónica sobre o falecimento da esposa do Rei D. Dinis:

Como Isabel começasse a queixar-se de um inchume no braço, os homens que iam às andas olhavam uns para os outros com vontade de proporem uma pausa; mas a mula da Rainha era andeira, e o que se sabe é que só pôde pregar olho nas cavaliariças de Estremoz.

No 1º de Julho Isabel tentou levantar-se, mas não pôde, armaram-lhe o altar no quarto, e D. Fr. Salvado ou alguém por ele rezou a missa. A Rainha ardia em febre, o calor era tanto que em todos os poiais de Estremoz a água chocava nas

bilhas: só os físicos, de seringa aparelhada, diziam que não era nada – questão de «destemperamento» e aquela «levadiga» no braço, que deixava nos panos mezinhas uma posta de sangue esverdeado. (NEMÉSIO, 2002: 66)

Isabel veio a falecer no dia 4 de julho do ano de 1336, vítima de doença, tendo-se antes confessado e comungado na capela do castelo de Estremoz e após se ter despedido dos seus entes queridos, pondo-se a rezar. Vitorino Nemésio relata:

Na quinta-feira, 4, pôde confessar-se e abrir a boca para receber a espécie, e, como se sentisse bem e os físicos achassem a doença um mar de rosas, disse ao filho que fosse cear; «& ElRey disse que já ceara», saindo. Então, levantando-se e tateando a borda da cama para não cair ao chão, começou a esmorecer e as aias começaram a gritar até o rei acudir. Com os beijos que o filho lhe ia dando nas mãos foi vindo a si; estava em seu juízo perfeito. Ainda juntou alentos e palavras para falar com ele das netas que andavam por longe, daquela guerra atijada que talvez se pudesse escusar. Mas misturava já o nome de Deus com isto, e os outros não a entendiam. Foi quando perceberam pelos seus olhos envidraçados que não tinham ali nada a fazer: Isabel estava definitivamente vertical.

Embrulharam-na num pano de lã alinhavado, passaram-lhe uma corda à cintura, e, metendo o esquife num coiro de boi com o pêlo para fora, prepararam-se para a levar debaixo do calor a Coimbra. (NEMÉSIO, 2002: 66)

Filomena Andrade, baseada nos acontecimentos históricos, incute no leitor a convicção de uma segunda possibilidade da História que se entrelaça com a história. A primeira é baseada na verdade, enquanto que a segunda se constitui como outra verdade. Fica evidente o agravamento da sua doença, o que conseqüentemente levou à sua morte, deixando escrita a sua vontade de que o seu corpo fosse sepultado no Convento de Santa Clara. A sua intervenção não teve os resultados esperados, ao ser surpreendida pela morte, por isso não conseguiu unir os dois Reis. É esta certeza que a narradora tem e, na missão de o transmitir, fá-lo precisamente através da imparcialidade do seu discurso:

É neste momento que Isabel, com certeza a par da situação, resolve intervir e deslocar-se ao encontro do filho. Mas o calor excessivo e a idade já avançada da rainha terão pesado no desfecho desta nova jornada. Doente e exausta da viagem, a rainha, já sexagenária, é obrigada a ficar em Estremoz, onde acaba por morrer, rodeada pelo seu filho, nora e netos, a 4 de julho de 1336. [...]

Mas a história desta soberana não acaba aqui, pois logo após a sua morte teve de tratar-se da sua transladação para Coimbra, cidade onde ela pediu para ser sepultada. Devido ao intenso calor o corpo da rainha foi amortalhado com um lençol e uma colcha finas e vestido com o hábito de Santa Clara, após ser ungido com perfumes, ervas e substâncias aromáticas. Colocado o féretro numa urna

rectangular de madeira, hermeticamente fechada, a rainha foi enfim (re)conduzida em cortejo ao seu mosteiro, onde chegou ao fim de sete longos dias. Na igreja foi velada durante a noite pelas monjas clarissas e no dia seguinte, logo pela manhã, realizaram-se as solenes exéquias. Após estas, o caixão com o seu corpo foi então colocado no túmulo mandado fazer pela rainha, no coro da igreja dos pobres damianitas. (ANDRADE, 2014: 267-268)

Isabel Machado apresenta ao leitor os diferentes espaços, personagens e ações, permitindo-lhe apreender a totalidade e a complexidade do universo criado. Trata-se de um fato político em que a Rainha intervém de maneira direta para tentar apaziguar as relações entre Portugal e Espanha, em que, respetivamente, o seu filho, D. Afonso IV, e o seu neto, Afonso XI, andavam de costas voltadas:

Quando, por fim, avistaram o castelo de Estremoz no alto do monte, entoou a mais sentida de todas as muito sentidas orações da sua vida. Sorria e chorava. A paz haveria de a conseguir dentro daquelas paredes, sentinela das formosas planícies das terras de além-Tejo.

Quando julgava que ainda faltava a subida do morro, viu-se rodeada do abraço da família, que desceu aos caminhos, sabendo da sua chegada. Mal se viu entre eles, deixou-se desfalecer para os braços de Afonso, perdidas todas as forças que a conseguiram levar até ali. (MACHADO, 2016: 403)

A romancista, recorre ainda ao diálogo, deixando que as personagens assumam a palavra, o que lhe permite apresentar as tensões que dominavam cada figura, de modo a construir o seu próprio universo ficcional. A autora torna mais significativa a linguagem usada para conferir uma marca particular ao seu texto:

Pediu suavemente que todos saíssem, mas quis ficar com Afonso. Para um último apelo. O rei ajoelhou-se à beira da cama e pegou-lhe nas mãos.

- Meu filho, não leves Portugal para a guerra. Deixa-me essa promessa, Afonso.

Ele mantinha os olhos nos dela, com ternura. Um olhar de silêncio.

- Promete-me, Afonso.

O rei apertava as mãos da mãe junto ao peito, mas continuava de lábios cerrados. Fechou os olhos.

- Não me deixes partir com esta tormenta de pensar que o meu filho e o meu neto...

Não terminou a frase. Mas fez um último esforço para erguer as pálpebras e encarar o filho.

Ainda lhe viu os olhos grandes, por uma vez abertos de amor, sem névoas da sanha que o levava demasiadas vezes pelo caminho da ira.

Afonso IV abraçou o corpo da mãe, já hirto. Num choro abafado, longe dos ouvidos de todos, o rei pedia-lhe perdão por tê-la deixado partir naquela angústia.

Até ao fim, incapaz de lhe mentir. (MACHADO, 2016: 405-406)

Durou sete dias consecutivos o cortejo fúnebre que levou a cabo a deslocação do corpo da Rainha Isabel de Estremoz para a cidade do rio Mondego. D. Afonso IV cumpriu o desejo da Rainha sua mãe de ser sepultada nesta cidade, no Mosteiro de Santa Clara, apesar de ter sido aconselhado que seria melhor sepultá-la na igreja de São Francisco de Estremoz ou na Catedral de Évora. A opção por Coimbra foi assumida pelo filho, alertado para os riscos que corria ao levar o corpo por vários dias sob um excessivo calor. Porém, contra o parecer de todos, o rei Afonso prosseguiu com o desejo de sepultar a mãe em Coimbra. O receio de que o corpo entrasse em decomposição devido ao calor que se fazia sentir, levou a que se tomassem várias medidas. O corpo foi convenientemente tratado com ervas aromáticas, perfumes, embrulhado num lençol de linho muito fino e sobre este foi colocada uma colcha fina. Foi ainda envolto num pano de linho cru, grosseiro, muito bem cosido, enrolado e atado com um cordão de forma a ficar perfeitamente fechado. No dia seguinte à sua morte, sob um calor tórrido, iniciou-se a viagem, sendo o cortejo fúnebre acompanhado por cavaleiros, prelados e damas da corte. Fala-se que, no meio da jornada, o caixão começou a abrir rachas pelas quais corria um líquido que pensavam resultar da decomposição do cadáver. O espanto foi geral quando notaram que, em vez do pérfido cheiro esperado, saía um odor suave. O corpo da Rainha chegou a Coimbra no dia 11 de julho de 1336.

A análise do transporte do cadáver de Isabel de Estremoz para Coimbra não foi efetuada pelo romance de Vitorino Nemésio, nem pelo romance histórico de Isabel Machado. Contudo, o texto editado por José Joaquim Nunes narra o acontecimento da seguinte forma:

E em aquel dia que finou e noite e outro dia seguinte foi a ela feito officio per [!]os prelados que ali eram e, feito o officio e aguisado pera a tragerem ao mosteiro de Santa Clara de Coimbra, u se ela trager fazer mandava e sepultara escolhera, conselhavam alguus elrey que soterrassem em uu mosteiro de S. Francisco que avia em Estremoz ou que a trouvessem as eigreja catedral de Evora, que era daquel logo u a rainha finara alongada por seis legoas e, des que a carne fosse tornada em terra, que a trouvessem a Coimbra. E este aconselhavam ao rey, porque se temiam de cheirar em tanto, ante que chegasse a Coimbra, que a nom podessem saquel moesteiro, que ela fizera, trager, que era alongado daquel logo de Estremoz por triinta e duas legoas, per razom das caenturas, que em aquel tempo erom grandes, e ela nom fora enferma senom per quatro ou cinco dias e morrera em todas sas carnes. Outros diziam que aquel logo u sa sepultura escolhera que ali a deviom trager. E foi entom per elrey, seu filho e seu

testamenteiro, mandado que a trouvessem a Coimbra. E em [n] a sexta feira seguinte depos a quinta feira em que ela passara foi posta em no ataúde, e começaram aquele dia, depos comeer, com ela andar per caminho, dizendo aqueles que ali erom, que, segundo as caenturas erom grandes e [o] logar a que a tragiom era alongado, que cheiraria em tanto aquel corpo morto que nenhuu daqueles que i viinham nom se atreveriam a chegar aaquel ataúde e que fora melhor seer soterrado aquel corpo em Evora, segundo fora acordado que se fizesse. E começaram seu caminho aqueles [que] aguardavam aquele ataúde e fizeram daquel logo de Estremoz a Coimbra por mui grandes caenturas sete jornadas, e per [!]o caminho abria-se o ataúde emtanto e corria del aquel que quebrava das carnes dela. E, quando esto virom os que a guardavam tenerom que nunca a poderiam trager a Coimbra, per razom que criam que fedesse em tanto que se nom podessem chegar aaquele ataúde. E prougue a Nosso Senhor de querer mostrar em [n]o corpo daquela rainha que conhocia o bõo serviço que d`ela em esto mundo recebera de guisa que cuidavam que aquelo fosse fedor e que saísse daquele ataúde que fosse o melhor cheiro e odor que omees veer podessem, de guisa que diziam aqueles que se ao ataúde chegavam que tam noble odor de cousa nom virom. [...] E fizeram com aquel corpo sete jornadas de Estremoz a Coimbra per grandes caenturas e per tempo mui destemperado. E em aquel dia que chegaram a Coimbra foi posto aquele corpo em na eigreja daquel moesteiro que ela fezera e foi acordado per [!]o bispo de Lamego, que ficava por seu testamenteiro, e per outros que i viinham, per razom do ataúde que tragiom assi aberto e per [!]os ditos chantos que faziam grandes muitos a que ella muita mercee fezera, os da ciidade de Coimbra e muitos outros, que em [n]a noite que se seguia, des que as companhas que em [n]a eigreja agardavam aquel corpo adormecessem, que posessem aquel corpo em [n]o moimento que já estava aberto e que ali o tinham o corpo e que leixassem outro ataúde, pera nom poderem entender as companhas que de noite fora posto em [n]o moimento. (NUNES (ed.), 1921: 74-77)

Além do milagre das rosas, referido anteriormente, praticado em vida pela Rainha Santa Isabel, depois da sua morte surgiram notícias de inúmeros outros. Durante o percurso que fizeram com o corpo da Rainha de Estremoz para Coimbra surgem as primeiras manifestações de devoção e culto à figura da Rainha Isabel. O ataúde que transportava a rainha emanava um cheiro agradável, devido às essências aromáticas usadas na preparação do corpo ou então devido a algum fenómeno natural, o que levou os acompanhantes a proclamarem um grande milagre. Quer se tenha tratado de um fenómeno natural ou de um milagre, foi o que sentiram os membros que incorporavam o cortejo fúnebre quando notaram que não surgia o temido mau cheiro, mas o melhor odor e perfume que se podia apreciar. Com efeito, quem se aproximava do ataúde dizia que tão nobre odor nunca ninguém tinha sentido. A edição de José Joaquim Nunes faz referência a este fenómeno:

Des que foi posto o corpo em [n]o moimento, começaram-se aqueles que o levarom ali antre si a maravilhar-se do gram milagre que viiam, uu corpo, que

trouxerom aaquel logo per grandes caenturas e que avia nove dias que a alma se del [a]partara e que era assi quebrado, (e) des que aquel licor corria, em cheirar tam bem, ea uus diziam ea lhes parecia ca, em tragendo-a, que vinham per rosaes, outros [que] viinham cheirar, ea nunca atam bom odor de cousa viirom. E todos os que esto viirom davam graças a Deus em querer que eles viissem a grande sa mercee de fazer que o corpo de ua mulher, que morto era [e] que naturalmete devia a feder, (e) que naturalmente devia a feder, (e) cheirar tam bem, o que era contra natura. (NUNES (ed.), 1921: 79-80)

Depois da morte da Rainha fizeram-se as exéquias do corpo, o que não decorreu de forma pacífica uma vez que o povo português desejava aproximar-se do caixão para a venerar, para manifestar o seu afeto e devoção. Receava-se pela segurança do caixão devido à quantidade de pessoas que apareceram de todo o lado para ver a Santa. Foi graças a este povo que a Rainha atingiu a fama de santidade. Dirigiam-lhe preces e efetuavam pedidos. Também divulgaram o surgimento de prodígios no seu sepulcro, no convento por si reedificado, e onde estava o seu corpo. Isabel fez-se Santa graças à devoção a Deus e ao próximo através das suas ações como Esposa, Rainha e Mãe. Santificou-se atendendo aos atos de bondade ao longo de toda a sua vida terrena, através da sua caridade, dos jejuns, do seu espírito de sacrifício para com os mais necessitados, mas também pela ajuda à sua família. Maria Filomena Andrade assegura:

Isabel exemplifica sempre um ideal de comportamento como filha, afectuosa e respeitadora, como mulher, obediente e serviçal para com o marido a quem sempre perdoa, e como mãe, atenta às necessidades dos filhos e aos seus pedidos. O modelo de santidade de Isabel é ainda marcado pelas suas virtudes de carácter religioso, protagonizando o ideal de uma leiga cujo comportamento assenta na caridade, nos jejuns e nas práticas piedosas que a aproximam definitivamente do ideal franciscano. (ANDRADE, 2016: 49)

Não é nosso objetivo descrever os milagres atribuídos à Rainha Isabel, embora estando alguns mencionados no texto editado por José Joaquim Nunes, na parte final. Contudo não deixa de ser importante mencionar, neste trabalho, o culto que lhe foi prestado após a sua morte, e que pretendemos analisar a seguir.

Temos que reconhecer que na história da humanidade existiram pessoas que alcançaram a admiração de muita gente por causa das suas obras, das suas ações ou dos seus sacrifícios. A estes, a Igreja Católica convencionou declarar santos, como foi o caso da Rainha Isabel. São pessoas que se caracterizaram por terem abdicado da sua própria vida em prol dos outros e por terem evidenciado,

ao longo da sua vida e durante vários momentos, os princípios que regem o catolicismo.

No caso da Rainha Santa Isabel, enquanto esteve casada com o rei D. Dinis, as suas ações estavam assentes na sua função de Rainha e também como esposa e mãe dedicada. Porém verificamos que, com a morte de D. Dinis abriu-se uma nova etapa na vida da Rainha, como afirma Filomena Andrade:

No caso de Isabel, se as boas práticas são em maior número, durante a sua viuvez do que no tempo em que era casada, a diferença pode atribuir-se à atitude de abandono do mundo a que se consagra no tempo da viuvez e que lhe permite ficar livre de algumas tarefas ligadas ao poder régio, podendo agora levar a cabo tais práticas no âmbito da sua vida privada e doméstica. (ANDRADE, 2016: 47)

Os atos de caridade que praticou, atenta às necessidades de um povo que via nela um anjo protetor, o empenho em prestar auxílio aos órfãos, às viúvas, a todos os necessitados trouxeram-lhe a fama de santidade. Pelo conjunto de atitudes praticadas em vida e pela fama dos seus feitos milagrosos, obteve gratidão oficial. Para que o povo pudesse reconhecer a quem, entre os homens ou mulheres, podia ser atribuída a santidade, a Igreja Católica estabelece várias normas que verificam a vida e a obra do candidato a santo, indagando se em vida ou depois da sua morte operou determinado número de milagres. Quando, depois desses estudos, se conclui que alguém foi santo ou santa concede-se-lhe a santidade oficial num processo que a Santa Sé denomina de canonização. A canonização é o ato pelo qual alguém, depois de passar por todo o processo jurídico, é declarado santo para o mundo cristão católico, com direito a culto e veneração. A pessoa canonizada é aquela que encontrou graça diante de Deus, podendo ser venerada pelos fiéis e pela própria Igreja que reconhece e proclama a graça vitoriosa de tal Cristão.

Para analisarmos o processo de canonização vamos recorrer à biografia histórica de Maria Filomena Andrade sobre Isabel de Aragão e ao estudioso António Vasconcelos. Este autor foi um verdadeiro cultor da investigação histórica, baseando-se na busca e interpretação de documentos. Da sua obra fazem parte diversos estudos, alguns dos quais sobre a vida e ações da Rainha Santa Isabel. Tenta manter a imparcialidade e uma escrita baseada nos factos que possam servir o seu objetivo de dar a conhecer a verdadeira história de

Isabel, personagem histórica e figura de referência. As outras obras selecionadas para este trabalho: *Vida e milagres de Dona Isabel Rainha de Portugal*, editado por José Joaquim Nunes; *Isabel de Aragão, Rainha Santa* de Vitorino Nemésio e *A Rainha Santa*, romance histórico de Isabel Machado, não fazem referência ao processo de canonização, porém achamos importante esclarecer este assunto para melhor compreensão desta matéria assim como do culto prestado à Rainha depois da sua morte.

Várias manifestações de culto religioso foram realizadas em honra da Rainha Isabel logo a seguir ao seu falecimento. Tendo sempre presente os atos de generosidade que praticou enquanto foi viva, foram-lhe prestados inúmeros atos de devoção muito antes de se tornar beata e de ser canonizada.

De acordo com o estudioso António Vasconcelos, foram praticados três tipos de culto religioso relativamente à Rainha Isabel, que são: culto privado, culto público e culto solene. O autor considera:

Por *culto privado* intendem os actos de veneração e orações dirigidas por qualquer pessoa, sem caracter publico e por modo particular, a um defuncto que, segundo piamente se crê, gosa a bemaventurança eterna. *Culto publico* é o que se presta em presença de outras pessoas e em lugar publico, mas sem caracter official, sem intervenção de sacerdote, embora seja com conhecimento e tolerancia da autoridade ecclesiastica. Pelo contrario o *culto solenne* é prestado em nome da igreja e com intervenção dos seus ministros, usando-se nelle de ritos e cerimoniaes reconhecidas e aprovadas pela autoridade competente (VASCONCELOS, 2004: 95)

Para percebermos melhor o culto religioso dedicado à Rainha Isabel, é necessário examinar três períodos históricos neste processo evolutivo: as ações antes de ser beatificada, os cultos posteriores à beatificação e também à canonização, o que vamos traçar de forma breve, dando destaque aos passos mais importantes. O começo do culto, antes de ser beatificada, ocorre com o primeiro ato de devoção particular que o seu filho, D. Afonso IV, lhe dedicou, ao determinar o transporte do corpo da sua mãe de Estremoz para Coimbra. António de Vasconcelos sublinha: “O primeiro acto de culto religioso particular que me consta ter sido prestado à rainha D. Isabel, teve por agente o seu próprio filho D. Affonso IV.” (VASCONCELOS, 2004: 97).

O culto público desenvolveu-se através da veneração que o povo prestou ao visitar o ataúde da Rainha para pedir ajuda. Diversos fatores ocorreram para

que ela fosse tão admirada e cultuada, tais como a cura de paralíticos, cegos, doentes, entre tantos outros milagres que lhe foram logo em seguida atribuídos e documentados. Devido aos inúmeros milagres ocorridos após a sua morte, o rei D. Manuel I solicitou a beatificação da Rainha Isabel. O papa Leão X, em 1516, reconheceu o culto público apenas à cidade de Coimbra e à diocese, podendo celebrar-se em Coimbra todos os anos a sua memória. Maria Filomena Andrade refere o seguinte:

Pois, apesar dos seus inúmeros milagres, a rainha só tinha sido elevada aos altares em 1516 (por breve de 15 de abril), a pedido do rei D. Manuel, e por decisão do papa Leão X, que lhe atribui o título de beata, em virtude do qual se autorizava a celebração do ofício litúrgico e da veneração pública, nos altares das igrejas, mosteiros e conventos da diocese de Coimbra. (ANDRADE, 2014: 18)

O rei D. João III, filho de D. Manuel I, continuou o caminho que o seu pai tinha encetado, ao dignificar e expandir a fama da Rainha Isabel pelo reino português. Por isso, em 1550, decidiu solicitar ao papa, Júlio III, o alargamento do culto, uma vez que era até então apenas restrito à diocese de Coimbra.

No ano de 1560 foi criada uma associação religiosa denominada Confraria de Santa Isabel Rainha de Portugal. Esta fundação teve o empenho da abadessa do convento de Santa Clara, D. Ana de Meneses, em conjunto com outras religiosas, D. Maria da Silva e D. Ambrosia de Castro e ainda outros membros seculares e eclesiásticos. Esta confraria subsiste ainda hoje e continua a cumprir os seus objetivos.

Outro rei que contribuiu para o desenvolvimento do culto da Rainha Isabel foi D. Sebastião, que delegou no bispo de Coimbra, D. Manuel de Meneses, a obrigação de averiguar sobre os santos portugueses e os milagres que lhes foram atribuídos. Segundo Maria Filomena Andrade:

Assim, a fim de dar cumprimento à solicitação régia, o bispo-conde comissiona, a 19 de agosto de 1576, o licenciado Francisco Magalhães para realizar, com um notário, o referido, o referido inquérito e extrair os documentos que encontrasse sobre as vidas e milagres dos referidos santos, e ainda para interrogar as testemunhas dos milagres. O resultado final, descrito e autenticado pelo notário, devia ser entregue ao bispo. Francisco Magalhães começa as suas inquirições em Santa Cruz sobre os cinco Mártires de Marrocos, cujas relíquias aí se encontravam, e sobre São Teotónio, prior-mor e cofundador do referido mosteiro. Em seguida recolhe as informações requeridas sobre Santa Comba e, por fim, as que respeitam à rainha Santa Isabel. (ANDRADE, 1014: 19)

No ano de 1580, a união das coroas de Portugal e de Espanha sob a governação de um único rei contribuiu, sem dúvida, para a difusão da devoção à Rainha Isabel. Contudo, verificamos interesse especial também do Rei Filipe I e Filipe II sobre este assunto, restando saber se o processo de canonização de D. Isabel foi uma estratégia política pessoal dos monarcas, o que seria de todo o interesse uma vez que, na altura em que esta Rainha nasceu, Aragão era um reino independente, região que, à época dos Filipes estava integrada na Espanha.

Tendo em consideração o culto prestado pelo povo e as bênçãos recebidas pela Rainha santa, começou a pensar-se na sua canonização. Para tal, era necessário encontrar provas suficientes para comprovar a santidade que lhe veio a ser atribuída. Por isso, foi solicitado pelo Papa a apresentação de documentos escritos e testemunhos orais que comprovassem a santidade da Rainha, ou seja, os milagres que teria realizado, para então se iniciar o processo. A canonização foi um caminho longo e complexo e passou pela investigação e averiguação da autenticidade de todos os fatores que caracterizaram a santidade da Rainha e levou inclusivamente a que fosse aberto o seu túmulo. Assim que o túmulo foi destapado, o ataúde apareceu, como fora depositado em 1336, e o corpo não apresentava sinais de corrupção, permanecendo em perfeito estado de conservação. Os peritos médicos escreveram relatórios bastante minuciosos dando conta do que viram e toda a documentação foi enviada à Santa Sé. Sobre este assunto Maria Filomena Andrade refere o seguinte:

A 26 de março de 1612, quando se procede à abertura do túmulo da rainha – deslocando a pedra – de acordo com o estabelecido, e perante numerosas testemunhas, verifica-se que nunca tinha sido aberto. Os primeiros objetos encontrados são o bordão de peregrina e a bolsa.

Aberta em seguida a arca funerária de madeira, o corpo, envolvido numa pele, mortaldas de linho e o hábito, encontrava-se em perfeito estado de conservação e mumificado. (ANDRADE, 2016: 21)

Em 1614 foi enviado o processo para Roma, mas devido à morte do rei Filipe III e do papa Paulo V e ainda à escassez de dinheiro (foram estes os motivos apresentados para o atraso da decisão final da canonização), só em 1625 e com a interferência do rei Filipe IV é que o Papa Urbano VIII deu a confirmação para a canonização da Rainha D. Isabel.

Com a aceitação do processo de canonização, foram finalizados todos os preceitos religiosos indispensáveis para se prestar qualquer tipo de culto a Santa Isabel. O título de Santa que precede o seu nome ganhou legitimidade e o seu culto alcançou novas projeções. Para Filomena Andrade:

Assim, depois de vários problemas e incidentes, só Urbano VIII reabre o processo, para, com o parecer favorável da Congregação dos Ritos, conseguir solenemente decretar a canonização da rainha Isabel, realizada a 25 de maio. (ANDRADE, 2016: 21)

A Rainha foi canonizada no dia 25 de maio de 1625. É padroeira da cidade de Coimbra e em sua honra todos os anos se comemoram as festas da cidade, com uma procissão, integrada por milhares de pessoas, que tem lugar de dois em dois anos, na qual a imagem da Rainha Santa é transportada em andor, a uma quinta-feira, desde o Convento até à Igreja de Santa Cruz, e de onde regressa no domingo a seguir. O dia da sua morte, 4 de julho, é também o dia e simultaneamente o feriado da cidade. António Vasconcelos considera que:

Se em todo o país tem sido a Rainha Santa Isabel, venerada como protectora dos portugueses, em Coimbra é por muitos títulos adorada como protectora especialíssima desta cidade, que ela amou enquanto viva, e à qual deixou por morte o depósito de suas santas relíquias. (VASCONCELOS, 2007: 121)

Quem vem de longe não deixa de notar o carinho dos habitantes locais pela sua padroeira. Para nós, como eu, que temos o privilégio de viver na cidade de Coimbra, é uma honra assistirmos à veneração desta Rainha tão querida para os conimbricenses. Para António Vasconcelos:

É por isso que na cidade de Coimbra sempre foi muito acendrada a devoção à Santa Rainha, tanto nos naturais da terra, como nos que aqui vêm viver, e todas as classes rivalizam em concorrer para o maior esplendor das festas, que em sua honra costumam fazer-se. (VASCONCELOS, 2007: 121)

Um patrono é alguém que, pela sua conduta em vida, pelos feitos que realizou, constitui uma figura cujo nome fica gravado na História e cuja imagem perdura pelos tempos. Seguir o seu exemplo é um desejo sempre honroso (se bem que difícil), é lutar por tudo aquilo em que acreditamos mantendo sempre uma conduta coerente. A Rainha Santa Isabel é, sem dúvida, uma mulher para todos os tempos. A sua memória, devoção e amor guiam-nos e são fonte de

inspiração. Extravasou largamente o seu tempo e estendeu o seu poder ao longo de muitas gerações, o que foi crucial no desenvolvimento da sua notabilidade em Portugal. A sua vida teve impacto sobre as pessoas que com ela conviveram e que depois da sua morte começaram a prestar-lhe culto.

CONCLUSÃO

As histórias de vida são fascinantes. Saber mais sobre uma figura histórica, percorrer a sua trajetória de vida é uma experiência particular que orienta, não apenas o trabalho de quem escreve, mas de todo aquele que vê no outro uma possibilidade de conhecer, explorar e contar uma “verdade”. A verdade é uma ambição de quem escreve, que tenta alcançá-la na prossecução de uma investigação minuciosa.

Com este trabalho, tivemos possibilidade de conciliar duas grandes ciências humanas, a História e a Literatura. A comparação entre Isabel personagem histórica e Isabel personagem literária permitiu-nos constatar a componente interdisciplinar que existe entre estas duas disciplinas, aparentemente distintas e na verdade tão próximas, que se servem de si próprias e também uma da outra para alcançar os seus objetivos. Foi esta ligação que se pretendeu estabelecer e apresentar, entre a História e a Literatura, através de uma das mais famosas personagens históricas portuguesas, a Rainha Santa Isabel.

A História e a Literatura convivem mutuamente e partilham o mesmo espaço, uma auxiliando a outra, de modo a completar o tema e a concretizar todos os objetivos propostos pelas duas áreas. A História, como ciência, utiliza técnicas e recursos que procuram reconstruir o passado, com uma metodologia dirigida para a procura da verdade. O historiador indaga o testemunho vivo de uma época. Por seu turno, o escritor, apesar de buscar a verosimilhança, pode tomar partido com mais liberdade de uma ou de outra situação, por intermédio da voz do narrador ou das suas personagens. Através de fontes documentais, o historiador procura entender o que aconteceu num determinado período, enquanto que o autor de ficção tem mais espaço para se mover através do tempo e das emoções.

Se no início da propagação da história de Isabel, o interesse fixava-se nos factos históricos, novas cenas lendárias não tardam em aparecer, originando o mito, que se foi formando ao longo dos séculos, com a especial ajuda da

imaginação de tantos e inúmeros autores que se deixaram apaixonar por Isabel. Foi precisamente o mito e o ambiente criado à sua volta que proporcionaram uma fonte inesgotável, a que nenhum poeta poderia fugir ou negar.

As obras que analisamos neste trabalho trazem, de maneira diversificada, a história de uma rainha de grande importância para o reino português e que foi canonizada pela sua conduta de benevolência e caridade para com os necessitados, assumindo características extremamente altruístas. Dando por concluída a nossa investigação, apresentamos agora algumas considerações sobre os aspetos que nos pareceram mais interessantes.

José Joaquim Nunes editou, em 1921, sob o título *Vida e Milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal*, uma obra que tinha sido uma biografia anónima, que os historiadores consideram ter sido escrita por Frei Salvado Martins, bispo de Lamego. Este texto, que é o mais antigo que existe sobre a vida da Rainha Santa Isabel, foi elaborado logo após a sua morte. Talvez tenha sido escrito por uma pessoa que viveu muito próxima da rainha. A preocupação deste autor foi produzir uma imagem o mais completa possível da figura de Isabel de Aragão e daquela época. A sua publicação foi e será uma fonte extremamente importante sobre a vida da rainha Isabel, no que diz respeito ao seu nascimento, à sua infância, aos seus filhos, à morte de D. Dinis, ao papel que desempenhou com os doentes e os mais desprotegidos e, por último, à sua morte. A narrativa é composta por capítulos curtos. Concluimos que se trata de um texto de consulta imprescindível para quem quer aprofundar conhecimentos sobre a vida da Rainha Isabel.

Em termos de escrita, as inovações no romance da autoria de Vitorino Nemésio consistem em comentários irónicos, explicativos, que configuram o seu discurso, qualificável como um romance histórico. Considerámos importante abordar esta obra porque foi inovadora relativamente ao que se fazia na época da sua publicação, em 1936.

Consideramos que a biografia de Maria Filomena Andrade retrata a vida da Rainha Santa, trazendo ao leitor a possibilidade de pensar e refletir sobre os factos ocorridos no decurso da sua história. Por isso, apresentou episódios que são retratados em muitos estudos de pendor histórico, sublinhando mais atuação laica e política da rainha do que a mitificação de que foi alvo, contribuindo assim

para o melhor conhecimento da personagem e tornando a obra apelativa. Ao longo dos seis longos capítulos, descreveu o nascimento, a infância, a família, a educação, o casamento com D. Dinis, o seu papel como esposa, o papel político que exerceu, assim como o papel de viúva. O rigor histórico é mantido, preservando-se datas e factos, ao que acresce de uma visão atualizadora que interroga situações e debate motivos. Compreender o passado, assim como ter a capacidade de compreender o presente, é a condição para viver a contemporaneidade no que diz respeito à Rainha Isabel.

Demonstrámos ainda como é significativo o estudo do romance histórico, através de Isabel Machado, pois, ao ficcionar os factos ocorridos na vida de uma figura histórica, esta autora mostra-nos como a Literatura e a História se utilizam uma da outra de forma natural, proporcionando uma maior capacidade crítica e reflexiva para compreender ou questionar o passado. O romance histórico espelha os pontos de contacto e as diferenças entre História e Literatura, sendo reconhecido como uma tipologia de carácter híbrido. O autor do romance histórico busca um regresso ao passado, sobretudo aos factos históricos que sirvam como inspiração para o presente.

A união entre a Rainha Isabel e o Rei D. Dinis, assim como a dos seus filhos e netos expôs claramente a importância das alianças matrimoniais como uma estratégia política das monarquias europeias. Como rainha de Portugal, Isabel teve uma atuação determinante em favor do reino, promovendo a paz nas desavenças entre D. Dinis e o irmão. Aquando dos conflitos entre o marido e o filho, Isabel atuou como esposa, mãe e como rainha.

A autora elevou a personagem Isabel ao primeiro plano da narrativa, já que a rainha Isabel é a protagonista da sua obra, salientando a figura humana e suas emoções intemporais. Trata-se de uma personagem forte, em torno da qual o enredo é construído. Apresenta de forma desenvolvida a cooperação na governação do casal, Isabel e Dinis, que deixou um testemunho com base no convívio e na existência de afinidades (ainda que, historicamente, essa cumplicidade tenha sido discutida). A ficção permite assim acompanhar ao longo dos capítulos a vida diária de Isabel na corte aragonesa e na portuguesa, bem como na convivência com a família e com as pessoas que a rodeavam. Isabel é

apresentada como um ser humano humilde, procurando-se evidenciar a mulher para lá das lendas e dos mitos que foram criados ao seu redor. No romance de Isabel Machado há um predomínio do discurso direto, reproduzindo-se assim a fala das personagens. Através do discurso direto, a autora conseguiu conceber a personagem Isabel de modo muito próximo dos leitores. Esta autora, em especial, marca de modo muito nítido a diferença de fundo entre Literatura e História, uma vez que a primeira se baseia na transmissão de emoções e de convicções, enquanto que a segunda se baseia em documentação para raciocinar sobre o passado.

Constatámos ainda que as quatro obras analisadas, apesar das singularidades que marcam cada uma delas, descrevem a vida da Rainha, colocando-a no centro das atenções, pois foi unânime por parte dos quatro autores a elevação da personagem feminina ao primeiro plano da narrativa. Por outro lado, trazem ao leitor a possibilidade de pensar e refletir, dado o modo como cada livro reelabora os fatos ocorridos. Com efeito, a história desta Rainha foi desde sempre objeto de interesse ao longo dos tempos. Foi um tema em constante renovação, o que originou a criação de novas obras inspiradas nas já existentes.

O trabalho que se desenvolveu, tal como qualquer outro trabalho de investigação, não se deve encerrar em si mesmo, devendo apontar outros caminhos de reflexão de semelhante natureza. Deseja-se, por isso, que este estudo desencadeie outras investigações no âmbito desta problemática e que permitam assim dar continuidade às questões que foram aqui abordadas.

BIBLIOGRAFIA

ANASTÁCIO, Vanda, “Da História Literária e de alguns dos seus problemas”, *Colóquio Literatura e História: para uma prática Interdisciplinar*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 43-59 - disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/299> consultado no dia 2 de agosto de 2018

ANDRADE, Maria Filomena, “A Beatitude no Feminino: Modelos de Santidade e Formas de Poder”, *Discursos, Língua, Cultura e Sociedade*, 3ª série, nº2, Abril, 2000 pp. 71-84, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400...Maria%20Filomena%Andrade.pt> consultado no dia 27 de julho de 2018

ANDRADE, Maria Filomena, *Isabel de Aragão, Rainha Santa, Mãe Exemplar*, Lisboa, Temas e Debates, 2014

ARIÈS, Philippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Teorema, 2010

BEBIANO, Rui, “Sobre a história como poética”, *Revista da História e teoria das ideias*, Vol. 21, 2000, pp. 59-86, disponível em www1.ci.uc.pt/pessoal/rbebiano/docs/estudos/hpoetica.pdf consultado no dia 29 de julho de 2018

BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Rainhas de Portugal, As mulheres que construíram a Nação*, Lisboa, Marcador, 2011

BORGES, Alexandre, *Santos e Milagres, Uma História Portuguesa de Deus*, Lisboa, Casa das Letras, 2017

BRAGA, P. D. “Casamentos reais portugueses, um aspecto do relacionamento Ibérico e europeu”, *Revista da Faculdade de Letras*, v. 1, 1998, pp. 1531-1537

CABRAL, Helena Sacadura, *As nove magníficas*, Lisboa, Clube do Autor, 2016

CIDRAES, Maria de Lourdes, “A Rainha Peregrina – Lendas e Memórias”, Comunicação apresentada no VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, Santiago de Compostela, Julho de 2008 disponível em www.academia.edu/11846003/A_RAINHA_PEREGRINA_LENDAS_E_MEMÓRIA_S consultado no dia 1 de agosto de 2018

CIDRAES, Maria de Lourdes, “Isabel de Aragão, Rainha Santa: da História ao Mito”, s/d, disponível em www.aaaio.pt/public/ioand206.htm consultado no dia 1 de agosto de 2018

CRESPO, José, *Santa Isabel Na Doença e na Morte*, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1972

DEWULF, Jeroen, “E SE TODA A HISTÓRIA FOSSE FICÇÃO? Reflexões sobre a utilidade da ficção como critério para distinguir literatura e história”, *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, 2004, Vol.I, pp. 207-212, disponível em <https://repositorio-aberto.up/bitstream/10216/14940/2/68000075500.pdf>, consultado no dia 19 de março de 2019

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa, disponível em <https://dicionario.priberam.org/> - consultado no dia 3 de agosto de 2018

DOMINGUES, Mário, *D. Dinis e Santa Isabel*, Lisboa, Edições Romano Torres, 1967

ELIADE, Mircea, *Mito e Realidade*, São Paulo, Perspectiva, 1986,

FERREIRA, Ana Maria Guedes, “*Plutarchi Vitae Paralleleae* - A biografia como compromisso entre literatura e história”, *Literatura e História: Actas do Colóquio Internacional*, Porto, Universidade do Porto, 2004, Vol.1 pp. 259-264, disponível em ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6809.pdf consultado no dia 1 de agosto de 2018

GIMENEZ, José Carlos, *A Rainha Isabel nas Estratégias políticas da Península Ibérica: 1280-1336*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2005 (Dissertação de Doutoramento policopiada)

LOURENÇO, Vanda, “Carta de Arras da Rainha D. Beatriz (1309-1359)” in *Estudos Humanísticos. História*, nº7, 2008, pp.349-358

MACHADO, *Isabel, A Rainha Santa*, Lisboa, A Esfera dos livros, 2016

MARQUES, Ana Maria dos Santos, *O Anacronismo No Romance Histórico Português Oitocentista*, Porto, Edições Afrontamento, 2012

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1974

MARQUES, José, “O Culto de S. Tiago no Norte de Portugal”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 4 1992, pp. 99-148 disponível em https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4867/1/LS_S2_04_JoseMarques.pdf consultado no dia 19 de agosto de 2018

MATTOSO, José, *História de Portugal*, Volume II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993

MELO A. Sampaio, COSTA, J. Almeida, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 5ªedição, 1976.

MIATELLO, André Luis Pereira, “Biografia”, in *E-Dicionário de Termos Literários*, 2009, disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt> consultado no dia 29 de julho de 2018

MORENO, Humberto Baquero, “As Relações de fronteira no século de Alcanices (1250-1350): O Tratado de Alcañices”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História*, II Série, Volume XV, Tomo I, 1998, pp.641-653

MOTA, António, *Testamentos Régios – Primeira Dinastia (1109-1383)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Universidade de Lisboa, 2012, disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6784> consultado no dia 29 de julho de 2018

NEMÉSIO, Vitorino, *Isabel de Aragão Rainha Santa, Obras Completas*, Vol. X, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2002

NUNES, José Joaquim (ed.), *Vida e Milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921

OLIVEIRA, Ana Rodrigues, *Rainhas Medievais de Portugal. Dezassete mulheres, duas dinastias, quatro séculos de História*, Lisboa, A Esfera dos livros, 2010

OPITZ, C. “O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)”, in Georges Duby; Michelle Perrot, *História das Mulheres no Ocidente*, vol. II, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 353-440.

OSÓRIO, Jorge A., “D. Dinis: O Rei, A Língua e o Reino”, *Máthesis* nº2, pp.17-36,1993

PAZ, Olegário; MONIZ, António, *Dicionário Breve de Termos Literários*, Lisboa, Editorial Presença, 2004

PERO-SANZ, José Miguel , *Santa Isabel Rainha de Portugal*, Lisboa, Alétheia Editores, 2014

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo Leitores, 2005

PUGA, Rogério Miguel, *O essencial sobre O Romance Histórico*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006

RAIMUNDO, Ricardo, *Episódios da História de Portugal Que Não Aconteceram Bem Assim*, Lisboa, Manuscrito Editores, 2016

REBELO, António Manuel R., *A estratégia política através da hagiografia*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004, disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/32572> consultado em 30 de julho de 2017

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M., *Dicionário de Narratologia*, Coimbra Livraria Almedina, 1990

REIS, Carlos, *O Conhecimento da Literatura, Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Almedina, 1995

ROSADO, Sofia, “Hagiografia” in *E-Dicionário de Termos Literários*, disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt> consultado no dia 31 de julho de 2018

SARAMAGO, José , *Memorial do Convento*, Editorial Caminho, 2005

SELEPRIN, Maiquel José, *O Mito na sociedade atual*, s/d, disponível em www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/.../O_mito_na_sociedade_atual.pdf consultado no dia 1 de setembro de 2018

SEQUEIRA, Rosa Maria, “Mito, História, Literatura Comparada e Donjuanismo”, *Representações do mito na história e na literatura*, Évora, Universidade de Évora, 2014, pp 445-543 - disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6576> consultado no dia 1 de setembro de 2018

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, Coimbra, Edições Almedina SA, 1983

SOBRAL, Cristina, “O Modelo Discursivo Hagiográfico”, *Actas do V Colóquio da Seção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval - Universidade do Porto*, 2005 pp. 97-107 – disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1145&sum=sim> consultado em 2 de agosto de 2018

TOIPA, Helena Costa, “A Linhagem da Rainha Santa Isabel segundo *De Vita et Moribus Beatae Elisabethae Lusitaniae Reginae* de Pedro João Perpilhão”, *Humanitas* Volume LXVI, nº66, 2014, pp. 367-388

TOIPA, Helena Costa, “O Ofício À Rainha Santa Isabel, de André de Resende”, *Máthesis*, 20, 2011, pp. 55-75

VALDALISO CASANOVA, Covadonga, “O território nos inícios do século XIV. Espaço e narrativa nos relatos do reinado de D. Dinis”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 13, 2013, pp.89-102

VASCONCELOS, Ana, “O drama histórico : entre Clio e Tália, *Actas do Colóquio – Literatura e História*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, pp. 97-99 – disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/.../ACTAS-Literatura%20e%20História97-106.pdf.pdf> consultado em 17 de março de 2019

VASCONCELOS, André, *Rainha Santa Isabel*, Coimbra, Alma Azul, 2007

VASCONCELOS, André, *Rainha Santa Isabel - Biografias da História de Portugal* - Volume XXX, Matosinhos, Quidnovi, 2004

VAUCHEZ, André, *A Espiritualidade da Idade Media Ocidental, século VIII – XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995

WHITE, Hayden, *Metahistory, The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, Baltimore, Johns Hopkins U.P., 1973